



CRAS

UM LUGAR PARA SONHAR

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS
GESTÃO DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E TECNOLOGIA – GEAT
IZIS BELATO LOPES**

CRAS

UM LUGAR PARA SONHAR

Varginha
2018

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS
GESTÃO DE ENGENHARIAS, ARQUITETURA E TECNOLOGIA - GEAT
IZIS BELATO LOPES**

CRAS: um lugar para sonhar

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao curso de graduação em
Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário
do Sul de Minas – UNIS, como pré-requisito para
obtenção do grau de Bacharel, sob a orientação da
Profª. Ms. Daniella Coli Chagas.

**Varginha
2018**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2. JUSTIFICATIVA	20
1.3. OBJETIVOS	21
1.3.1. OBJETIVOS GERAIS	21
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
1.4. CRONOGRAMA	22
1.5. METODOLOGIA	23
2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	24
2.1. BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS NO BRASIL	25
2.2. CRAS: NOÇÕES LEGAIS E POLÍTICAS A RESPEITO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	28
2.3. A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA NAS UNIDADES DE CRAS	32
2.4. PERCEPÇÃO ESPACIAL: A RELAÇÃO DA CRIANÇA COM O AMBIENTE CONSTRUÍDO	38
2.4.1. DESENHO ARQUITETÔNICO PARTICIPATIVO: A CRIANÇA E O ARQUITETO	40
2.4.2. ATIVIDADE PRÁTICA APLICADA SOBRE CONCEITOS DE PERCEPÇÃO ARQUITETÔNICA E PROJETO PARTICIPATIVO	42
3. PESQUISA DE CAMPO	45
3.1. ANÁLISE DE VIABILIDADE: DIAGNÓSTICO SOCIAL DO TERRITÓRIO ABRANGENTE	46
3.2. ANÁLISE DOS CRAS DE VARGINHA	49
4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS	51
4.1. BH CIDADANIA SILVIO TODESCHI, FLÁVIO AGOSTINI, ALEXANDRE CAMPOS	52
4.1.1. FICHA TÉCNICA BH CIDADANIA	52
4.1.2. SOBRE O PROJETO	52
4.1.3. ANÁLISE DO PROJETO	56
4.2. CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BAIRRO BOA ESPERANÇA FABIANO VIEIRA DIAS, URBE.ARQUITETÔNICA E AVANTEC ENGENHARIA	56
4.2.1. FICHA TÉCNICA CRAS BAIRRO BOA ESPERANÇA	56
4.2.2. SOBRE O PROJETO	57
4.2.3. ANÁLISE DO PROJETO	60
4.3. LA LEROTECA LACAJA ARQUITECTOS	60



4.3.1.	FICHA TÉCNICA LA LEROTECA	60
4.3.2.	SOBRE O PROJETO	60
4.3.3.	ANÁLISE DO PROJETO	64
4.4.	CASA DA CULTURA DAS CRIANÇAS AMA'R DORTE MANDRUP	64
4.4.1.	FICHA TÉCNICA CASA DA CULTURA DAS CRIANÇA AMA'R	64
4.4.2.	SOBRE O PROJETO	65
4.4.3.	ANÁLISE DO PROJETO	68
5.	OBJETO DE ESTUDO	69
5.1.	LEIS PERTINENTES	70
5.1.1.	LEIS FEDERAIS E MUNICIPAIS REFERENTES À ASSISTÊNCIA SOCIAL	70
5.1.2.	LEIS REFERENTES À CONSTRUÇÃO DE NOVOS CRAS, NORMAS E INSTRUÇÕES TÉCNICAS PERTINENTES	70
5.1.3.	LEIS MUNICIPAIS REFERENTES AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	71
5.2.	ANÁLISE DO ENTORNO	72
5.2.1.	PONTOS NOTÁVEIS	74
5.2.2.	LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO DO ENTORNO	75
5.3.	O TERRENO	82
5.4.	CONCEITO	85
5.5.	PARTIDO	87
5.6.	PROGRAMA DE NECESSIDADES	91
5.7.	FLUXOGRAMA	92



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às crianças, às famílias e a todos que anseiam por um espaço que os acolha com conforto, segurança e amor. Àqueles que lutam dia-a-dia para que os sonhos se realizem. Aos que trabalham para ter seu espaço no mundo.

Que este projeto vá além das palavras aqui escritas e se concretize num espaço que dê a estas pessoas uma oportunidade de viver num mundo melhor: um mundo que tenha respeito, saúde, educação e acesso a tudo. Dedico este projeto a TODOS que estão em busca de UM LUGAR PARA SONHAR.

AGRADECIMENTOS

Nada se constrói sozinho. As oportunidades não aparecem sem motivos. Tudo tem seu sentido, sua finalidade, seu objetivo.

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele nada é possível. Por cada milagre que me foi concedido e tem marcado minha vida diariamente, pois, com toda certeza, minha vida tem sido feita de milagres a todo instante. Agradeço.

Agradeço pelas pessoas que encontrei ao percorrer este caminho da Arquitetura e Urbanismo, cada uma foi fundamental para o aprendizado da vida, tanto as maravilhas quanto as desventuras: ambas moldaram o que hoje eu sou. A orientadora e arquiteta Daniella Coli, que norteou minhas ideias lunáticas transformando-as em algo possível e maravilhoso. Agradeço aos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, que com paciência, disposição e atenção permitiram meu desenvolvimento profissional, orientando, corrigindo e dividindo seu conhecimento e experiência. Agradeço às pessoas que possibilitaram um trabalho idôneo e verdadeiro ao compartilharem dados e experiências que estarão presentes neste estudo: Roberto Gouvêa, coordenador dos CRAS de Varginha, pelo auxílio e disposição; aos arquitetos Fabiano Dias (Urbe.Arquitetônica) e Silvio Todeschi (BCMF|Arquitetos) compartilhando seus projetos que inspiraram e nortearam este trabalho. A amiga e “dupla”, Giordany Souza, pela paciência, pelo ombro amigo e pela cumplicidade durante estes 5 anos de faculdade.

Agradeço imensamente à minha família por ter me apoiado e acompanhado, valorizando minhas escolhas, me fortalecendo ao surgir desafios, pela paciência nos momentos de cansaço e nos momentos sucesso, crescendo comigo. Sou eternamente grata.

A Julio Cesar, que com amor me encorajou, me acalmou e me acompanhou durante todo o caminho do curso de Arquitetura: um ouvinte paciente e bem humorado.

Gratidão: a todos. Deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos. Com toda certeza estarão todos dentro do meu coração.

PRÓLOGO

Nasci numa família de artistas. Minha mãe, contadora de histórias, nos apresentou um mundo de possibilidades através da arte e da leitura, mostrando sempre a importância do trabalho e do conhecimento. Meu pai, engenhoso, nos fez pequenos inventores, nos deixou brincar de tentar. Meus avós mostraram a mim e meus irmãos que o mundo não é só o quintal de casa, são as histórias de todos que se conectam em círculos infinitos. Hoje, trabalhando com crianças (experiência de quase 12 anos), vejo o quão deficiente será o futuro num mundo onde só há tablets, TV, shoppings, fast foods e frivolidades que “alimentam” as mentes das crianças; e numa outra perspectiva, um mundo de “nãos”, de miséria, de pobreza e exclusão das classes mais pobres, da taxação de “pivete e marginais” e do clichê de que nunca haverá um futuro melhor.

“As pessoas sem imaginação
podem ter tido as mais imprevistas aventuras,
podem ter visitado as terras mais estranhas.
Nada lhes ficou.
Nada lhes sobrou.
Uma vida não basta apenas ser vivida:
Também precisa ser sonhada...

***Lili inventa o mundo* - MÁRIO QUINTANA**



RESUMO

O tema deste trabalho nasce da preocupação com famílias que se encontram em situações vulneráveis, e principalmente, com as crianças que são privadas à infância, por viverem num momento de desigualdade notório. A pesquisa traz o desenvolvimento de um projeto de um CRAS – Centro de Referência de Assistência Social na cidade de Varginha, atrelado a um desenho arquitetônico que consiga atender às necessidades latentes do território de estudo. Também é discutido o papel da arquitetura em relação a esta tipologia, principalmente ao se tratar de um espaço que atende a um público sedento por qualidade de vida e inclusão na esfera da sociedade.

Palavras-chave: Arquitetura. CRAS. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

The theme of this project is fueled by the concern related to the families encountered in vulnerable situations, and, mainly to the children deprived of a infancy since they live in a notorious inequality moment. The research is focused on a Project development of a CRAS (Reference Center of Social Assistance) in the city of Varginha by means of an architectural drawing that is able to attend to the latent necessities of the study territory. The role of architecture is also discussed in this kind of typology, especially when treating of a space that attends to a public need of social inclusion and life quality in the society.

Keywords: Architecture. CRAS. Social vulnerability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Projeto básico de CRAS e CREAS -Modelo padrão MDS	33
Figura 2 - Mapa mental elaborado a partir dos desenhos das crianças do CRAS	43
Figura 3 - Mapa Social do município de Varginha	46
Figura 4 - Sala multiuso subsolo CRAS Vila Pinto	49
Figura 5 - Fachada CRAS Novo Tempo	50
Figura 6 - Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.....	52
Figura 7 - CRAS BH Cidadania inserido na clareira do Aglomerado da Serra	53
Figura 8 - Planta baixa 1º pavimento - BH Cidadania	54
Figura 9 - Planta baixa 2º pavimento - BH Cidadania	54
Figura 10 - Esquema da estrutura BH Cidadania	55
Figura 11 - Situação CRAS Bairro Boa Esperança - ES	57
Figura 12 - Croqui de implantação - CRAS Bairro Boa Esperança	58
Figura 13 - Fachada principal CRAS Bairro Boa Esperança	58
Figura 14 - Fachada principal CRAS Bairro Boa Esperança - 3D	59
Figura 15 - Localização La Leroteca.....	61
Figura 16 - Fachada principal - La Leroteca	62
Figura 17 - Fachada lateral - La Leroteca.....	62
Figura 18 - Pavimento térreo, sala multiuso - La Leroteca	63
Figura 19 - Plantas térreo e primeiro pavimento - La Leroteca.....	63
Figura 20 - Localização AMA'R Casa da Cultura da Criança.....	65
Figura 21 - Fachadas principais AMA'R.....	66
Figura 22 - Circulação dinâmica	66
Figura 23 - Abertura para a rua	66
Figura 24- AMA'R Espaços internos.....	67
Figura 25 - Exposição de trabalhos manuais	67
Figura 26 - Levantamento fotográfico terreno estudo	82
Figura 27 - Croqui perfil terreno estudo.....	85
Figura 28 - Conceito	85
Figura 29 - Croqui conceito.....	86

Figura 30 - Setorização conceito	87
Figura 31 - Partido: casas térreas.....	87
Figura 32 - Esboço fachada principal	88
Figura 33 - Croqui partido: usos.....	88
Figura 34 - Croqui partido: setorização	89
Figura 35 - Eixos conectores e circulação	89
Figura 36 - Setorização com volumetria.....	90
Figura 37 – Fluxograma	92
Figura 38 - Fluxograma esquemático	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de CRAS por Unidade Federativa.....	30
Tabela 2 - Definição de porte de município e quantidade de CRAS por famílias referenciadas.....	32
Tabela 3 - Programa básico instalações CRAS	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de famílias referenciadas e capacidade de atendimento anual do CRAS.....	31
Quadro 2 - Ficha técnica BH Cidadania.....	52
Quadro 3 - Ficha técnica CRAS Bairro Boa Esperança.....	56
Quadro 4 - Ficha técnica La Leroteca.....	60
Quadro 5 - Ficha técnica Casa da Cultura da Criança.....	64
Quadro 6 - Disposições Lei de Uso de Ocupação do Solo de Varginha - orientações...	71
Quadro 7 - Programa de necessidades.....	91

1. INTRODUÇÃO



A questão da vulnerabilidade social tem assumido grande importância quanto à discussão e definição de políticas públicas de planejamento e gestão territorial. Dentro deste cenário, nasce a preocupação deste estudo com famílias que se encontram em situações vulneráveis, e principalmente, com as crianças que são privadas à infância, por viverem num momento de desigualdade notório.

Vem à tona a importância de políticas específicas para reduzir essas desigualdades, amenizando a vulnerabilidade e os riscos sociais, de modo a proporcionar para as comunidades qualidade de vida e bem-estar. Como exemplo, o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, surge com o intuito de oferecer serviços referentes à Proteção Social Básica, inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios.

Além das questões sociais, há uma outra preocupação emergente: a arquitetura - ou melhor, a falta dela - imposta a estas unidades de referência. Há de se pensar no papel da arquitetura em relação a esta tipologia, principalmente ao se tratar de um espaço que atende a um público sedento por qualidade de vida e inclusão na esfera da sociedade.

Neste contexto, deve ser função da arquitetura, primordialmente, proporcionar toda uma estrutura que abarque a vida e a dinâmica da comunidade, compreendendo as relações e as necessidades inerentes a estes projetos de CRAS.

Como protagonista deste trabalho escolheu-se a criança. A escolha justifica-se pelo motivo de que a criança é um vetor-potencial na sociedade, um vetor de transformação do mundo, que padece inserido em um meio social tão frágil e debilitado: seja o núcleo familiar, quando não possui suporte suficiente para amparar esta criança; pelo núcleo escolar, que se desdobra para atender às necessidades básicas da pedagogia numa estrutura limitada; pelo núcleo social que não está preparado para educar e receber estes novos seres, ou por qualquer meio maior à criança que a reprima e a sufoca quanto ao seu verdadeiro potencial.

Pode-se traduzir a criança como experimentação do futuro, e, a partir daí oferecer opções e meios para fortalecê-la e compreendê-la como uma promessa de uma sociedade mais humana e justa. A criança é, não só, um laço que une a família, mas um laço que unirá a sociedade a fazendo prosperar com as ferramentas certas; é a projeção de um “amanhã” com pessoas ativas e preparadas.

A arquitetura entra neste cenário ao compreender que há uma lacuna imensa quando se trata de espaços para crianças. Traduzir a necessidade de expressão e evolução advindos da tenra idade e fazer com estes espaços proporcionem adequadamente um

desenvolvimento saudável - psíquico e físico - da criança, não é uma tarefa tão fácil. Para isto, a importância do entendimento e sensibilidade do arquiteto ao projetar um lugar onde aconteça, de fato, a promoção de qualidade de vida e de conhecimento: um lugar que tenha como principal função escrever a história presente e futura da criança, projetando um novo mundo que ultrapasse os meios engessados e obsoletos impostos à formação do ser, ou seja, educar as novas mentes para não ter que reeducar a mente cansada.

Como sugere MOSCH (2014), entre o mundo da fase adulta e da criança uma enorme diferença está presente. Em nenhum momento deve-se considerar a criança como sendo um pequeno adulto.

O mundo na visão da criança é vasto e imensamente variável, quando o mundo adulto é rígido, engessado e objetivo. Em sua mente, a criança sonha e transforma o real em algo fantasticamente potencial, criando aventuras e histórias a partir do vazio que a rodeia. Como num conto de fadas, ela usa sua “mágica” para criar novos mundos com elementos e personagens quiméricos preenchendo cada fresta de realidade.

Pode-se dizer que a criança é “um observador que assume ativamente as imagens por meio dos sentidos, o que é muito diferente de dizê-la capaz de recebê-las como um espelho” (MONTESSORI, 2010), às suas atitudes e perspectivas próprias, a criança constrói e desconstrói tudo ao seu redor, decodificando as formas e os sons de maneira tão natural e intrínseca.

É dentro deste entendimento, que o tema deste trabalho baseia-se. Um tema cuja principal premissa é, justamente, a reflexão e o desenvolvimento de um espaço para a comunidade com foco nas crianças inseridas no contexto de vulnerabilidade social. Propondo como recorte um projeto de um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) para a cidade de Varginha – MG, que contemple campos ligados ao brincar, à literatura e à cultura: um lugar para sonhar.

E, primordialmente, um espaço que ressalte a importância de atividades lúdico-pedagógicas de maneira estruturada para fortalecer o processo de desenvolvimento cognitivo e criativo infantil e receber a comunidade fomentando o convívio, o acesso à informação e ações culturais durante a fase fundamental do desenvolvimento do ser: a infância, inserida no contexto da família e da comunidade.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social. É através deste projeto que se inicia o problema de pesquisa. As unidades de CRAS se apresentam, na maioria das vezes, como espaços adaptados à uma arquitetura pré-existente, ou seja, as instalações físicas dos CRAS nem sempre são compatíveis com a real demanda deste serviço. A exemplo, na cidade de Varginha - MG, local do objeto de estudo, as cinco unidades de CRAS são instaladas em residências que foram adaptadas para receber este uso.

Varginha vive uma realidade similar a várias outras cidades brasileiras, tendo apresentado modos e formas de segregação da vida urbana, característica indissociável dos seus processos de crescimento e desenvolvimento. Apesar de Varginha estar no centro das relações dinâmicas de uma rede urbana regional, ainda há muito o que se pensar para fortalecer a noção de cidades para pessoas. Esta percepção está atrelada à ausência de estudos da arquitetura e urbanismo sobre os equipamentos públicos para que estes possibilitem qualidade de vida e inclusão. É preciso avançar nesse sentido, pois Varginha chegou no último ano com um crescimento populacional considerável, estimando uma população de mais 130 mil habitantes (IBGE, 2017). Isto é, crescimento demográfico que demanda novas formas de pensar os espaços, e, sobretudo, a instalação de equipamentos para suprir a demanda crescente na cidade.

O CRAS encaixa-se neste cenário, pois é a partir desta noção, que surge a preocupação de atender às pessoas em espaços de qualidade, dignos e que levem em consideração as reais necessidades dentro do contexto que vivem: sob o pensamento de que estes espaços são palco onde as relações humanas se consolidam e vida pública acontece.

A construção de uma edificação para uma unidade de CRAS, planejada do “zero” - apesar de haver projetos em algumas cidades do país -, ainda é algo pouco explorado pelos municípios, o que, conseqüentemente, acarreta vários problemas em relação ao espaço físico para o desenvolvimento das ações propostas por estes centros de referência: tanto no sentido funcional do espaço, quanto em relação aos efeitos que esta arquitetura adaptada causa nas pessoas que a utilizam.

Ching (2006, p. 05) ressalta que:

“Passamos a maior parte do tempo de nossas vidas dentro de edificações, nos espaços internos criados pelas estruturas e pelas casas das edificações. Esses espaços internos fornecem o contexto para a maior parte de nossas atividades e dão substância e vida à arquitetura que as abriga.”

A partir desta problemática, compreendendo que “a aprendizagem não resulta da ação das estruturas internas do indivíduo, nem é fruto da ação exclusiva da estimulação externa; mas somente se produz a partir da interação entre o **sujeito e o meio**” (KOWALTOWSKI, 2011), que surge o intuito de proporcionar a integração do espaço entre a *criança x arquitetura x sociedade*.

Assim, seria possível integrar o sujeito num lugar de experiências e desenvolvimento pleno a partir do planejamento e aplicação da arquitetura?

1.2. JUSTIFICATIVA

O tema justifica-se ao nos depararmos com um cenário demasiado hostil que é oferecido às crianças e aos adolescentes. Dentro do CRAS, um programa de sala multiuso de 35m² (por padrão), não comporta as inúmeras atividades propostas e o anseio da criança de descobrir o mundo. As paredes a limitam, as janelas se abrem para o muro e a arquitetura a sufoca, mais uma vez. Os breves momentos em que a criança extravasa e brinca são memoráveis e é aí que acontece o verdadeiro aprendizado – o desenvolvimento humano, social e cultural do ser.

Daí a importância de se pensar em medidas que fortaleçam o CRAS, no sentido de arquitetura, como um equipamento que prestigie a cultura e incentive o desenvolvimento cognitivo, social e artístico das crianças e jovens, trazendo uma perspectiva de vida abrangente e digna que promova resultados duradouros. É de se destacar a relevância deste espaço para a cidade de Varginha, ao mostrar resultados plausíveis com as unidades já instaladas no município. Contudo, ainda há metas, que não cabem dentro dos pequenos espaços oferecidos aos objetivos tão grandes que ainda não foram conquistados; e, tampouco cabem, num imóvel alugado, o qual não foi planejado para a uso destinado aos CRAS.

Uma das ações estratégicas impostas pelo Plano Municipal de Assistência Social, relatada em 2016 é a aquisição de imóvel próprio para unidade de CRAS. Esta estratégia se justifica ao avançarmos no mérito do lugar como parte do indivíduo, daí a necessidade latente de pensar numa arquitetura que possibilite o reconhecimento do CRAS como instrumento público e parte da comunidade ao qual está inserido.

Para isso, o intuito de pensar numa arquitetura que abarque estas necessidades e sirva como vetor de desenvolvimento cognitivo e criativo, através de um espaço múltiplo,

concretizado pela dinâmica do CRAS, que oportunize a manifestação da vida e conhecimento do mundo.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. OBJETIVOS GERAIS

O objetivo deste estudo é desenvolver um projeto arquitetônico de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como ambiente de cultura, leitura, oficinas de teatro e artes manuais, dentro de um espaço que promova o desenvolvimento cognitivo apoiado pelo lúdico: um lugar para sonhar.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com o objetivo geral estabelecido, inicia-se um questionamento sobre a escala da criança - ainda de modo observatório e por experimentação puramente adquirida pela vivência no meio infantil. Dessa maneira, a necessidade de aprofundamento em pesquisas acerca do tema e a análise de referências mundiais de espaços projetos pensados inteiramente para crianças, e sobretudo, da inserção da criança no processo criativo da arquitetura que será desenvolvida. Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Conhecer a literatura acerca do tema em relação à escala da criança;
- b) Compreender o papel do arquiteto enquanto oportunizador de espaços potenciais para crianças;
- c) Analisar as estruturas existentes de CRAS, diagnosticando prós e contras quanto ao desenho arquitetônico;
- d) Incluir a criança na concepção do seu espaço integrando sua visão de mundo ao desenho arquitetônico;
- e) Desenvolver um desenho arquitetônico que abranja a escala da criança e ao mesmo tempo seja receptivo à comunidade;
- f) Desenvolver com base na fundamentação teórica-conceitual projeto arquitetônico e respectivo material técnico e gráfico para apresentação e compreensão do objeto arquitetônico proposto.

1.4. CRONOGRAMA

Tópico	Descrição	Quando?
Breve histórico da origem dos serviços socioassistenciais no Brasil	Compreender o papel dos serviços socioassistenciais para o desenvolvimento do conteúdo em relação aos direitos sociassistenciais da sociedade	Março
Sobre o CRAS	Noções legais e políticas a respeito dos Centros de Referência de Assistência Social no Brasil	Março
A influência da arquitetura nas unidades de CRAS	Desenho arquitetônico, espaço, função e uso. Como a arquitetura tem influenciado estas unidades e quais são as falhas encontradas nestas tipologias	Março
Percepção espacial: a relação da criança com o ambiente construído	Compreensão do papel da arquitetura na fase fundamental do desenvolvimento do ser. Como a criança imagina o espaço Desenho arquitetônico participativo: A criança e o arquiteto	Março
Dados estatísticos	Base de dados para viabilidade do projeto de CRAS	Março
Estudos de caso	Estudo de caso com visitas in loco, observação, questionário e levantamento fotográfico dos CRAS na cidade do objeto de estudo. Aplicação de atividade prática para crianças na faixa etária previamente estabelecida; Entrevista e proposta de produção de esboços com crianças de 6 a 12 anos (faixa etária abrangente da infância à pré-adolescência).	Abril (final)
Referências projetuais	Análise de referências projetuais de Centros para Crianças, CRAS e projetos conceituais e espaços de aprender.	Abril
Objeto de estudo	Breve histórico do entorno; análise de condicionantes urbanas em escala micro e macro. Levantamento de aspectos de conforto do terreno, localização e análise das leis atuais.	Abril
Atividade prática com crianças do CRAS	Realização de atividade com crianças de 6 a 11 anos. Desenhos que respondem a pergunta “Como seria o melhor CRAS do mundo?”	Maiο

1.5. METODOLOGIA

Os objetivos apresentados nesta pesquisa serão alcançados através de uma metodologia que explore diferentes modos de obtenção de informações, bem como, proporcionar uma relação estreita com a realidade e contextualização com a problemática apontada. Se propõe uma metodologia dividida em cinco etapas, a seguir:

- a) Pesquisa exploratória: considerações e revisão teórico-conceitual sobre o tema que contemplem assuntos ligados a: compreensão do papel dos serviços socioassistenciais para o desenvolvimento do conteúdo em relação aos direitos socioassistenciais da sociedade; noções legais e políticas a respeito dos Centros de Referência de Assistência Social no Brasil (CRAS); desenho arquitetônico, espaço, função e uso; a influência da arquitetura nas unidade de CRAS e quais são as falhas encontradas nestas tipologias; compreensão do papel da arquitetura na fase fundamental do desenvolvimento do ser; e processo participativo da criança e o arquiteto. Todos estes assuntos abordados através de revisão bibliográfica.
- b) Pesquisa descritiva: descrição e observações embasadas no local de implantação do objeto de estudo, da legislação vigente atual e análise de referências projetuais, serão realizadas através de levantamento fotográfico, pesquisa de campo, entrevistas e análise de estudos de caso.
- c) Pesquisa de campo: avaliação de desempenho ambiental a partir de considerações de caráter observatório e de levantamento fotográfico de unidades de CRAS na cidade do objeto de estudo, levantamento de dados por meio de aplicação de questionário e atividade prática elaborada para público com faixa etária pré-estabelecida.
- d) Estudo preliminar: nesta etapa, dá-se início ao projeto arquitetônico e paisagístico do espaço, através da concepção projetual embasada nos conhecimentos adquiridos nas etapas descritas. Apresentação de conceito, partido, programa de necessidades e condicionantes do terreno.
- e) Anteprojeto: fundamentado pela revisão bibliográfica e pelo estudo preliminar, desenvolver cortes esquemáticos, plantas humanizadas, perspectivas e demais representações necessárias para o entendimento do objeto. Elaboração de peças gráficas e desenhos técnicos, a nível de anteprojeto arquitetônico e, por fim, confecção de pranchas síntese como culminância desta concepção projetual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL



2.1. BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS NO BRASIL

A política social no Brasil está associada à história brasileira. Uma história marcada pela subordinação, pela dependência ao mercado externo, pela escravidão e falta de compromissos democráticos e redistributivos, como ressalva Rangel (2009). Estas marcas contribuíram negativamente para que houvesse a democratização dos direitos da cidadania.

As primeiras iniciativas importantes para a história do Brasil, ainda segundo Rangel (2009), surgem entre o final do século XIX e o início de século XX, sendo criada em 1891 a primeira legislação para assistência à infância; a aprovação da Lei Eloy Charles, em 1923, que previa a criação de caixas de aposentadoria; e a definição de uma política trabalhista durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930.

A assistência social sobreviveu até o final da década de 1930, ainda de maneira não-governamental. Durante muito tempo, a assistência social esteve relacionada às práticas benevolentes, principalmente pelas ações da igreja e da filantropia. A formação social patrimonialista e a estrutura sócioeconômica que concentravam a riqueza, permaneceram durante um longo período como parâmetro de assistência social, que acabou por desenvolver-se sob a inspiração de ações de favor aos mais necessitados (MDS, 2007).

Já no início da década de 1940 se constituiu a intervenção organizada pelo Estado na área de assistência social. Mas é somente a partir de 1988, procedente da Constituição Federal de 1988, que começam a aparecer mudanças significativas no cenário brasileiro.

A Constituição de 88 representa um marco quanto à questão das políticas sociais no país. Elaborada com a forte participação de uma população que lutava em conjunto e que almejava a ruptura com a ditadura militar, o objetivo da constituição em pauta era que esta pudesse garantir o atendimento às necessidades básicas do cidadão como dever primordial do Estado.

Fruto de conquistas e lutas travadas, a Constituição conseguiu introduzir transformações significativas no país, primeiro ao criar o conceito de que o Estado deve ser responsável por um sistema de proteção capaz de atender às necessidades de todos na área social, e a partir disso, em segundo lugar, ao criar um sistema preventivo - até então

não existente no Brasil, como destaca Ibraim, (2008). A Constituição traz no Art. 203, que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: i) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ii) o amparo às crianças e adolescentes carentes; iii) a promoção da integração ao mercado de trabalho; iv) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; v) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988)

Dessa forma, os ganhos com a Constituição aparecem no privilégio da seguridade e da proteção social, introduzindo mecanismos de democracia participativa, além de representatividade através das emendas populares e dos conselhos (RANGEL, 2009).

Longe de ser um conjunto de ações altruístas, a assistência social está constituída como política pública graças às leis decorrentes da Constituição de 1988. Seguindo os parâmetros advindos desta Constituição é promulgada, em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei n. 8.742/93) que surge para dar efetividade à assistência social como política pública. Mais tarde, em 1995, tiveram início as conferências de assistência social, que apontam como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, requisito essencial da LOAS (Rangel, 2009). Com a implementação do SUAS objetivou-se a adoção de um sistema essencialmente público e permanente, não transitório.

Todavia, a história dos serviços socioassistenciais no país foi sendo configurada sob um pensamento de que o Estado deveria intervir o mínimo em relação ao social. Esse pensamento fez as aspirações da assistência social mais um conjunto de ações de caráter casual e inconsistente, com uma tendência de exclusão do usuário do convívio familiar e comunitário, do que propriamente uma política que garantisse direitos a todos que necessitassem. Essa lacuna, demonstrada pela ausência de uma política estruturada e de um sistema que normatizasse os serviços executados no país, fizeram com que o Governo Federal, no início de 2003, tomasse medidas que estabelecessem parâmetros para a gestão dessa política no país.

Assim, nascem dois marcos regulatórios da nova constituição. Aprovadas respectivamente, em 2004 e 2005, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece os eixos estruturantes e os princípios e diretrizes do Sistema

Único de Assistência Social (SUAS), e a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS).

Também criado em 2004, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), fica com a responsabilidade de reger projetos que reúnam a política de assistência social, a segurança alimentar, nutricional e a renda de cidadania em torno de um novo patamar, além de prover o fortalecimento do SUAS, regulando em todo o território brasileiro a hierarquia, os vínculos, os compromissos e as responsabilidades da União, Estados, Distrito Federal e municípios na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, como citado na publicação de 2007 pelo MDS, *CRAS, um lugar de (re)fazer histórias*.

Estes serviços são executados, organizados e coordenados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por intermédio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), sendo dever do Estado - e direito do cidadão -, assegurar e viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteie a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública.

É notável que as conquistas advindas da Constituição de 1988 são constantes: a implantação de equipamentos público-estatais, como exemplo o CRAS, demonstram que há uma pretensão do Estado em se comprometer com a assistência quanto aos direitos e necessidades sociais da população. Porém, a busca pela universalização dos direitos socioassistenciais ainda é incessante.

Neste contexto, ao se tratar da Proteção Básica socioassistencial, o CRAS desponta como personagem fundamental em relação a proteção e acompanhamento de pessoas e famílias com algum tipo de vulnerabilidade social.

2.2. CRAS: NOÇÕES LEGAIS E POLÍTICAS A RESPEITO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

As políticas que se referem à assistência social no Brasil, se dão, atualmente, através do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que vem através da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS estruturar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2014 em três níveis, sendo eles: i) baixa complexidade, referente à Proteção Social Básica, ii) média complexidade e iii) alta complexidade, sendo estas duas últimas ligadas à Proteção Social Especial. Os Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), são vinculados ao âmbito da baixa complexidade e se propõem a intermediar ações responsáveis por contribuir para a superação da problemática de famílias em situação de vulnerabilidade social.

“Os CRAS [...] são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social”. (Art. 6º c. Lei Nº 12.435 de 2011).

Têm como principal objetivo a prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais no país, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009).

Localizado em áreas de maior vulnerabilidade social, o CRAS funciona como equipamento socioassistencial público-estatal de base territorial. É responsável pela realização de ações com famílias em situação de vulnerabilidade social, focando na troca de informações sobre questões relativas à infância, à adolescência, à juventude, ao envelhecimento e às deficiências.

O público atendido pelo CRAS é formado por indivíduos e famílias residentes nos territórios de sua abrangência, que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social seja por motivo de pobreza, ausência de renda, déficit de serviços socioassistenciais, acesso aos serviços públicos de infraestrutura, dentre outros.

Por meio do Programa de Assistência Integral às Famílias (PAIF), programa de oferta obrigatória, estes indivíduos – sejam beneficiários do programa Bolsa Família e/ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC) - recebem orientações, acompanhamento familiar, acesso a serviços socioeducativos e de convivência, e, quando necessário,

encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e, por fim, proteção e conhecimento dos direitos de cidadania.

Além do PAIF, outros serviços socioassistenciais podem ser ofertados e implementados, desde que haja espaço físico, equipamentos, recursos materiais e humanos compatíveis. A implementação de outros serviços também deve garantir que haja integração intergeracional - cultural, social ou econômica - dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Segundo mencionado na publicação do MDS de 2007, *SUAS: Sistema Único de Assistência Social*, a diretora de Gestão do Sistema Único de Assistência Social da SNAS, Simone Albuquerque, o CRAS tornou-se uma ferramenta essencial de abordagem nas regiões onde atua. A diretora explana muito bem, ao afirmar que

“O CRAS torna realidade a universalização dos serviços socioassistenciais, porque passamos a co-financiar não mais por número de pessoas atendidas como era antes. Agora financiamos cinco mil famílias no território, independente do número de pessoas que serão atendidas. Com isso, criamos a ideia concreta da universalização”. (MDS, 2007)

Sem dúvidas, o trabalho social desenvolvido pelo CRAS com as famílias, vem tomando grandes proporções, com resultados cada vez mais satisfatórios. O avanço da implementação de unidades de CRAS em territórios que abranjam as comunidades vulneráveis também tem arrecadado números positivos, conforme mostra um trecho da matéria divulgada pela Agência Brasil que

o número de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) existentes no país aumentou 44,9%, de 2009 para 2013, segundo dados da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) – Assistência Social – 2013, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [...] Os dados divulgados mostram que, de 2009 para 2013, o número de CRAS passou de 5.499 em 4.032 municípios para 7.986 em 5.437 municípios. A Região Nordeste foi a que concentrou a maior proporção de municípios com CRAS (99,5%), seguida do Centro-Oeste (98,7%), Norte (97,6%), Sudeste (96,4%) e Sul (96,1%). (AGÊNCIA BRASIL, 2014)

O Censo SUAS 2016 – *Resultados Nacionais, Centros de Referência da Assistência Social, CRAS* publicado em março de 2017, apresenta a tabela de quantidade de unidades de CRAS por estado, onde pode-se observar que Minas Gerais é o que possui maior número de unidades de CRAS atualmente.

As informações oferecidas pelo censo são fundamentais para criar parâmetros de implantação de novas unidades. Estes dados são informados pelos órgãos municipais e estaduais responsáveis, por meio de um formulário eletrônico (questionário), contribuindo de forma significativa para o monitoramento e o acompanhamento dos serviços prestados pelo SUAS.

Com base nos dados, o Sistema Único consegue aperfeiçoar o atendimento à população, bem como gerir e controlar a política de assistência social, identificando, dessa forma, os avanços, limitações e desafios que surgirem.

Tabela 1 - Quantidade de CRAS por Unidade Federativa

Quantidade de CRAS por Unidade Federativa		
UF	Quantidade de CRAS	%
AC	28	,3
AL	137	1,7
AM	90	1,1
AP	19	,2
BA	613	7,4
CE	388	4,7
DF	27	,3
ES	145	1,8
GO	280	3,4
MA	316	3,8
MG	1140	13,8
MS	134	1,6
MT	176	2,1
PA	251	3,0
PB	265	3,2
PE	323	3,9
PI	273	3,3
PR	564	6,8
RJ	453	5,5
RN	220	2,7
RO	60	,7
RR	23	,3
RS	585	7,1
SC	368	4,5
SE	108	1,3
SP	1103	13,4
TO	151	1,8
Total	8240	100,0

Fonte: Censo SUAS 2016 - Resultados Nacionais, Centros de Referência da Assistência Social, CRAS (2017)

Uma das primeiras dificuldades a serem vencidas é a complexidade de verificar a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social, bem como à obtenção de informações sociais de cada município para que aconteça a implantação de uma nova unidade.

Dessa maneira, “admite-se que o CRAS seja instalado, prioritariamente, em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½

salário mínimo, uma vez que tais ocorrências podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias”, conforme descrito NOB/SUAS na publicação da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Ainda de acordo com a norma, em municípios de médio e grande porte, como é o caso deste estudo,

“[...] o CRAS deve situar-se nos territórios de maior vulnerabilidade. Em caso de impossibilidade temporária (não existência de imóvel compatível, grande incidência de violência, dentre outros), a unidade deve ser instalada em local próximo ao território de abrangência, a fim de garantir o efetivo referenciamento das famílias em situação de vulnerabilidade e seu acesso à proteção social básica”. (MDS, 2009)

A definição do número de famílias a serem referenciadas aos CRAS deve guardar relação com o território de abrangência onde o CRAS está instalado, como prevê a NOB-SUAS. No quadro a seguir, evidencia a relação de famílias referenciadas com a capacidade de atendimento/ano do CRAS.

Quadro 1 - Relação de famílias referenciadas e capacidade de atendimento anual do CRAS

Famílias referenciadas*	Capacidade de atendimento anual**
Até 2.500	500 famílias
3.500	750 famílias
5.000	1.000 famílias

* São aquelas que vivem no território de abrangência do CRAS.

** Capacidade de atendimento é estimada.

Fonte: Guia de Projetos do MSD. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, Secretaria Nacional de Assistência Social.

De acordo com o *Guia de Orientações Técnicas, SUAS, n.1* (2005) “a taxa de vulnerabilidade social, definida na NOB-SUAS, é um importante indicador da necessidade de oferta de serviços de Proteção Básica”. Fica a critério de cada município identificar as áreas de vulnerabilidade social, bem como a implantação de um novo CRAS, de forma que haja uma constante aproximação dos serviços com os usuários.

2.3. A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA NAS UNIDADES DE CRAS

O CRAS está relacionado com duas das principais deliberações da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004: primeira, de que a política deve adotar um enfoque territorial e a segunda, de que deve considerar a unidade familiar como foco para compreender as vulnerabilidades e potencialidades da população tornando-a razão central de sua ação preventiva (BRASIL 2009).

O conceito da territorialidade implica em reconhecer que não existe um padrão ao se tratar de pessoas e famílias, de demandas e respostas. À esta noção assimilada pela política de assistência social referencia-se na ideia de território vivido¹ difundida pelo geógrafo Milton Santos, que o território integra, de maneira indissociável, materialidade e ação. Este conceito traz a compreensão de que o território é o espaço usado pelos homens e que tem em si, no sentido constitutivo, o caráter da inclusão ou da exclusão socioespacial, os elementos que aprofundam esse fenômeno ou favorecem sua superação, que marginalizam ou resgatam (BRASIL, 2009).

O CRAS é a base física dessa política territorializada e, dessa forma, é imprescindível se adequar aos requisitos territoriais. Além disso, o CRAS deve se organizar em observância às demandas locais analisadas a partir de diagnóstico da sua área de abrangência – extrapolando os padrões genéricos. A partir da análise da área que poderão manifestar-se as condições e ofertas de serviços.

De acordo com a definição prevista, pode-se enquadrar Varginha como sendo município de grande porte, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 2 - Definição de porte de município e quantidade de CRAS por famílias referenciadas

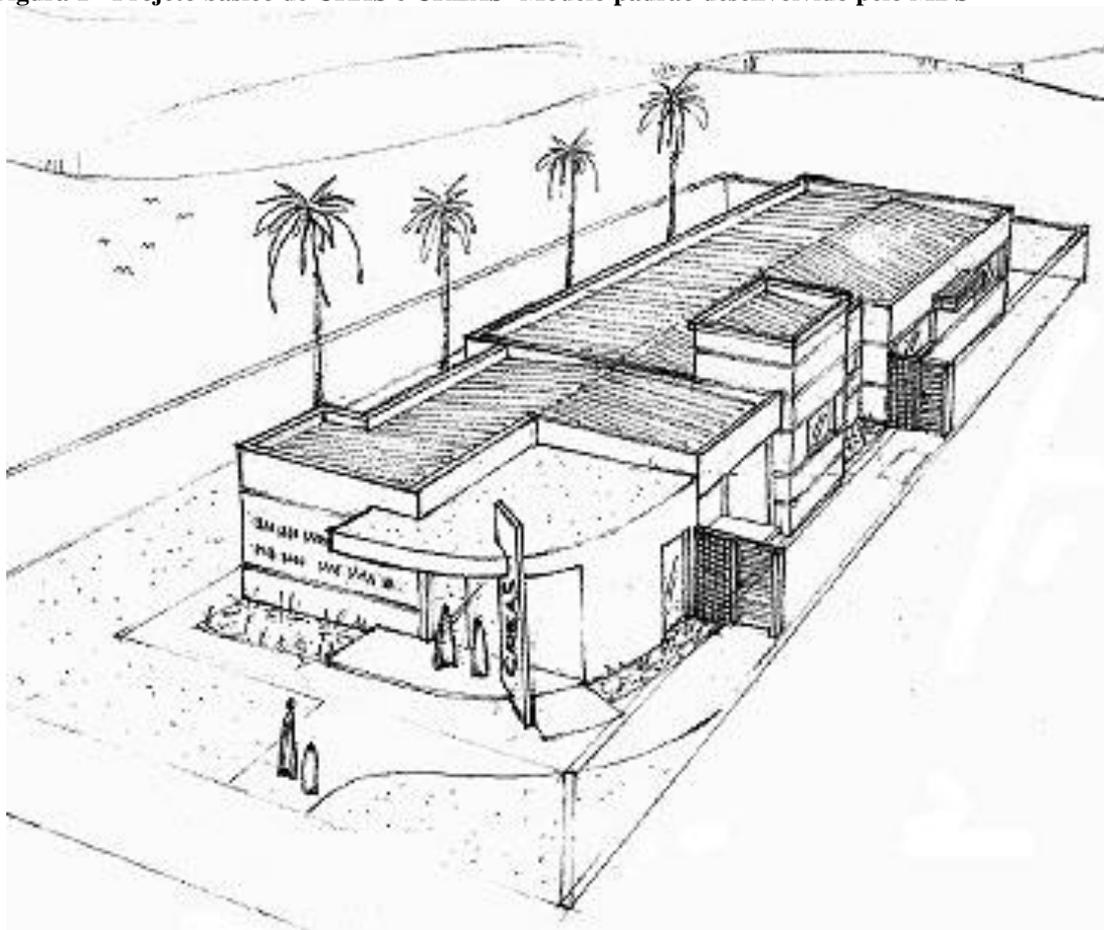
PORTE	QUANTIDADE MÁX. HABITANTES	Nº DE FAMÍLIAS	Nº MÁX. DE FAMÍLIAS REFERENCIADAS	QUANTIDADE MÍNIMA DE CRAS
Pequeno I	20.000	5.000	2.500	1
Pequeno II	20.001 até 50.000	5.000 a 10.000	3.500	1
Médio	50.001 até 100.000	10.000 a 25.000	5.000 (cada CRAS)	2
Grande	100.001 até 900.000	25.000 a 250.000	5.000 (cada CRAS)	4
Metrópole	mais de 900.000	mais de 250.000	5.000 (cada CRAS)	8

Fonte: Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

¹ Milton Santos aponta que os marxistas trataram dos conceitos de modo de produção e de formação social com bastante ênfase. Porém, ressalta que não há formação social desvinculada da espacial. Assim, cada sociedade tem seu próprio espaço e sua própria formação socioespacial (SANTOS, 2005[1978]).

Segundo as diretrizes relacionadas ao porte do município e às normas vigentes, o *Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social* (Manual de Convênios) - aprovado pela portaria nº 452 de 2010 - disponibiliza projetos básicos de arquitetura e engenharia para estas unidades e atende a um modelo (figura 1) pré-definido. Porém, o manual destaca que estes projetos arquitetônicos padrão são sugestivos, podendo ser adaptados ou adequados conforme a necessidade da oferta de serviços de cada unidade, desde que respeitadas as diretrizes mínimas estabelecidas pelo Ministério.

Figura 1 - Projeto básico de CRAS e CREAS -Modelo padrão desenvolvido pelo MDS



Fonte: Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

Estes projetos padrão foram feitos para terrenos de 450 m² - sugeridos com dimensões retangulares com 15 m de frente e de fundo e 30 m de cada lado - sendo que a área construída do CRAS é de 165,3 m², conforme descrito nas Orientações Técnicas de Centro de Referência de Assistência Social (2009). O modelo prevê um programa de necessidades obrigatório, devendo constar, no mínimo, em cada unidade, as seguintes instalações, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 3 - Programa básico instalações CRAS

Espaço	Uso	Metragem	Qtd por capacidade de atendimento anual do CRAS		
			CRAS 500	CRAS 750	CRAS 1000
Recepção	Espaço destinado à espera, transição, encaminhamentos e, em especial, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos.	12m ²	1	1	1
Sala de atendimento	Espaço destinado ao atendimento particularizado de famílias e indivíduos.	12m ² (capacidade para 10 pessoas)	1	1	2
Sala de uso coletivo	Espaço que deve permitir uso múltiplo e otimizado, destinado à realização de atividades coletivas, com prioridade para a realização de atividades com grupos de famílias.	35m ² (capacidade para 30 pessoas)	1	1	2
Sala administrativa	Espaço destinado às atividades administrativas, tais como o registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação.	20m ²	1	1	1
Copa	Espaço destinado para o preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS.	5m ²	1	1	1
Conjunto de banheiros **	-----	10m ²	1	1	1

* Recomenda-se que os CRAS com maior capacidade de atendimento anual possuam um número maior de salas de atendimento e salas de uso coletivo, pois sua demanda por atendimento e equipe de referência é maior.

** Entende-se por conjunto de banheiros: 1 para uso feminino, 1 para uso masculino, 1 para uso feminino adaptado e 1 para uso masculino adaptado.

Fonte: Orientações Técnicas de Centro de Referência de Assistência Social (2009)

Sendo o CRAS um lugar da união de diferentes ações, não necessariamente se limita a um programa apenas. Segundo o *Guia de Orientações Técnicas, SUAS, n.1* (2005) o espaço do CRAS deve ser compatível com os serviços nele ofertados,

abrigar, no mínimo, três ambientes, com funções bem definidas: uma recepção, uma sala ou mais para entrevistas e um salão para reunião com grupos de famílias, além das áreas convencionais de serviços. Deve ser maior, caso ofereça serviços de convívio e socioeducativo para grupos de crianças, adolescentes, jovens e idosos ou de capacitação e inserção produtiva; devendo contar com mobiliário compatível com as atividades a serem ofertadas. (BRASIL. 2005)

É essencial, que o projeto arquitetônico, seu desenho e programa, atenda às especificidades das faixas etárias dos diversos públicos que venham a frequentar o espaço. De modo que permita a realização de atividades diversas, potencializando a qualidade da prestação dos serviços socioassistenciais e oferecendo estrutura suficiente para oportunizar a criatividade e o convívio.

No que tange a construção do CRAS, o planejamento deve ultrapassar a noção de apenas estar inserindo um novo equipamento no território, podendo ser pensado de

maneira estratégica “como ação que adensa a rede de espaços sociais, posta à disposição da comunidade” (BRASIL, 2009). Contudo que não haja prejuízos ao desenvolvimento dos serviços previstos e os espaços que eles demandam por obrigatoriedade, o guia referente à estrutura física destas unidades *CRAS: melhorias físicas*, coloca que

os coordenadores e projetistas do CRAS devem avaliar a maneira mais virtuosa com que o novo CRAS pode participar da rede de equipamentos, no território, introduzindo ou redimensionando espaços no seu programa. Algumas hipóteses: se tem o diagnóstico de que há ausência de auditórios em determinada comunidade, o CRAS pode ampliar sua sala multiuso e equipá-la, de forma adequada, para cobrir essa deficiência. Se, ao contrário, a escola da comunidade dispõe de auditório, mas resente-se, localmente, da falta de salas para reuniões de porte médio, o CRAS pode se direcionar ao atendimento dessa lacuna. (BRASIL, 2009)

Outro fator importante a ser considerado durante o projeto de CRAS é conhecer como cada unidade desenvolve suas atividades. Tomando como base o número de famílias referenciadas, conhecimento da área e sua capacidade de atendimento anual, bem como o quadro de colaboradores, deduz-se o programa mínimo de espaços daquele CRAS.

Para entender melhor a relação que estes fatores têm com a estrutura física do CRAS, a Divisão de Engenharia do Fundo Nacional de Assistência Social fez, no ano de 2007, um trabalho contemplando a questão do programa mínimo, como descrito:

[...] as capacidades de atendimento definidas na norma (500, 750 e 1.000 famílias/ano) foram convertidas para a unidade ‘usuários/dia’ e aplicou-se a fórmula $UD = \{[(NF*4,5)/12]/20\}/20$, por meio da qual o número de usuários dias (UD) foi deduzido pela transformação da capacidade de atendimento em número de famílias (NF) para número de pessoas (4,5 pessoas/família), distribuídos por mês (12 meses/ano), depois por dia (20 dias/mês) e finalmente por turno (20 pessoas/turno). No caso especial das salas multiuso, o FNAS arbitrou a demanda a partir do número de usuários/mês gerados pela fórmula acima. Em resultado, chegou-se a três programas mínimos para os três portes de CRAS. (BRASIL, 2009)

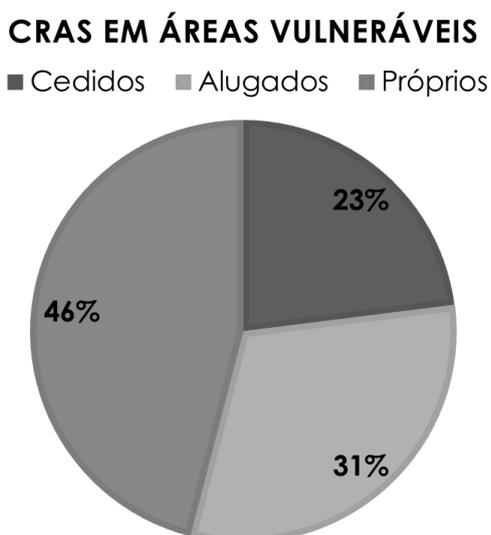
A pesquisa de campo realizada se mostrou eficiente em diversos municípios. Contudo, a pesquisa não pôde ser tratada como uma regra geral, pois havia um fator discrepante em cada situação que comprometia os resultados: a metodologia de trabalho utilizada por cada unidade. Resumidamente, a divergência de aspectos culturais dos territórios de abrangência de cada unidade, que influenciavam as metodologias de trabalho realizadas, alterava diretamente a forma de uso do espaço físico do CRAS.

A pesquisa ainda aponta que 40% do conjunto de projetos analisados não eram projetos originais, mas referiam-se a soluções replicadas (BRASIL, 2009).

Outra preocupação demonstrada pelos estudos realizados pela Divisão de Engenharia do Fundo Nacional de Assistência Social é que, dos 29 CRAS visitados,

também em 2007, considerando-se aqueles efetivamente instalados em áreas vulneráveis, apenas a metade eram próprios (vide gráfico) e somente esses podiam ser qualificados como não-improvisados.

Gráfico 1 - Situação de imóveis de CRAS em áreas de vulnerabilidade



Fonte: elaborado pela autora baseado em fonte de dados na publicação *CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais*, 2009.

Os dados apresentados verificam que mais da metade dos imóveis de CRAS são alugados ou cedidos, portanto sujeitos a eventuais mudanças de endereço. Essa incerteza de permanência no espaço põe em risco a identificação do lugar do CRAS perante os seus usuários, assim como o sentimento de pertencimento em relação à unidade, fragilizando todo o trabalho que se desenvolveu até então.

A localidade destas unidades fica atribuída ao território, que deve orientar o cumprimento das diretrizes da política. Nesse aspecto, “a construção de novos CRAS, diferentemente da locação, da cessão ou do uso de imóveis próprios não adaptados, reconhecidamente, é um fator estratégico” (BRASIL, 2009), de maneira que a incoerência de imóveis pré-existent não seja um limitador para o CRAS. A esse entendimento, a aquisição da propriedade do imóvel pela prefeitura e a construção de um CRAS com esta finalidade específica passam a ser condições essenciais para se alcançar um centro de referência ambientalmente satisfatório, num local compatível com o contexto do território (BRASIL, 2009).

Ainda, no âmbito da questão de reconhecimento do lugar do CRAS, o espaço deve possuir uma identidade visual própria, evidenciando de maneira clara a tipologia de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com a instalação de placa contendo esta denominação, para reforçar seu caráter público e a construção do “CRAS” como marca nacional. Definida pelo MDS, “os CRAS co-financiados pela União deverão ter placa padrão, na frente da unidade (ao lado da porta), cujo modelo poderá ser obtido no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” (BRASIL,2009).

De acordo com o guia *CRAS: melhorias físicas*, o uso frequente de unidades de CRAS adaptados à residências unifamiliares, tem causado uma associação equivocada com a tipologia arquitetônica de “casa”.

A construção de novos CRAS deve superar essa tendência em pelo menos uma característica negativa que ela, em geral, determina: a atrofia do caráter público e estatal do CRAS. Residências, não raramente com muro no alinhamento, mesmo com placa de identificação que abrigam um CRAS, levam a uma ambiguidade de função pública ou privada e não tem força atrativa necessária para superação de constrangimento de acesso de usuários. (BRASIL, 2009)

Ainda há demonstrações de que imóveis cedidos ou locados, com adaptação limitada, têm apresentado soluções dentro da pior tradição construtiva: são edificações inseguras, improvisadas, degradadas ou insalubres, como o próprio guia ressalta. O planejamento arquitetônico de novos CRAS, que traga efetivamente esta função, promove uma edificação com fatores dimensionais e ambientais muito satisfatórios, ao trazer um padrão construtivo seguro junto de boas condições de iluminação, ventilação, conforto térmico e acústico, manutenção e conservação apropriadas.

Por fim, ao se tratar dos aspectos culturais, ambientais e de caráter público, o guia aponta que promover um padrão construtivo tecnicamente compatível com o serviço que o CRAS oferece, garante “o reforço à associação cultural entre o edifício e a comunidade referenciada, com possibilidade de emprego de sistema construtivo e tecnologia locais, especialmente para os casos de populações tradicionais” (BRASIL, 2009).

2.4. PERCEPÇÃO ESPACIAL: A RELAÇÃO DA CRIANÇA COM O AMBIENTE CONSTRUÍDO

*Compreensão do papel da arquitetura na fase fundamental do desenvolvimento do ser.
Como a criança imagina o espaço?*

A “dimensão criança” é muito mais complexa e delicada do que se imagina. A criança não é mais entendida como um ser imaturo que deve estar seguro dos perigos do mundo: ela desbanca este conceito e passa a ser “uma personalidade que invadiu o mundo social” (MONTESORI, 2010), trazendo consigo inquietações e necessidades que vão além de aspectos de segurança, higiene e pedagogia, ao carregar um conceito libertador - mencionado por Montessori - de que *ela* “é um descobridor: um homem que nasce de uma nebulosa, como um ser indefinido e maravilhoso, que busca sua própria forma” e, a partir disso, desvenda esta forma e a torna parte essencial do desenvolvimento cognitivo e criativo do ser.

Antes de mais nada, além de pensar num projeto arquitetônico que receba um público variado, é necessário ressaltar que esta pesquisa foca numa faixa etária pré-estabelecida pertinente à discussão colocada à frente. A partir deste foco, tomando como referência a divisão das faixas etárias sugeridas por Coelho (2000), pode-se considerar diferentes fases do desenvolvimento infantil para cada tipo de atividade, sendo:

a. 6/7 anos: início do processo de socialização e da racionalização da realidade, a criança começa a decodificar sinais gráficos, nesta idade “o pensamento lógico da criança exige unidade, coerência e organicidade entre os elementos pedagógicos” (COELHO, 2000);

b. 8/9 anos: interesse pelo conhecimento das coisas. Seu pensamento lógico organiza-se em formas concretas que permitem as operações mentais, o realismo e o imaginário começam a despertar grandes interesses na criança;

c. 10/11 anos: “[...] reflexão, capacidade de concentração. Aprofundamento do seu conhecimento ou percepção do mundo” (COELHO, 2000), a partir dessa fase o ser é atraído pelo confronto de ideias e ideais e seus possíveis valores ou desvalores;

d. 12/13 anos - pré-adolescência: nesta fase acontece “o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, empenhados na leitura do mundo, e despertar da consciência crítica e relação às realidades consagradas [...]”. É na pré-adolescência que a “ânsia do viver funde-se com a ânsia do saber, visto como o elemento fundamental que leva ao fazer e ao poder almejados para a auto realização.” (COELHO, 2000)

Coelho ainda aponta que

“Segundo dados da psicologia, a mentalidade popular e a infantil identificam-se entre si por uma consciência primária na apreensão do *eu* interior ou da realidade exterior [...]. Em consequência, as relações entre o *eu* e o *outro* são estabelecidas, basicamente, através de sensibilidade, dos sentidos e/ou das emoções. [...] o conhecimento da realidade se dá através do sensível, do emotivo, da intuição... e não através do racional ou da inteligência intelectual, como acontece com a mente adulta culta” (COELHO, 2000, p.41)

A partir desse entendimento, surge a discussão sobre o papel da arquitetura através da reflexão sobre os espaços da criança e partindo do conceito de *espaço potencial*² proposto por Donald Winnicott (1971), que discute sobre o tema acerca da existência de uma Cultura da Infância por meio da qual a criança constrói suas referências de mundo, ou seja,

[...] pela experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócio-histórica dos adultos e do mundo por eles criado. Dessa forma, a brincadeira é uma atividade humana na qual as crianças são introduzidas constituindo-se em um assimilar e recriar a experiência sócio-cultural dos adultos. (WAJSKOP, 2001, p.25)

Avançando para além do simples desenho arquitetônico ao pensar num lugar potencial para este público, surge a indagação de se “existiria uma maneira possível de pensar uma arquitetura que contemplasse não só o espaço concreto e construído - a edificação acabada -, mas uma arquitetura que ofereça um local de múltiplas possibilidades, multiplataforma, de movimento e liberdade?”

Santos (2011) aponta que segundo, Zevi (1994, p.17) o caráter da arquitetura está “no fato de agir com um vocabulário tridimensional que inclui o homem”. Ele considera como o protagonista do fato arquitetônico o espaço interior, compreendido somente se vivido por experiência direta.

Porém, seguindo no sentido de valor arquitetônico, não fica restrita a apenas a função, a técnica e o volume a totalidade que se pode alcançar com o desenho projetual

“o espaço físico isolado do [espaço] ambiente só existe na cabeça dos adultos para medi-lo, para vende-lo, para guarda-lo. Para a criança existe o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-proteção, o espaço-mistério, o espaço-descoberta, enfim, os espaços de liberdade ou da opressão.” (LIMA, 1989, apud NASCIMENTO, 2009)

² Parafraseando LUZ ([2003?]) ao apontar a discussão do notável psicanalista Pontalis a qual diz que “o espaço potencial não é a cena dramática freudiana, na qual se confrontam as figuras parentais e se repete incessantemente o originário fantasmático”. [...] Mas sim, que “o espaço potencial é um terreno de jogo, de fronteiras indeterminadas, que faz nossa realidade”. O indivíduo pode ainda entrar em contato com diversas subjetividades por meio de manifestações culturais como a música, o texto, o diálogo, a presença humana, enriquecendo e complementando sua formação.

Dessa forma, a arquitetura desmembra-se da intenção de projetar espaços, propriamente ditos, e avança para uma concepção arquitetônica aprofundada com a intenção de traduzir linhas em vetores de reflexão: espaços que atinjam de maneira íntima os anseios e expectativas do público, principalmente, na dimensão da criança. A arquitetura passa a atuar num campo muito mais complexo, contornando os conceitos básicos de conforto, acesso, materiais e função, oferecendo um lugar onde aconteça a dinâmica da vida, a potencialidade do ser e o desenvolvimento de uma visão global de possibilidades para a comunidade que utiliza o espaço edificado.

2.4.1. DESENHO ARQUITETÔNICO PARTICIPATIVO: A CRIANÇA E O ARQUITETO

“A arquitetura tem que ser responsável em relação às pessoas a quem serve e aos lugares em que se insere” (MAHFUZ, 2013) e, principalmente, em relação aos espaços públicos - diga-se todos os espaços que sejam acessíveis à população, universalmente -, que devem possuir um sentido formal, ou seja, apresentar um projeto dotado “de uma estrutura formal/espacial que transcenda sua condição de mero aglomerado de partes” (MAHFUZ, 2013). Somente com este entendimento se alcança o sentido de “lugar” tão desejado pela obras arquitetônicas.

Ainda que a percepção esteja intimamente ligada à questão sensorial, vai haver sempre a participação do sujeito neste processo, incorporando significados através de sua inteligência cognitiva. Segundo Azevedo (2002), no século XX, Jean Piaget desenvolve uma teoria epistemológica bastante sólida, que expõe a ideia de que o conhecimento não é inato ao ser, sendo construído somente a partir da ação, ou seja, cada sujeito estaria sempre evoluindo na aquisição de seu conhecimento (CARPIAGINI & MINOZZI, 2000 apud AZEVEDO, 2002)

Essa discussão trata-se de uma abordagem interacionista³, que traz como discussão que o sujeito só aprende através das ações construídas por ele próprio ocasionando o conhecimento através das interações com o ambiente (AZEVEDO, 2002). A partir disso, pode-se compreender que “a aprendizagem não resulta da ação das estruturas internas do indivíduo, nem é fruto da ação exclusiva da estimulação externa;

³ Os estudos sobre a Teoria Construtivista começaram com Piaget (1896-1980), biólogo com preocupações eminentemente epistemológicas, numa perspectiva interdisciplinar (FERRARI, 2010). Na teoria interacionista, o ser humano interage com o meio ambiente respondendo aos estímulos externos, analisando, organizando e construindo seu conhecimento a partir do “erro”, através de um processo contínuo de fazer e refazer.

mas somente se produz a partir da interação entre o **sujeito e o meio**” (KOWALTOWSKI, 2011).

Reconhecendo a relevância das relações *usuário x ambiente*, para a consolidação de um compromisso entre arquitetura e meio ambiente, o espaço material, por meio da intervenção da criança, qualifica-se e ganha uma dimensão que “funde em si tanto o calor do ambiente e a cor das paredes quanto a alegria e a segurança que nele se sente” (LIMA, 1989, apud NASCIMENTO, 2009).

Nascimento (2009) frisa que em uma relação construída entre criança e arquiteto, todas as reflexões e valores ficam fragilizadas sem o devido cuidado do arquiteto. O arquiteto deve ter prudência e sensibilidade quanto ao universo lúdico da criança, a compreendendo em sua própria dinâmica.

Nesse sentido, aliar a imaginação e a subjetividade da mente da criança ao processo criativo de arquitetura pode trazer resultados satisfatórios e muito mais próximos da real demanda, facilitar a expressão e o sentimento de pertencimento⁴ aos lugares. A iniciação do diálogo e do aprendizado, tanto da criança com o arquiteto, quanto do arquiteto com a criança - achando que esta segunda troca é muito mais proveitosa – o arquiteto pode estimulá-la a conquistar a autonomia, e, a criança ensiná-lo a observar com um olhar mais atento a influência que sua produção gera no espaço construído. É necessário, neste ponto, esclarecer que a intensão não é de formar pequenos arquitetos adultos, mas sim de estimular, através desse processo de troca de informações, a conquista de autonomia da criança.

Ao compartilhar sua percepção de “mundo” e aprender a representatividade do “lugar” inserido neste “mundo”, a criança passará a replicar seu conhecimento na rua, no bairro, na escola, na cidade e em todo o espaço onde vive, levando consigo esta autonomia, disseminando códigos e valores que contribuirão para a formação fortalecida da sociedade. Esta percepção pode ser definida “como a função psíquica que permite ao organismo, através dos sentidos, receber e elaborar a informação proveniente de seu entorno” (LIMA, 2010).

Conforme ressalta Coutinho (2002)

A imaginação infantil é capaz de transformar, de recriar, de ressignificar a partir do que há no real. A cultura e a sociedade disponibilizam conhecimentos que impreterivelmente chegam até a criança, no entanto o seu jeito de olhar e ressignificar as informações permite que ela vá além, que ela crie [...]. No

⁴ É importante ressaltar que o sentimento de pertencimento mencionado está ligado à consciência da própria identidade, que se constrói e se define a partir da relação com o ambiente e com o outro, fazendo deles a comunidade de referência (ALMEIDA e ROCHA, 2009).

exercício de criar, a criança se permite nascer a cada nova vivência como ela imagina, seja como a mãe, como um motor, como a professora, enfim como quem ou o que ela quiser ser. E, ao interpretar esses papéis, ela nos apresenta seu modo de ver o mundo, como percebe as relações que se travam no seu contexto de vida e ao mesmo tempo nos indica suas expectativas em relação a como gostaria que o mundo fosse [...]. (COUTINHO, 2002)

A primeira análise superficial dada para um espaço específico, no olhar da criança, é uma visão inventada, mágica, que se enche de vida quando utilizada. Nesse sentido o “arquiteto é um educador, seu ensinamento transmite-se através da formas que ele concebeu e que constituem o entorno da criança desde a sua mais tenra idade” (MESMIN, 1967, apud FRAGO, 2001, p.74).

É preciso compreender as relações que esta percepção da arquitetura implica no desenvolvimento da criança, principalmente no início da sua relação com o mundo, ao começar a ser educada.

Parte daí a necessidade de identificação e assimilação da percepção traduzida no programa a ser estabelecido na fase de concepção do projeto arquitetônico. Sobretudo, como o Nehme propõe, o reconhecimento da estrutura da atividade para criar condições de oferecer ambientes de qualidade através da arquitetura: espaços que propiciem e apoiem tais solicitações programáticas. Não diferente, é preciso projetar considerando todas estas condicionantes descritas ao se referir aos espaços para o olhar curioso e fantástico da criança.

2.4.2. ATIVIDADE PRÁTICA APLICADA SOBRE CONCEITOS DE PERCEPÇÃO ARQUITETÔNICA E PROJETO PARTICIPATIVO

A partir da conceituação teórica, foi desenvolvida uma atividade prática com crianças de faixa etária entre 6 e 10 anos da unidade de CRAS em Varginha – MG (unidade esta, que segue o modelo padrão de projeto), de modo a conhecer as expectativas e desejos quanto à arquitetura. Alguns pontos foram observados durante a atividade, como: necessidade de espaços de brincar (parquinho, quadra, piscina e brinquedoteca); nos desenhos também se percebe forte presença de jardins e cores contrastantes, que revelam um anseio por uma arquitetura mais lúdica e humana, que contenha vazios e cheios, mesclados em usos que possam adaptar-se de acordo com necessidades diversas.

Numa análise geral, há presença de cores e situações semelhantes entre os desenhos, o que faz caminhar para uma discussão de projeto que contemple essencialmente estes aspectos.

A partir da reflexão e leitura dos desenhos realizados pelas crianças do CRAS, foi desenvolvido um mapa mental que apresenta as linhas gerais que os desenhos demonstraram. Dessa forma, foi observado que, numa totalidade, a tipologia da casa térrea aparece destacada em relação ao CRAS, o que denota que as crianças associam este equipamento à segurança do lar, à regionalidade e à “simplicidade” estética da edificação.

Figura 2 - Mapa mental elaborado a partir dos desenhos das crianças do CRAS

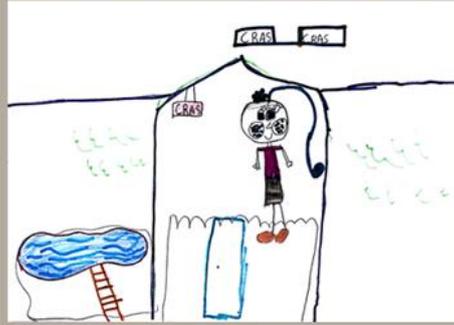
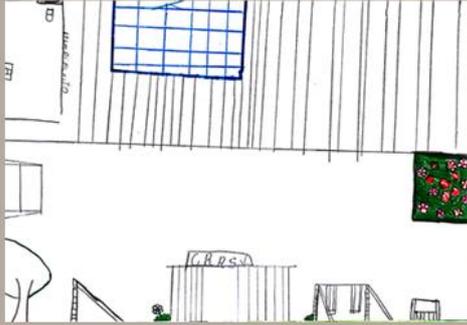
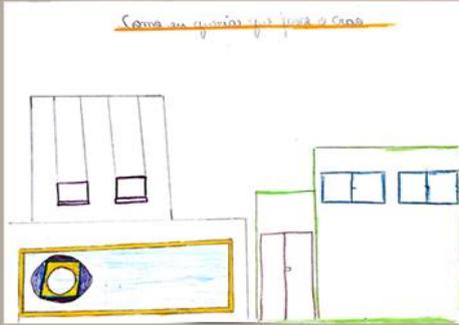
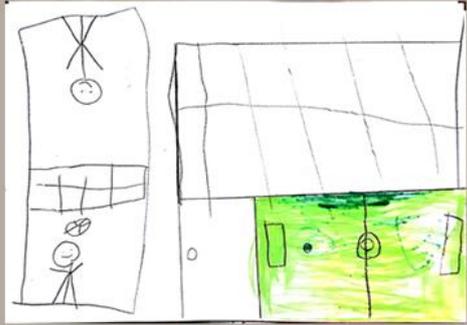
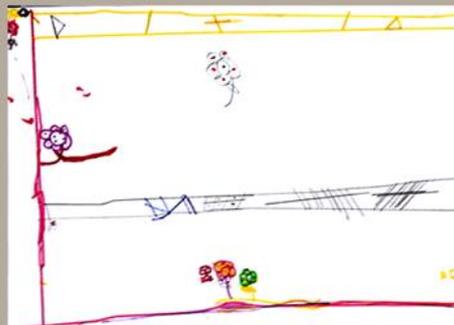
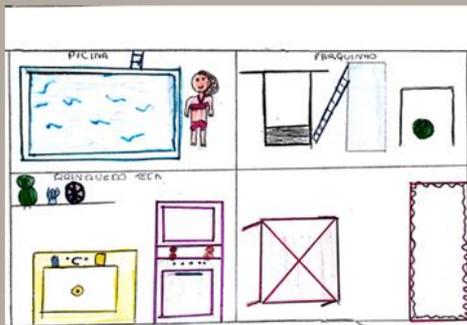
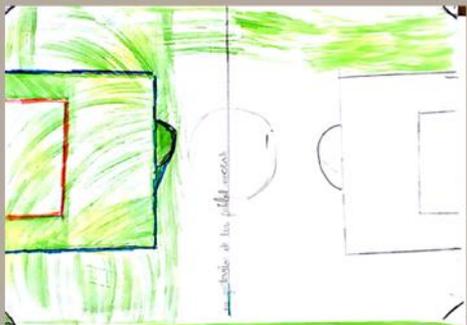
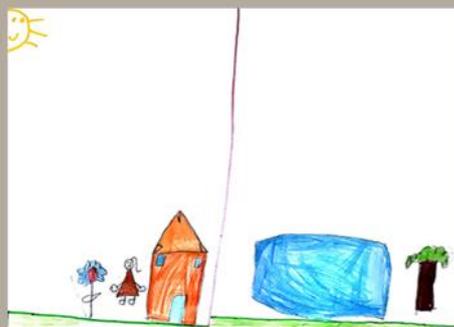
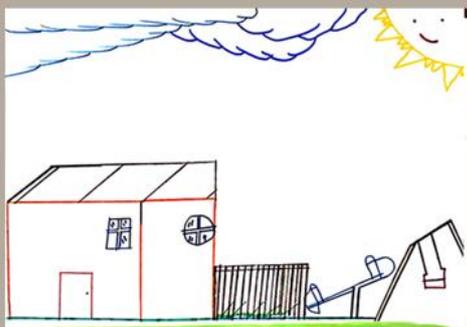
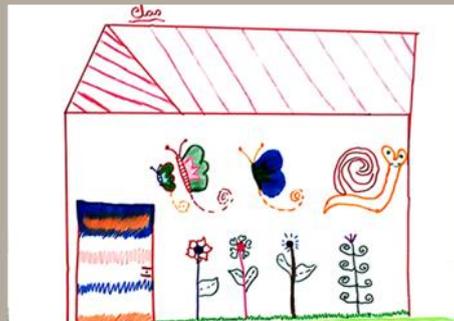
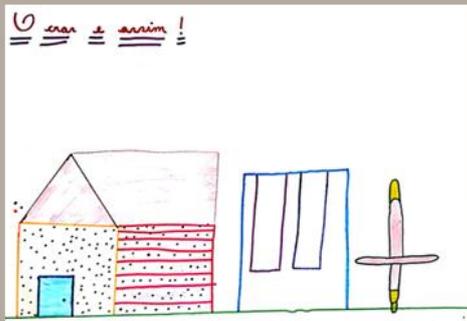


Fonte: a autora.

Apesar da questão cultural e da “infantilização” da “casa”, que é representada pela grande maioria das crianças sempre da mesma forma – o que denota-se ainda que a arquitetura é entendida na infância a partir do desenho da casa tradicional de duas águas; e, que até mesmo a mídia expõe e potencializa esta concepção formal atribuída a todas as residências e edificações de escala reduzida – deve-se levar em conta, que apesar da superficialidade desta concepção formal, esta representação é a que mais se aproxima do cotidiano do público atendido pelo CRAS. Pois, nos desenhos está representada a moradia da maioria das crianças pelo PMCMV e imóveis antigos que têm essa particularidade.

Outro ponto são os espaços de brincar, muitos desenhos assemelham o CRAS com algo divertido e que oferece opções para o lazer e a convivência. Isto se refletirá, mais a frente, no desenvolvimento do programa de necessidades e no fluxograma deste projeto. Além disso, como nos desenhos, deve aparecer nas formas e representações de paginação de pisos e nas cores dos elementos arquitetônicos.

Desenhos elaborados por crianças do CRAS II - Varginha



3. PESQUISA DE CAMPO

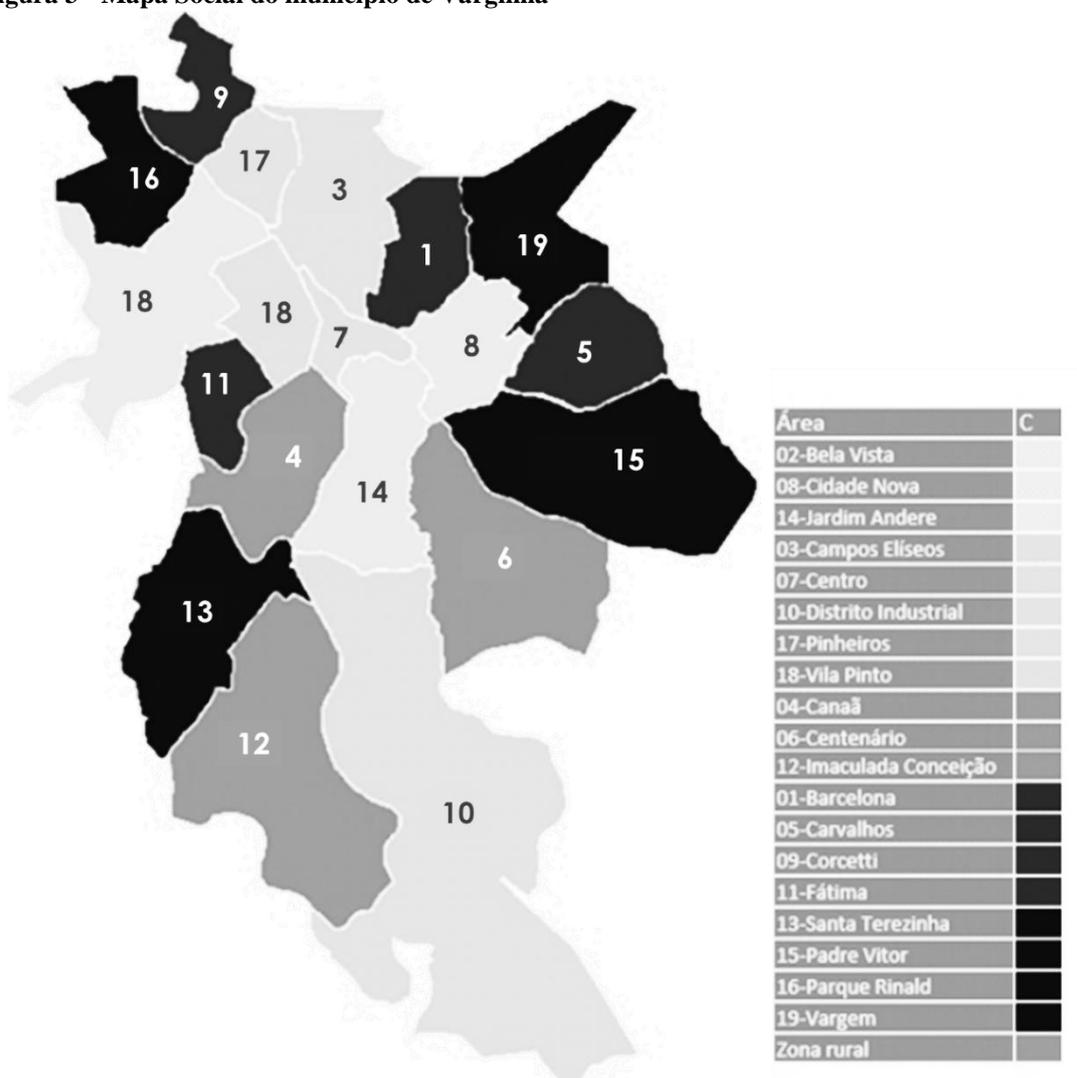


3.1. ANÁLISE DE VIABILIDADE: DIAGNÓSTICO SOCIAL DO TERRITÓRIO ABRANGENTE

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social de Varginha - MG, vigente entre 2014 e 2016, o diagnóstico social da cidade está embasado num conjunto de 75 indicadores sobre a situação da população varginhense e o acesso que estes cidadãos têm quanto às políticas públicas. Também são incorporados dados como: incidência de creches, escolas, unidades de saúde e de assistência social em cada região.

Neste diagnóstico, a cidade foi setorizada em 19 regiões urbanas mais a zona rural (divisão censitária do IBGE), permitindo a análise das desigualdades existentes e a identificação dos territórios de maior prioridade (VARGINHA, 2014).

Figura 3 - Mapa Social do município de Varginha



Fonte: VARGINHA, 2016. Revista do Plano Municipal.

A síntese do diagnóstico é o Mapa Social, que apresenta as 19 regiões classificadas em ordem do mais claro (menos prioritário) ao mais escuro (mais prioritário). O bairro proposto para a realização deste estudo, Jardim Canaã (4), que aparece o mapa do lado esquerdo, se enquadra numa das porções que apresenta manchas mais escuras em relação a prioridade de medidas para solucionar a questão da vulnerabilidade social.

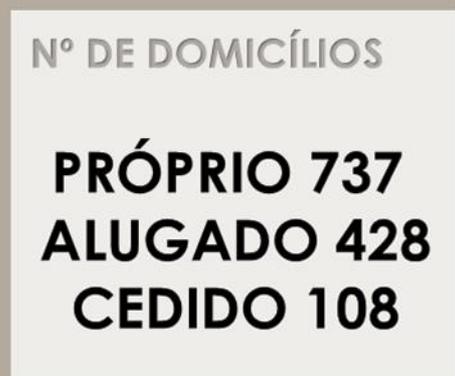
O bairro está envolto por manchas de prioridade alta, ficando desta forma centralizado à demanda – tanto em relação ao mapa social, quanto geograficamente, pela localização próxima à rodoviária, o que facilita o acesso ao bairro. Na atualização do diagnóstico social do município de Varginha, elaborada em 2017 (observada no diagrama a frente), é possível observar dados inerentes aos bairros em relação à população, escolaridade, economia, renda, e, numa síntese geral, avaliar e justificar a necessidade de implantação de uma unidade de CRAS.

Os dados a frente apresentados são apenas base para uma avaliação superficial de implantação do CRAS no Jardim Canaã. Como a fonte de pesquisa está datada em 2017, alguns índices podem ter sofrido alterações. A partir dos dados contidos o IBGE e no Plano Municipal de Assistência Social de Varginha foi elaborado um diagrama que aponta os índices referentes às questões que norteiam a implantação do CRAS nesta região, a seguir:



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

bairro JARDIM CANAÃ



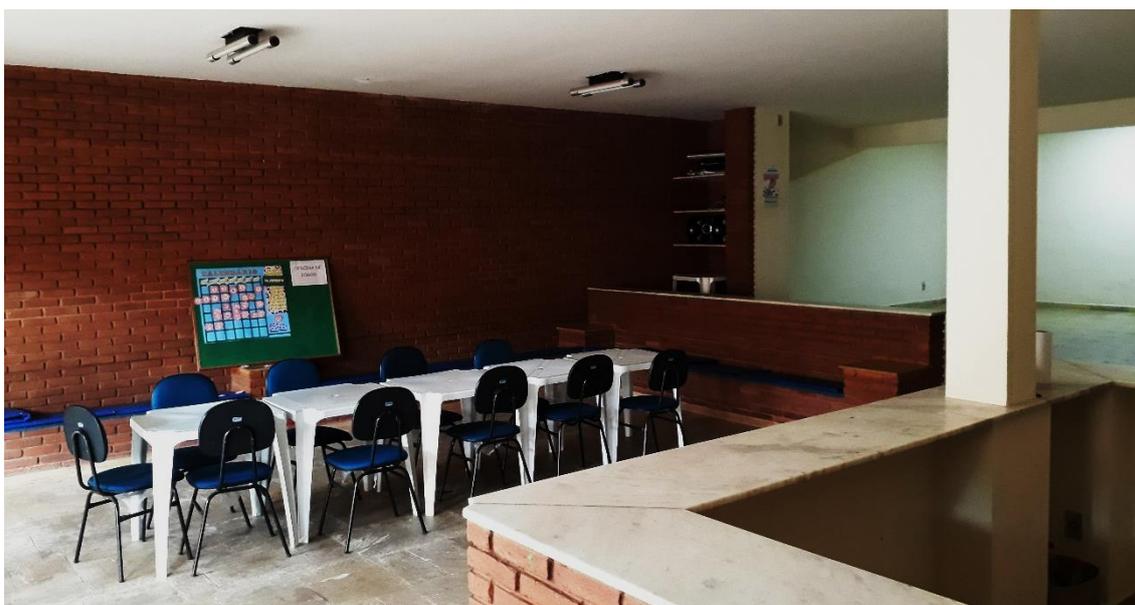
Fonte: Atualização Do Diagnóstico Social do Município de Varginha, MG – 2016/2017

3.2. ANÁLISE DOS CRAS DE VARGINHA

Em visita aos CRAS na cidade de Varginha foram observados aspectos de conforto térmico, ambiental, layout dos ambientes e a relação dos espaços com a demanda apontada por cada unidade. A partir desta análise de observação pode-se compreender como a arquitetura pode influenciar a dinâmica que acontece dentro das unidades de CRAS, potencializando ou dificultando os projetos socioassistenciais.

Num primeiro panorama, observado nos CRAS instalados em imóveis alugados, percebe-se que as condições de conforto ambiental nem sempre são satisfatórias. Os ambientes, na maioria das vezes, são escuros e frios, por estarem locados em residências mais antigas, que nem sempre respeitam recuos e possuem aberturas pouco generosas. Outro problema apontado durante a entrevista foi a falta de acessibilidade nas edificações. A maioria das residências possuem muitas escadas, degraus, corredores estreitos e banheiros que não são acessíveis, excluindo a deficiente físico.

Figura 4 - Sala multiuso subsolo CRAS Vila Pinto



Fonte: a autora.

Ainda nestas unidades, vê-se também um layout que se adapta acanhado nos pequenos cômodos destas edificações. O programa se adequa às condições impostas pela arquitetura, quando deveria acontecer o contrário. Em algumas residências, como por exemplo o CRAS Vila Pinto, possuem áreas amplas que recebem projetos como aulas de dança e, periodicamente, eventos como almoços e lanches para a comunidade.

O segundo panorama se dá, ao visitar o CRAS localizado no bairro Novo Tempo, inaugurado há pouco mais de dois anos na cidade. Esta unidade segue o modelo padrão cedido pelo Governo Federal e se enquadra no programa arquitetônico mínimo estabelecido. A obra é nova e se encontra em boas condições. A edificação recebe bastante sol e há circulação dos ventos: em termos de conforto se mostra muito satisfatória. Apesar das qualidades observadas, há um impasse com o programa estabelecido - por mais que o Governo ofereça um modelo padrão, ainda não é suficiente para sanar as necessidades que realmente existem em cada território.

Figura 5 - Fachada CRAS Novo Tempo



Fonte: a autora.

O CRAS Novo Tempo é composto por recepção, brinquedoteca, sanitários acessíveis, cozinha, sala multiuso, sala para atendimento, pequeno depósito e área externa. A brinquedoteca fica instalada onde deveria ser a sala de atendimento individual, porém com os usos trocados, esse atendimento acontece no depósito, que foi transformado num pequeno escritório.

Pode-se concluir, que mesmo havendo um modelo padrão, ainda há o que se pensar em relação ao uso de cada caso em específico, cabendo ao arquiteto avaliar as demandas e planejar um desenho que atenda de maneira eficiente o território em questão. E, quanto aos imóveis alugados, a insegurança de permanência no espaço e a restrição de mudanças nas edificações engessa o trabalho do CRAS, tornando cada vez mais difícil a realização de atividades e por consequência o atendimento pleno dos usuários.

4. REFERÊNCIAS PROJETUAIS



4.1. BH CIDADANIA | SILVIO TODESCHI, FLÁVIO AGOSTINI, ALEXANDRE CAMPOS

4.1.1. FICHA TÉCNICA BH CIDADANIA

Quadro 2 - Ficha técnica BH Cidadania

Autores	Silvio Todeschi, Flávio Agostini, Alexandre Campos
Colaboradores	Michelle Moura, Mara Coelho
Localização	Assentamento Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
Área Coberta	1.200m ²
Ano	2009?

Fonte: Site Archdaily Brasil.

4.1.2. SOBRE O PROJETO

O Centro Comunitário BH Cidadania está localizado na região Metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, num conjunto de vilas e favelas conhecida por Serra ou Favela do Cafezal, no Aglomerado da Serra, na encosta da Serra do Curral.

Figura 6 - Aglomerado da Serra em Belo Horizonte



Fonte: Site do escritório de Arquitetura Vazio S/A. Marcação pela autora.

A Serra é conhecida como um lugar de muita violência e criminalidade. A construção do CRAS aconteceu num terreno onde havia famílias em situação de risco

geológico. Estas famílias foram realocadas, abrindo espaço para o devido tratamento do terreno acidentado e posteriormente teve início a construção do centro.

Figura 7 - CRAS BH Cidadania inserido na clareira do Aglomerado da Serra



Fonte: Vazio S/A Arquitetura

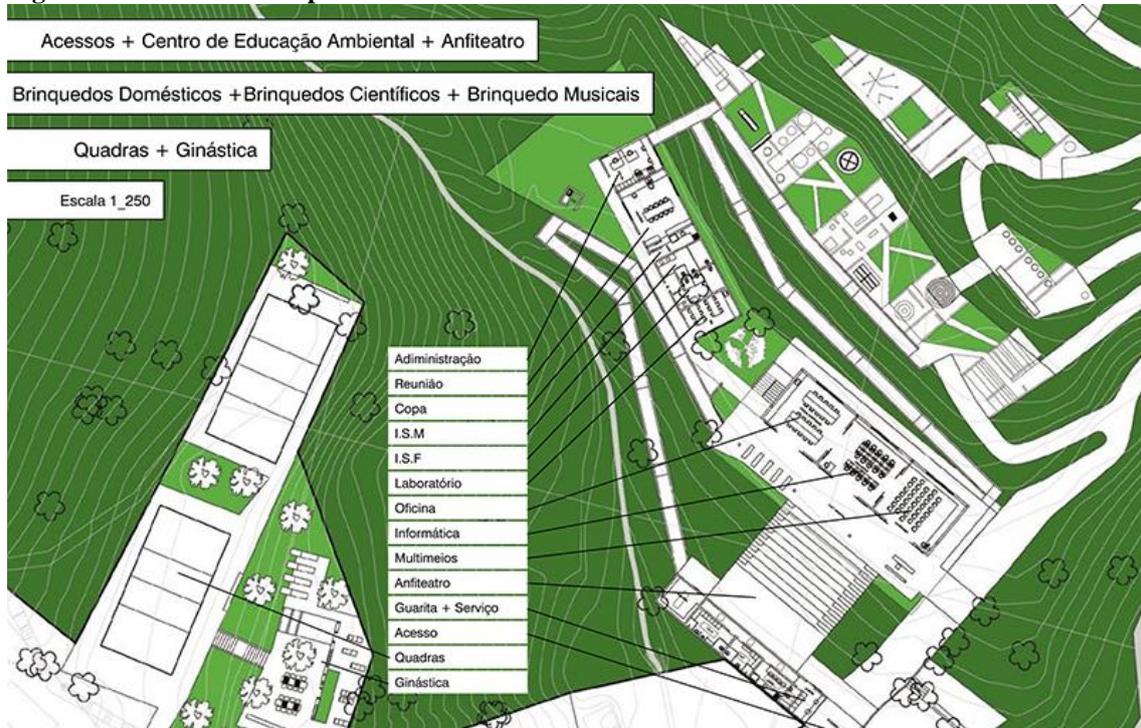
O Centro BH Cidadania está inserido no Parque da 3ª Água “H3O”, que ocupa uma área de 1.495.579 m². De acordo com o memorial do projeto, com dados estimados pela população local e estudos sobre o Aglomerado estimam que 11 vilas pertençam a este espaço. O aglomerado abriga cerca de 50.000 habitantes alojados em 15.000 moradias.

O Parque da Terceira Água faz parte de uma grande obra em todo o Aglomerado, sendo considerada a maior intervenção em favela já feita no Brasil. Segundo o site oficial da BCMF Arquitetos, as intervenções incluem, além da implantação do Parque, obras de urbanização de becos, construção de moradias, erradicação de áreas de risco, recuperação de nascentes, rede esgoto a todos os domicílios e implantação de rede de interceptores ao longo dos córregos e no entorno do Parque, evitando a poluição de cursos d’água.

O programa contou com uma espécie de “Orçamento Participativo”, que teve a presença e auxílio constante da comunidade e da população. A edificação de 1.200 m², com dois pavimentos, traz um desenho arquitetônico aberto para a comunidade, com inclusão de mezaninos e salas amplas multiuso. Devido ao baixo orçamento, o conceito

da edificação é simples: blocos de atividades separados por circulações e pátios internos, cobertos por um invólucro de telha metálica perfurada.

Figura 8 - Planta baixa 1º pavimento - BH Cidadania



Fonte: Site oficial BCMF Arquitetos

Figura 9 - Planta baixa 2º pavimento - BH Cidadania

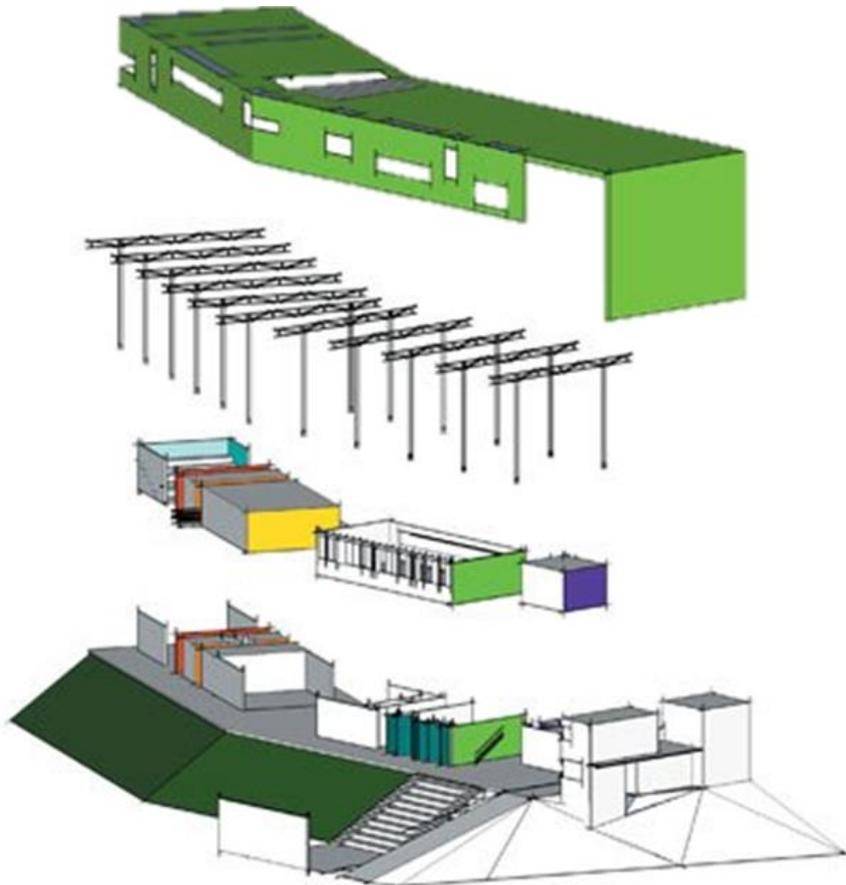


Fonte: Site oficial BCMF Arquitetos

Os ambientes ficam sobrepostos, garantindo uma planta inteligente e econômica. O anfiteatro no primeiro piso aproveita a escadaria principal e o hall como extensão dos assentos para o público. A sala multiuso, paralelamente, reforça o conceito de democratização dos espaços, comportando todo tipo de atividade.

Foram utilizados dois sistemas diferentes na construção do projeto: para a cobertura utilizou-se de estrutura metálica pré-fabricada, e as vedações compostas de sistema de alvenaria convencional.

Figura 10 - Esquema da estrutura BH Cidadania



Fonte: Site oficial BCMF Arquitetos

A cobertura de metal foi o primeiro elemento a ser construído, o que proporcionou um abrigo para os trabalhadores durante o restante da construção e criou um espaço integrado com a área externa, configurando um desenho aberto e acessível. Convidativo ao usuário, a edificação possui aberturas que enquadram parte da paisagem do bairro, e claraboias, que oferecem luz e ventilação por toda a edificação.

A envoltória funciona como um brise, filtrando a luz e protegendo a edificação da insolação e das intempéries. É formada por estrutura e telhas metálicas, sendo: a cobertura, constituída de telhas sanduíches e a fachada por telhas perfuradas. As telhas receberam tratamento com tinta esmalte margeando todo o segundo pavimento.

O Centro Comunitário abriga cursos profissionalizantes, programas de educação ambiental, cozinha coletiva, academia de ginástica, creche, sala de brinquedos, centro de inclusão digital além de oficinas de marcenaria e tipografia.

4.1.3. ANÁLISE DO PROJETO

O projeto traz uma reflexão sobre a realidade da população, sendo este um dos fatores que aparecem com mais força no conceito. A qualidade arquitetônica demonstrada na disposição dos ambientes abertos e integrados fazem deste projeto uma forte referência de inclusão da comunidade. Tanto os espaços construídos, quanto os vazios, formam uma planta convidativa e acessível a todos os usuários. Outro fator analisado foi a proposta de estrutura econômica e criativa que envolve o programa sem abafá-lo, trazendo uma dinâmica para os diversos blocos que ligam-se na envoltório metálica.

Ainda há outra preocupação no processo de desenvolvimento do projeto: a integração com equipamentos de lazer e com o parque proposto na reurbanização da favela. Essa questão traz a inserção da edificação num contexto que permite à população uma continuidade de usos na área, e, portanto, maior convívio e apropriação destes espaços pelo residentes do território.

4.2. CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BAIRRO BOA ESPERANÇA | FABIANO VIEIRA DIAS, URBE.ARQUITETÔNICA E AVANTEC ENGENHARIA

4.2.1. FICHA TÉCNICA CRAS BAIRRO BOA ESPERANÇA

Quadro 3 - Ficha técnica CRAS Bairro Boa Esperança

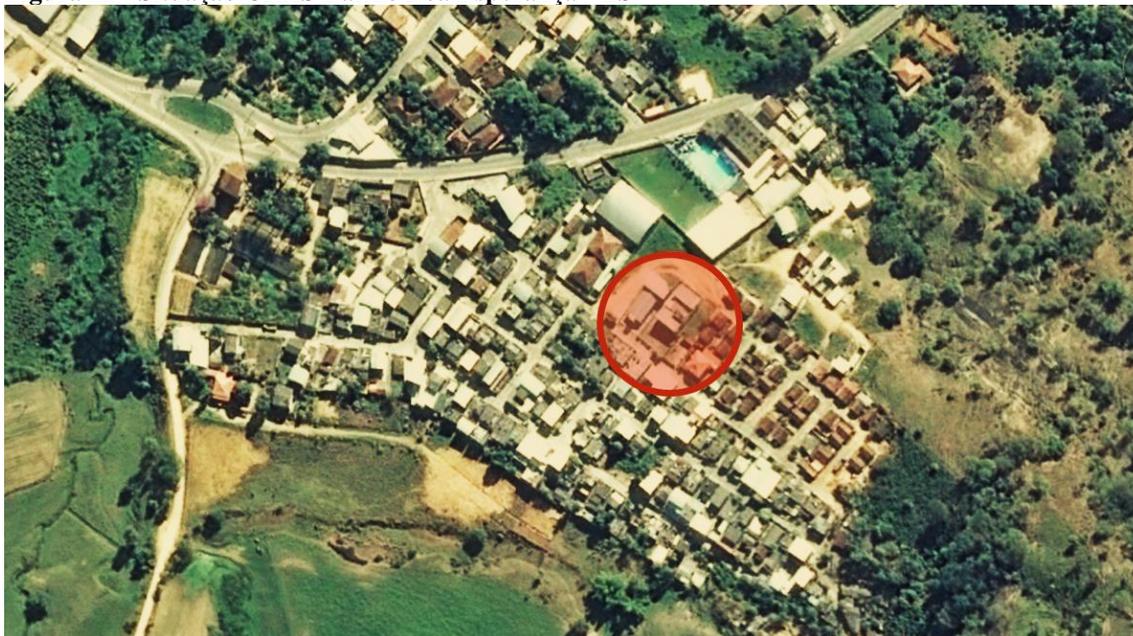
Autores	Fabiano Vieira Dias
Colaboradores	Avantec Engenharia
Localização	Bairro Boa Esperança, Jerônimo Monteiro, Espírito Santo, Brasil
Área Coberta	350m ²
Ano	2009

Fonte: Blog oficial Urbe.Arquitetônica

4.2.2. SOBRE O PROJETO

O projeto de CRAS para o Bairro Boa Esperança é uma realização do escritório Urbe.Arquitetônica em parceria com a equipe da AVANTEC Engenharia.

Figura 11 - Situação CRAS Bairro Boa Esperança - ES



Fonte: Google Earth, 2018. Marcação pela autora.

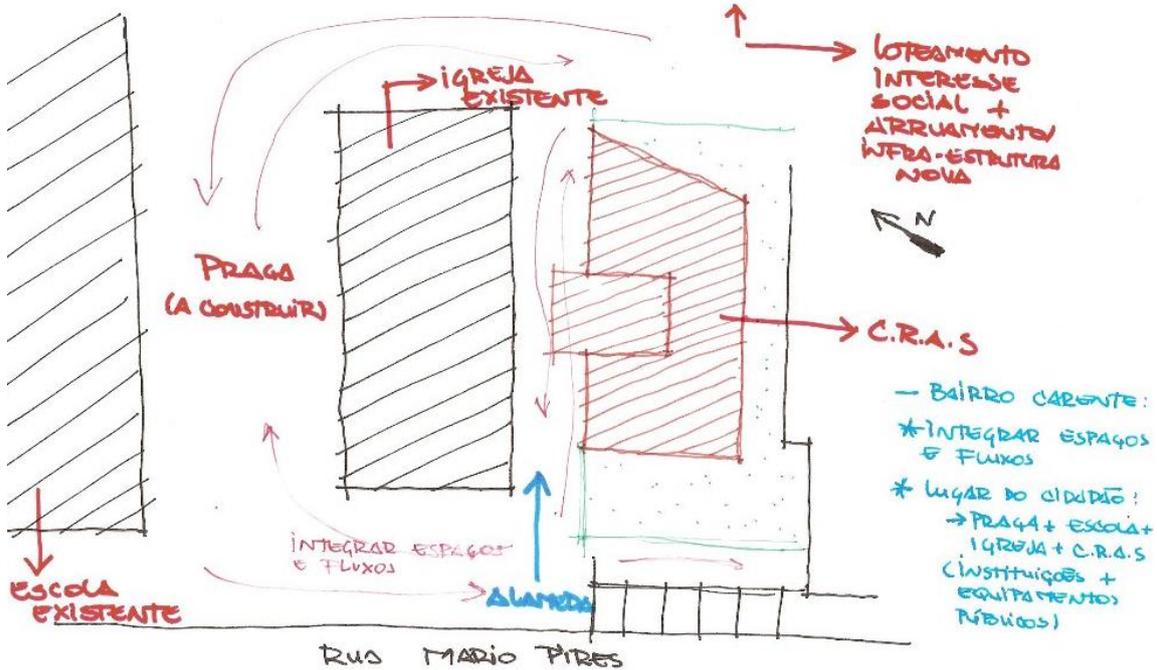
Localizado num bairro popular na cidade de Jerônimo Monteiro, ao sul do Estado do Espírito Santo, o projeto para o novo CRAS trouxe o desafio de adequar o programa e o limitado subsídio financeiro público à área máxima da edificação: a construção não poderia ultrapassar 350m² de área construída, devido ao terreno estreito que já possuía obras edificadas de ambos os lados.

O Bairro Boa Esperança se configura como um território de vulnerabilidade social, sendo um dos mais carentes do município de Jerônimo Monteiro. Nos últimos anos, a região vem recebendo, através da Prefeitura, diversos investimentos em infraestrutura, habitações e equipamentos públicos. O CRAS faz parte deste processo de investimento, sendo construído para incorporar uma escola municipal, uma praça - projetada com área de esportes e lazer-, habitações, além de prever novas ruas, adequação e implementação de iluminação pública, esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água.

O projeto foi pensado para integrar uma escola já existente, área de esportes, uma praça que seria construída e o novo loteamento. Dessa forma, garantir um fluxo livre de

pessoas ao redor dos equipamentos, criando uma rota de atividades proporcionando um convívio maior entre os moradores e usuários do lugar.

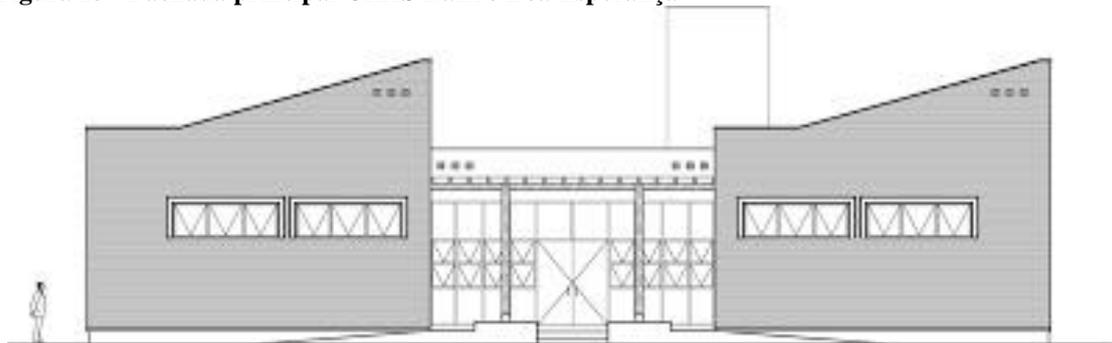
Figura 12 - Croqui de implantação - CRAS Bairro Boa Esperança



Fonte: Blog oficial Urbe.Arquitetônica

Uma das premissas do projeto, referentes ao conceito de integração, foi a paginação de pisos. O projeto arquitetônico propõe uma paginação idêntica à que seria futuramente aplicada à praça, mantendo-se ao máximo um nivelamento dos pisos de forma a causar uma sensação de continuidade. A entrada e a fachada principal do CRAS ficam voltadas para a igreja, à lateral esquerda do terreno. O recuo criou uma alameda onde acontece o acesso ao CRAS e à entrada lateral da igreja, ligando também dessa forma a rua principal em frente ao centro. A entrada é marcada por um pergolado de madeira e cobertura de vidro translúcido, que avança sobre a o recuo indicando o acesso lateral.

Figura 13 - Fachada principal CRAS Bairro Boa Esperança



Fonte: Blog oficial Urbe.Arquitetônica

Para se manter dentro dos custos estipulados, a estrutura da edificação é em concreto armado e alvenaria convencional. Os acabamentos externos também foram propostos pensando tanto na questão financeira como na questão de agilidade e facilidade de execução, para isso foram sugeridos materiais abundantes na região, garantindo economia e identidade à fachada.

Figura 14 - Fachada principal CRAS Bairro Boa Esperança - 3D



Fonte: Blog oficial Urbe.Arquitetônica

Um dos materiais sugeridos foi o filete serrado de granito Ouro Brasil, além de ser um revestimento de preço acessível, é encontrado facilmente nas pedreiras das regiões vizinhas.

Os filetes foram padronizados em tamanho de 1m x 5cm e assentados de forma homogênea, criando dessa forma, uma fachada regular e retilínea. Os filetes de cor amarela contrastam com as alvenarias com acabamento em tinta branca e o concreto aparente das quatro marquises das janelas da fachada principal.

A ressaltar, como coloca o próprio arquiteto Fabiano Vieira Dias, o conceito principal do projeto é prever um edifício que promova um caráter de dignidade como algo único e pertencente às pessoas do lugar.

4.2.3. ANÁLISE DO PROJETO

Um dos pontos mais relevantes deste projeto de CRAS é a integração entre edificações já construídas, mesclando os usos já consolidados pela população ao programa arquitetônico proposto.

A fluidez pensada pelo arquiteto reforça a questão do sentimento de pertencimento tão necessária ao fortalecimento da relação da comunidade com a unidade de CRAS. A utilização de uma rota de atividades agrega valor ao objeto construído e fomenta o convívio entre as pessoas do território abrangente, proporcionando uma extensão do CRAS em relação ao raio de atendimento. Outro ponto a ser colocado é a utilização de materiais acessíveis e de fácil obtenção na região.

O emprego de materiais vernaculares faz com que o objeto arquitetônico seja reconhecido com maiores resultados pelas pessoas que o utilizam, além de privilegiar a economia regional.

4.3. LA LEROTECA | LACAJA ARQUITECTOS

4.3.1. FICHA TÉCNICA LA LEROTECA

Quadro 4 - Ficha técnica La Leroteca

Autores	Lacaja Arquitectos
Arquiteta	Gloria Serna Meza
Localização	Bogotá, Colombia
Área Coberta	152m ²
Ano	2013

Fonte: Site Archdaily Brasil

4.3.2. SOBRE O PROJETO

O projeto La Leroteca é um anexo da Casa de Desenvolvimento Infantil Lero Lero, em Bogotá na Colômbia, que foi construído para receber atividades de cultura e artes. Inspirado na obra de Le Corbusier, Cabanón e no ginásio e jardim infantil na cobertura da Unidade de Marsella na França, a autora Gloria Serna Meza coloca que “o projeto explora a formal essencial da cabana, buscando expressar um só espaço que em

realidade é completamente diferente dos demais em forma, textura e espacialidade”, conforme tradução.

Figura 15 - Localização La Leroteca



Fonte: Google Earth, 2018. Marcação pela autora.

Com 152 metros quadrados, a arquitetura se destaca do contexto tradicional do entorno. A concepção do projeto traz a forma conceitual de uma cabana com inclinação assimétrica e superfícies lineares.

O formato busca expressar um espaço único e diferenciado, que ofereça possibilidades de desenvolvimento para a criança através da utilização das texturas e cores empregadas na arquitetura. Todo o exterior é revestido por madeira, ficando somente as fachadas principais compostas de estrutura de concreto e esquadrias geométricas.

Os materiais aparentes se contrastam dos demais do entorno, sem chocar com a realidade do local. Pelo contrário, a obra envolve as visuais de todos os lados da edificação, oferecendo dinâmica e conversação com o meio.

Figura 16 - Fachada principal - La Leroteca



Fonte: Site Archdaily Brasil

Na fachada lateral, foram projetadas uma série de linhas com plantas e flores, que juntas emolduram uma grande janela onde são exibidos trabalhos manuais realizados pelos alunos. As esquadrias com grandes vãos transparentes criam uma amplitude visual do parque infantil e os corredores, fazendo com que a edificação se torne um espaço de integração.

Figura 17 - Fachada lateral - La Leroteca



Fonte: Site Archdaily Brasil

O pavimento térreo é ortogonal e predominantemente neutro. Recebe como uso uma oficina de pintura, cerâmica e música. A utilização das cores neutras relevam o uso como protagonista da arquitetura, os trabalhos confeccionados pelas crianças adornam as paredes brancas compondo o desenho do anexo cultural.

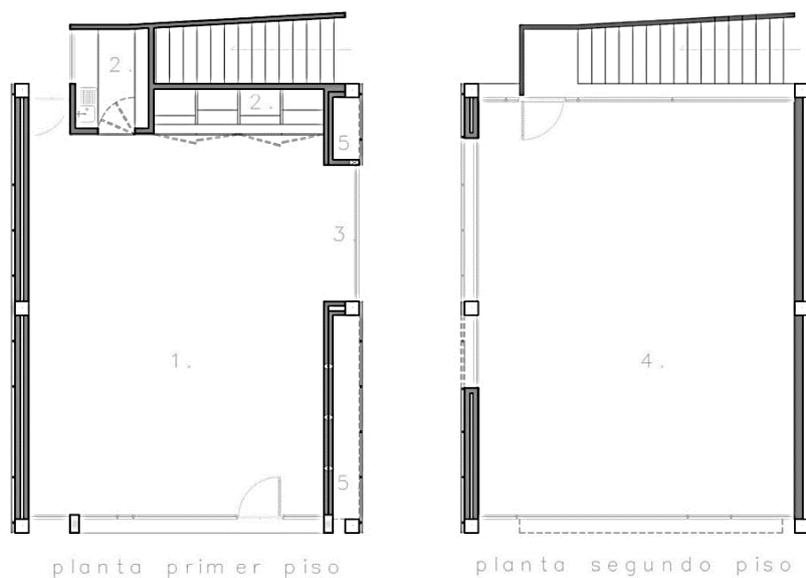
Figura 18 - Pavimento térreo, sala multiuso - La Leroteca



Fonte: Site Archdaily Brasil

O programa da edificação é aberto, trazendo dois salões multiusos, amplos e nivelados, permitindo diferentes atividades no mesmo espaço.

Figura 19 - Plantas térreo e primeiro pavimento - La Leroteca



Fonte: Site Archdaily Brasil

O acesso ao primeiro pavimento é feito por uma escada externa que liga a fachada norte no piso térreo. O primeiro pavimento é destinado à leitura e atividades com o corpo. O formato inclinado e assimétrico da cobertura gera um desenho irregular nas paredes interiores, todo o pavimento é revestido em madeira para proporcionar acolhimento e conforto. Ainda no primeiro pavimento, uma janela contínua enquadra a paisagem externa, revelando mais uma vez a busca pela integração do interior com o entorno.

A reflexão sobre o espaço e a relação com o entorno proporciona apropriações diferentes para cada fachada, além de trazer soluções de conforto em relação à incidência solar, às condições pré-existentes e ao clima de Bogotá, onde os trópicos são frios, dificultando o equilíbrio da temperatura no interior das edificações.

4.3.3. ANÁLISE DO PROJETO

Neste projeto, a relevância das visuais do entorno foram minuciosamente trabalhadas. Apesar da integração que acontece nas outras obras referenciadas neste trabalho, esta se mostra muito íntima em relação à conversação com o meio, no sentido de concepção projetual e no sentido de conforto térmico. A arquitetura da Leroteca também é um ponto determinante, tanto na questão da planta aberta e multiuso, quanto na composição do ambiente entre texturas e cores. A utilização dos tons neutros e das cores contrastantes do materiais aparentes demonstra a preocupação de se destacar o uso e a apropriação do espaço, ou seja, destaca-se como protagonista a pessoa. As esquadrias generosas proporcionam maior aproveitamento da luz natural e integração com o exterior, criando continuidade

4.4. CASA DA CULTURA DAS CRIANÇAS AMA'R | DORTE MANDRUP

4.4.1. FICHA TÉCNICA CASA DA CULTURA DAS CRIANÇA AMA'R

Quadro 5 - Ficha técnica Casa da Cultura da Criança

Autores	Dorte Mandrup Arkitekter
Localização	Copenhagem. Dinamarca
Ano	2013

Fonte: Site Archdaily Brasil

4.4.2. SOBRE O PROJETO

A *AMA'R Children's Culture House* (Casa da Cultura das Crianças), em Copenhague, capital da Dinamarca, traz uma arquitetura que mescla as diferentes escalas de edifícios do entorno através da extrusão e corte de suas formas. Próxima a vários pontos comerciais, a Casa da Cultura serve como um ponto marcante para o entorno.

Figura 20 - Localização AMA'R Casa da Cultura da Criança



Fonte: Google Earth, 2018. Marcação pela autora

As linhas ortogonais da edificação se encontram com as construções existentes, criando um atenuante na fachada que remonta a arquitetura local com a nova proposta da arquiteta Dorte Mandrup. O rebaixo na fachada também tem o propósito de permitir que a luz solar permeie o pátio vizinho.

A expressividade da Casa da Cultura das Crianças demonstra um conceito que promove a surpresa e a imaginação, tanto na sua estrutura externa - composta de uma pele de alumínio prateado, perfurada por janelas quadradas -, quanto nos arranjos espaciais internos: o telhado e as fachadas são tratados da mesma forma. O desenho da AMA'R é diferente das casas comuns, pois é trabalhado para que não haja uma visualização de onde é o começo e o fim da edificação.

Figura 21 - Fachadas principais AMA'R



Fonte: Site Archdaily Brasil

Figura 22 - Circulação dinâmica



Fonte: Site Archdaily Brasil

Figura 23 - Abertura para a rua



Fonte: Site Archdaily Brasil

O edifício foi pensado como a organização de uma montanha. Os espaços interiores ficam visualmente conectados e são unidos por uma circulação dinâmica, entre escadas e muros de escalada.

A arquitetura oferece espaços flexíveis e mobiliário personalizado, que, de acordo com a arquiteta responsável, geram - comprovadamente - o aumento da criatividade e a participação ativa das crianças. Os espaços oferecem oportunidades para uso variado e acomodam grupos de faixas etárias entre 0 a 18 anos.

O programa traz espaços que fomentam a criatividade, a informação e a cultura: auditório, salas multiuso, laboratório de informática, saguão principal, mezaninos e os próprios elementos de circulação que fazem a conexão dos ambientes de maneira ímpar. Cada ambiente é trabalhado com cores e mobiliários personalizados, criando identidade e subjetividade aos espaços.

Figura 24- AMA'R Espaços internos



Fonte: Site Archdaily Brasil

Figura 25 - Exposição de trabalhos manuais



Fonte: Site Archdaily Brasil

A Casa da Cultura das Crianças, Ama by Dorte Mandrup, é uma instalação pública para famílias, como parte de uma revitalização de bairros em um distrito que havia sido desativado em Copenhague e que surgiu como um centro para a cultura

dinamarquesa do hip hop. Projetado em uma colaboração entre a arquiteta e artista Kerstin Bergendal, a concepção surgiu de uma série de oficinas de design com adultos e crianças. O novo edifício é organizado como uma aldeia de montanha, fechando e curando uma pausa no tradicional bloco da cidade de Copenhague, bem em uma esquina da rua ativa. As janelas com dimensões na escala da criança não só envolvem as pessoas no interior da edificação, mas também conectam a comunidade com o intuito de mostrar que a Casa da Cultura é um lugar para todos.

Um ponto importante e essencial neste projeto é que vários espaços foram criados em resposta às crianças que participaram do processo de criação da Casa da Cultura. O processo ocorreu a partir de uma série de atividades práticas, permitindo que as crianças desenvolvessem suas próprias ideias em relação a arquitetura. A arquiteta considerou as ideias e desejos das crianças criando uma casa com muitos ângulos intrigantes, cavernas e escadas que oferecem uma riqueza de oportunidades para expressão criativa e exploração.

4.4.3. ANÁLISE DO PROJETO

A Casa da Cultura da Criança AMA'R é um exemplo de arquitetura criativa. A conexão dos espaços e o trabalho desenvolvido com as cores e formas, tanto dos mobiliários como da própria estrutura enriquece o repertório do programa de necessidade ao trazer uma releitura dos usos que acontecem ali.

O conceito de fazer o espaço pluridimensional, no sentido estético e formal, faz com que os indivíduos que utilizam a edificação tenham maior desenvolvimento da criatividade e da imaginação. Os ambientes carregam uma personalidade de acordo com o uso. Esta referência proporciona uma reflexão do conceito formal em relação à percepção do indivíduo, além de privilegiar o processo de concepção participativa, oferecendo a oportunidade de incluir os desejos e necessidades dos próprios usuários.

Outra característica relevante é o emprego da psicologia das cores, que foi fundamental para a criação de cada elemento, principalmente se tratando da faixa etária definida, sem excluir a comunidade local.

5. OBJETO DE ESTUDO



5.1.1. Leis federais e municipais referentes à assistência social

No âmbito nacional, a lei que rege as diretrizes para o planejamento e manutenção dos serviços de CRAS estão atreladas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que por sua vez, está sob os parâmetros estabelecidos pelo Norma Operacional Básica. De acordo com a Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012, a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) regulariza a gestão pública da Política Nacional de Assistência Social, exercida de forma sistêmica por todo território através dos órgãos vinculados a ela, de acordo com a Constituição Federal, de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993 (BRASIL, 2012).

Segundo a Lei Nº 6.063, que dispõe sobre a organização do SUAS no Município de Varginha, no Art 1º, coloca que é direito do cidadão e dever do Estado a assistência social como Política de Seguridade Social não contributiva, “que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas do indivíduo” (VARGINHA, 2015), configurando assim o Cap. I.

Um outro ponto demonstrado no Plano Municipal de Assistência Social são as ações almeçadas pelo município, destacando a Ação estratégica 1: que tem como premissa investir na estrutura física da rede de atendimento socioassistencial, através da “aquisição de **sede própria** para três CRAS, com recursos próprios e do Estado” (VARGINHA, 2015).

Tanto a Lei Federal Nº 12.435, de 2011 quanto a Municipal Nº 6.063, de 2015, dispõem que as instalações dos CRAS - e também dos CREAS - devem estar compatíveis com os serviços neles ofertados. Provendo através destas instalações espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

5.1.2. Leis referentes à construção de novos CRAS, normas e instruções técnicas pertinentes

Conforme mencionado nas referências teórico-conceituais deste caderno, os CRAS, devem estar localizados segundo diagnósticos em territórios onde haja real

necessidade de implantação da unidade, além disso, deve possuir um programa básico arquitetônico, contendo, segundo o guia *CRAS: melhorias físicas*: i) uma recepção de 12m²; ii) sala de atendimento de 12m²; iii) sala multiuso de 35m²; iv) sala de coordenação de 20m²; v) copa com 5m²; vi) conjunto de instalações sanitárias com 10m²; e vii) almoxarifado de 5m² (BRASIL, 2009). Nestas condições deve-se atentar ainda para a quantidade de ambientes, que serão dados segundo o porte de CRAS estabelecido.

Para a construção do novo CRAS, ainda serão levantadas as normas de acessibilidade com regulamentações previstas na NBR 9055 contemplando soluções em acessibilidade, NBR 9077 e na instrução técnica 08, referente à saídas de emergência. Além destas, as normas 5013, quanto à iluminação interior e similares.

5.1.3. Leis municipais referentes ao uso e ocupação do solo

De acordo com a Lei Municipal N° 3.181 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano, o objeto de estudo se enquadra na categoria E3, como um espaço destinado predominantemente ao uso institucional de grande porte.

A lei ainda coloca que a ocupação do lote na área urbana será definida a partir da fixação de índices urbanísticos, como taxa de ocupação, coeficiente de impermeabilização, recuos, gabaritos e vagas para estacionamento, conforme o Anexo I desta Lei.

Quadro 6: Disposições ANEXO 1 Lei de Uso de Ocupação do Solo de Varginha - orientações

SIGLA	USO	GABARITO	RECUOS MÍNIMOS (m)			VAGA P/ AUTO	TAXA OCUPAÇÃO MÁXIMA	COEFICIENTE IMPERMEABILIZAÇÃO MÁXIMA
			FRENTE	LATERAIS	FUNDO			
E3	INST. GRANDE PORTE acima de 70,00m ² área construída	H	5,00	De cada lado H/6	H/7	1 p/ cada 75,00m ²	70%	0,9

Fonte: Lei a Lei Municipal N° 3.181, VARGINHA, 1999.

De acordo com o Art. 9º, a lei de uso e ocupação, permite qualquer tipo de uso em toda a área urbana, desde que atendidas as restrições fixadas no Anexo I, respeitando as coeficientes e determinações - como exemplo as informações demonstradas no quadro acima.

Outra determinação a ser destacada é que caso haja elemento construtivo situado no recuo obrigatório, “este não poderá avançar além de 1/3 (um terço) do recuo,

respeitando o limite mínimo de 1,50 (um vírgula cinquenta) metros, e que a relação entre a face do elemento e a da edificação não poderá ser superior a 1/6 (um sexto)” (VARGINHA, 1999). Ressaltando ainda, segundo a lei, que os acessos de veículos às edificações devem ser previstos de uma forma a não interferirem no fluxo normal do tráfego e no sistema viário, além de distarem mais de 6 metros da esquina.

5.2. ANÁLISE DO ENTORNO

O objeto de estudo localiza-se no bairro Jardim Canaã na cidade de Varginha, Minas Gerais.

A escolha da área se justifica primeiro por estar propícia ao tema deste trabalho, configurando-se como um território de vulnerabilidade social em meio a uma área de abrangência carente deste equipamento. Segundo, por ser um local totalmente apropriado e favorável, por oferecer equipamentos pré-existentes que servirão de apoio à unidade CRAS, como: Associação Comunitária, escola, igreja, posto de saúde e lugares para esporte.

Esses equipamentos de apoio tornam o trabalho do CRAS mais forte e proporcionam um vínculo muito maior à comunidade, pois as famílias atendidas passam a frequentar lugares em comum e, assim, criar relações de vizinhança e pertencimento.

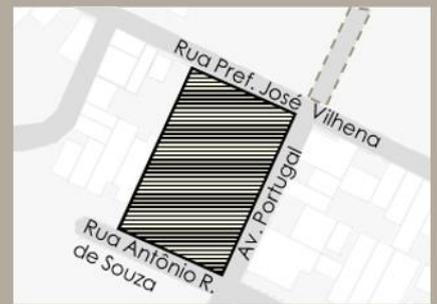
Em entrevista com o coordenador do CRAS Varginha, Roberto Gouvêa, estas conexões são fundamentais para o trabalho desenvolvido pelos CRAS, pois a partir das atividades oferecidas por equipamentos fora da unidade acontecem as relações que firmam o objetivo da assistência social: o convívio e a inclusão com o meio.

Mapa 1 | Entorno – Pontos notáveis

Diagnóstico entorno | Levantamento 24.abr.2018
 CRAS: Um lugar para sonhar | Escala gráfica
 Varginha . MG



Situação terreno



- 1.Terminal Rodoviário
- 2.Parque Zoobotânico
- 3.Parque Municipal Novo Horizonte
- 4.Academia de rua
- 5.Cento Comunitário

- 6.Policlínica Municipal
- 7.Escola Estadual
- 8.Quadra de futebol
- 9.Shopping center
- 10.Igreja Católica

- Situação
- Terreno estudo
- Lugares comunitários
- Saúde
- Parques com natureza
- Esporte e atividades físicas
- Serviços e comércio
- Educação

PONTOS NOTÁVEIS

Os pontos ao lado se destacam pela influência que exercem na comunidade e na região abrangente. De acordo com entrevista realizada com o Coordenador do CRAS Varginha, Roberto Gouvêa, é fundamental que os CRAS estejam atrelados a diversos tipos de equipamentos urbanos, como associações comunitárias, igrejas, quadras, escolas e serviços de saúde, para que se estabeleçam vínculos com o contexto existente no bairro. A região escolhida para o desenvolvimento do projeto arquitetônico de CRAS traz este atributo por estar localizada numa área com equipamento urbanos consolidados e diversificados.

O Parque Zoobotânico (1) e Parque Novo Horizonte (2) oferece opções de lazer e contato com a fauna e flora, podendo ser desenvolvidos trabalhos referentes ao meio ambiente, além de serem espaços adequados para realização de atividades ao ar livre com a presença de vegetação e elementos de água.

Próximo aos parques existe uma academia de rua, que é bastante frequentada por moradores, o que evidencia a presença de população idosa e familiar. No perímetro abrangente também há uma policlínica (3), uma escola estadual (4) e uma quadra de esportes (5), que são suportes fundamentais para a vida do bairro.



5.2.2. LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO DO ENTORNO

A partir de visitas in loco foram levantados os usos, gabaritos, predominância dos ventos, configuração do sistema viário e observação de fluxos e pontos de conflito. Esse levantamento é fundamental para a avaliação do entorno e como o objeto de estudo se comporta dentro do meio avaliado.

O bairro Canaã está localizado num vale bem próximo ao centro de Varginha. A região é predominantemente residencial com um padrão de casas térreas. As vias são pavimentadas e possuem iluminação pública. O bairro possui infraestrutura satisfatória, como: tratamento de água e esgoto, redes de telecomunicação, serviços de coleta de lixo, dentre outros. A área sofreu grandes mudanças nos últimos dois anos devido à implantação do shopping center na via principal do bairro. Com a inserção do shopping na área, foram reestruturadas as vias e houve diversas mudanças no sistema viário.

Próximo ao objeto de estudo está localizado o Parque Municipal Zoobotânico e o Parque Novo Horizonte, áreas muito visitadas na cidade. Ainda há um posto de saúde, escola estadual, quadra de esportes gramada, academia de rua, igreja e Associação Comunitária que conta com horta comunitária e salão para reuniões, onde acontecem eventos beneficentes.

Apesar do bairro estar numa faixa econômica baixa, em seus limítrofes estão situados os bairros Santa Luiza e Jardim dos Pássaros, considerados bairros de alto padrão, um contraste notório que ressalta a realidade do território.

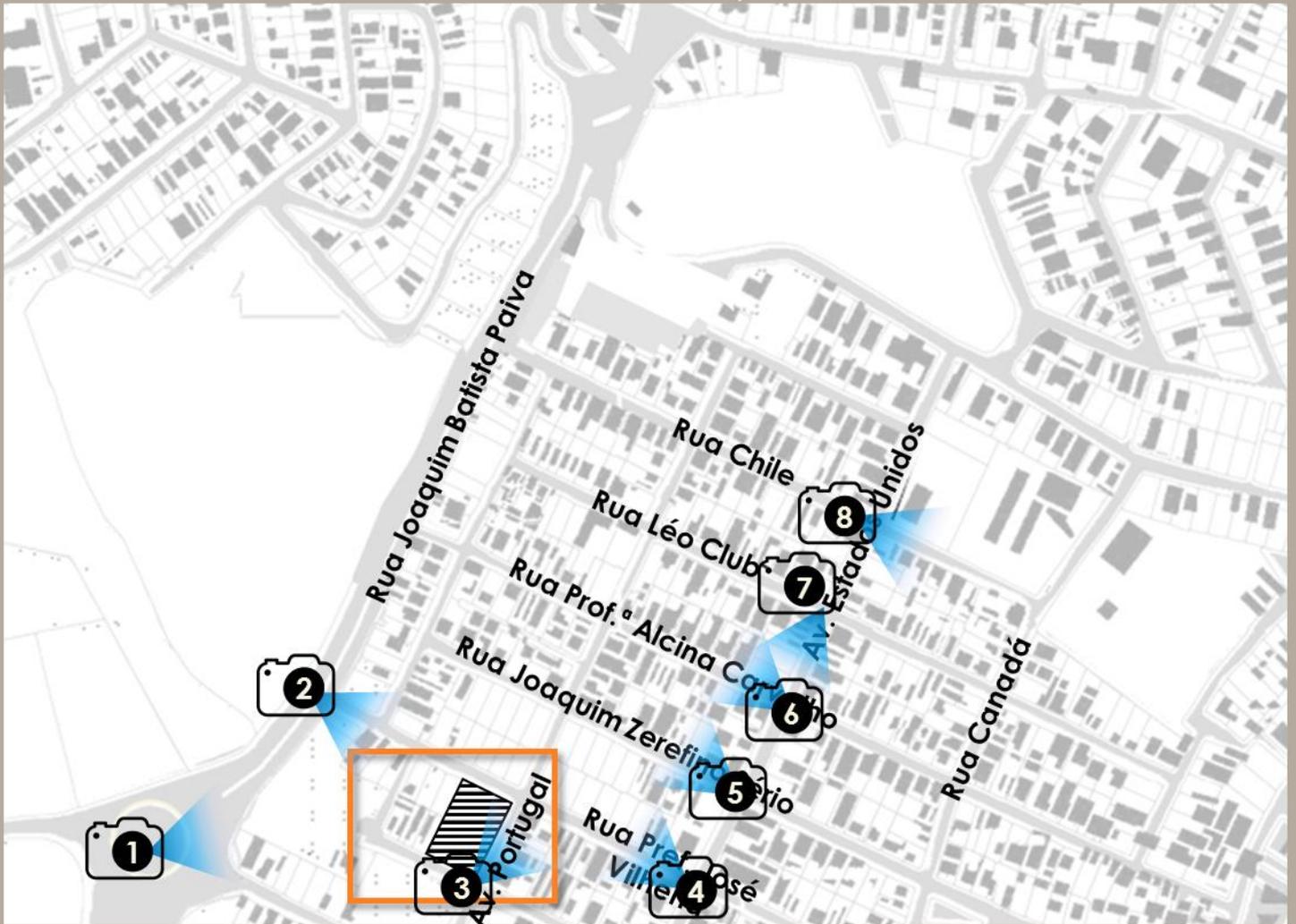
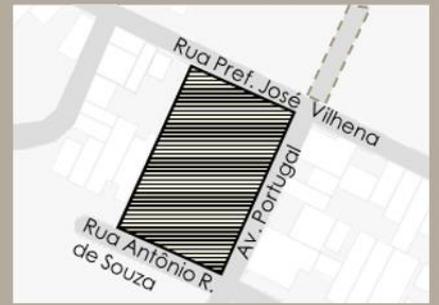
Quanto à instalação da unidade de CRAS, um dos pontos ressaltados durante o levantamento e entrevista com coordenador geral das unidades da cidade, foi o posicionamento da implantação proposta. Atualmente, a unidade CRAS Vila Pinto atende aos bairros que circundam o centro de Varginha, recebendo, inclusive o bairro Canaã, ou seja, há uma demanda muito grande sendo distribuída em apenas cinco unidades de atendimento.

Mapa 2 | Área abrangente – Visuais

Diagnóstico entorno | Levantamento 24.abr.2018
CRAS: Um lugar para sonhar | Escala gráfica
Varginha . MG



Situação terreno



- Situação
- Terreno estudo
- Levantamento fotográfico
- Sentido das visuais

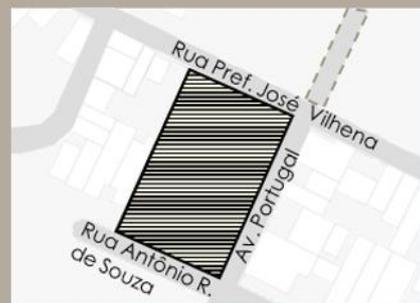
Mapa 3 | Área abrangente – Uso e ocupação

Diagnóstico entorno | Levantamento 24.abr.2018
CRAS: Um lugar para sonhar | Escala gráfica
Varginha . MG



0 10 50 100

Situação terreno



Os usos revelam uma predominância de habitações unifamiliares no bairro do objeto de estudo, com ocupações pontuais de comércio e serviços.

Um ponto favorável é a quantidade de equipamentos urbanos como parques, quadra, escola e policlínica, que contribuem essencialmente para o funcionamento do CRAS, amparando o trabalho de assistência social realizado dentro da unidade, fortalecido, desta forma, pela junção dos serviços oferecidos no entorno para a comunidade atendida.

Além disso, a presença de uma associação comunitária e uma igreja é importantíssima para a criação de vínculos ainda mais fortes com os usuários. O mapa revela uma ocupação densa no bairro com habitações unifamiliares. A incidência mais forte de comércio ocorre no shopping center na via principal. Há algumas edificações com uso misto, porém são minoria.

-  Situação
-  Terreno estudo
-  Lagos
-  Áreas verdes uso público
-  Áreas não edificadas
-  Habitação
-  Misto
-  Serviços e comércio
-  Institucional

Mapa 4 | Área abrangente – Gabaritos

Diagnóstico entorno | Levantamento 24.abr.2018
CRAS: Um lugar para sonhar | Escala gráfica
Varginha . MG



Situação terreno



O gabarito da área de abrangência é, predominantemente, de 4 metros de altura ao máximo, conforme observado no mapa. Apesar da topografia acentuada do bairro, as edificações são construídas ao nível da rua, o que permite uma visualização abrangente das paisagens e dos bairros vizinhos.

O gabarito também traz uma vantagem ao bairro que é a boa circulação dos ventos e insolação abundante, compensados pela vegetação ao redor. Esses fatores contribuem para o clima da área, garantindo brisas e sombras em quantidade suficiente para as quadras.

-  Situação
-  Terreno estudo
-  Áreas não edificadas
-  1 pavimento
-  2 pavimentos
-  3 pavimentos

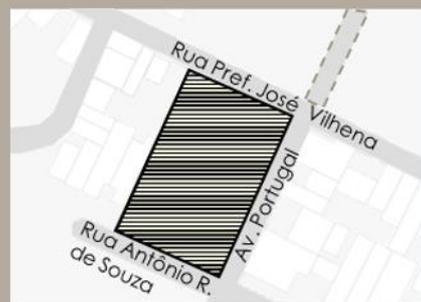
Mapa 5 | Área abrangente – Fundo figura

Diagnóstico entorno | Levantamento 24.abr.2018
CRAS: Um lugar para sonhar | Escala gráfica
Varginha . MG



0 10 50 100

Situação terreno



O mapa de fundo-figura demonstra a ocupação e configurações das edificações do entorno. Sendo a maioria habitações, não há grandes volumes construídos.

É possível perceber que existem recuos e espaçamentos entre as edificações e também grandes vazios no interior das quadras. Além do gabarito, que não

ultrapassa – em sua maioria – os 6 metros, o bairro possui boa circulação dos ventos e áreas abundantes de insolação. Ao redor do terreno de estudo há áreas de vazios nas laterais e cheios na fachada frontal, situada à Av. Portugal.

-  Situação
-  Terreno estudo
-  Vazios
-  Cheios

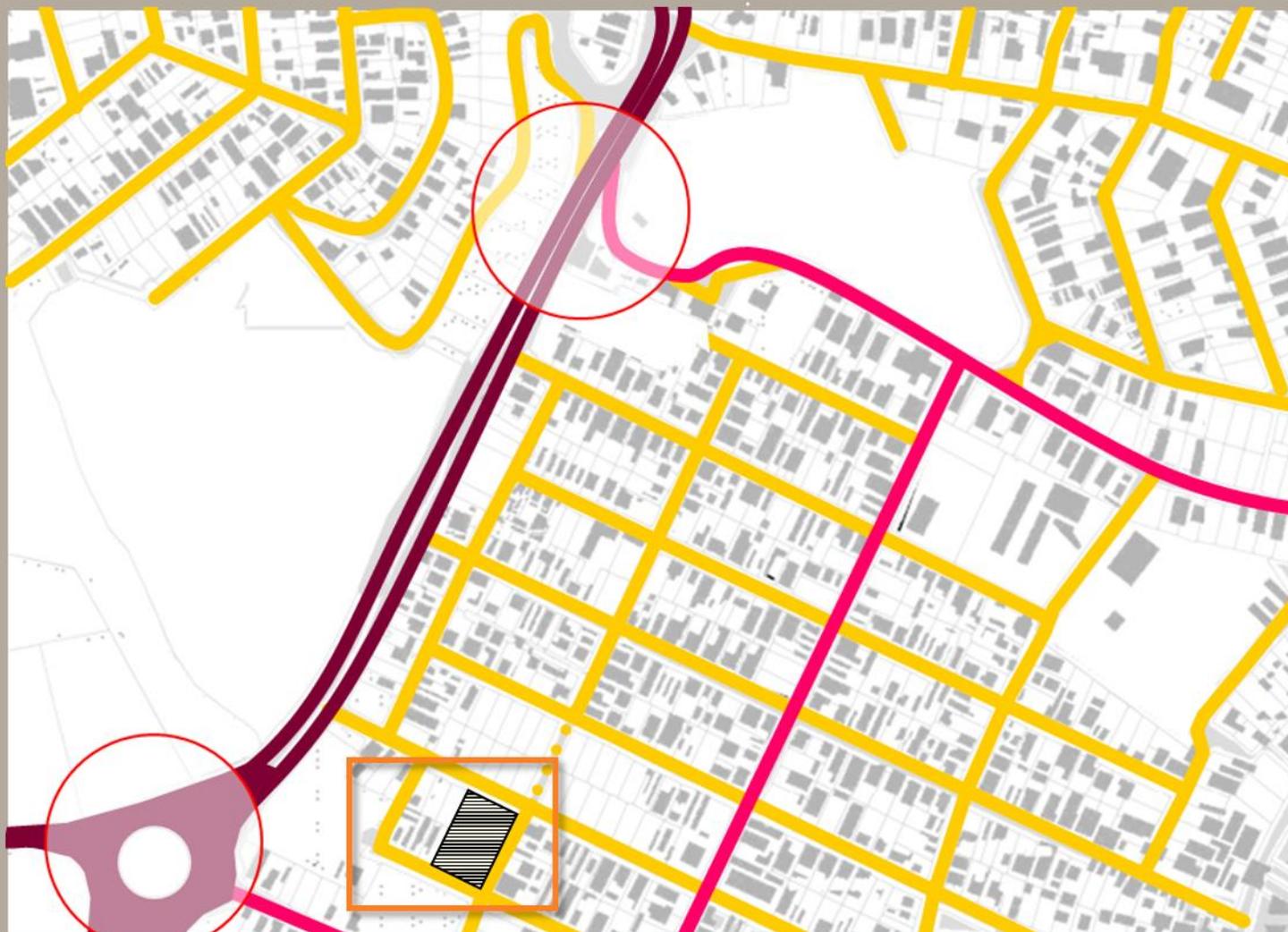
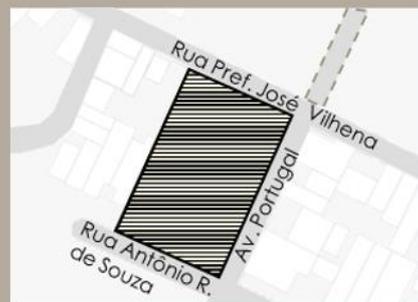
Mapa 6 | Área abrangente – Sistema viário

Diagnóstico entorno | Levantamento 24.abr.2018
CRAS: Um lugar para sonhar | Escala gráfica
Varginha . MG



0 10 50 100

Situação terreno



O mapa demonstra a relação dos fluxos que acontecem no sistema viário. O bairro sofreu modificações em relação ao trânsito há pouco mais de 5 anos, com a ampliação da via principal – que tornou-se um binário viário. Esta mudança ocasionou um aumento considerável destes fluxos e da frota de veículos que circulam pelas vias todos os dias. O binário viário, comporta

uma demanda grande de veículos, pois liga o centro à rodovia e ainda recebe o fluxo oriundo do Shopping Center, inaugurado há 2 anos. Além disso ainda cruza uma importante avenida que liga a zona industrial da cidade aos bairros vizinhos,

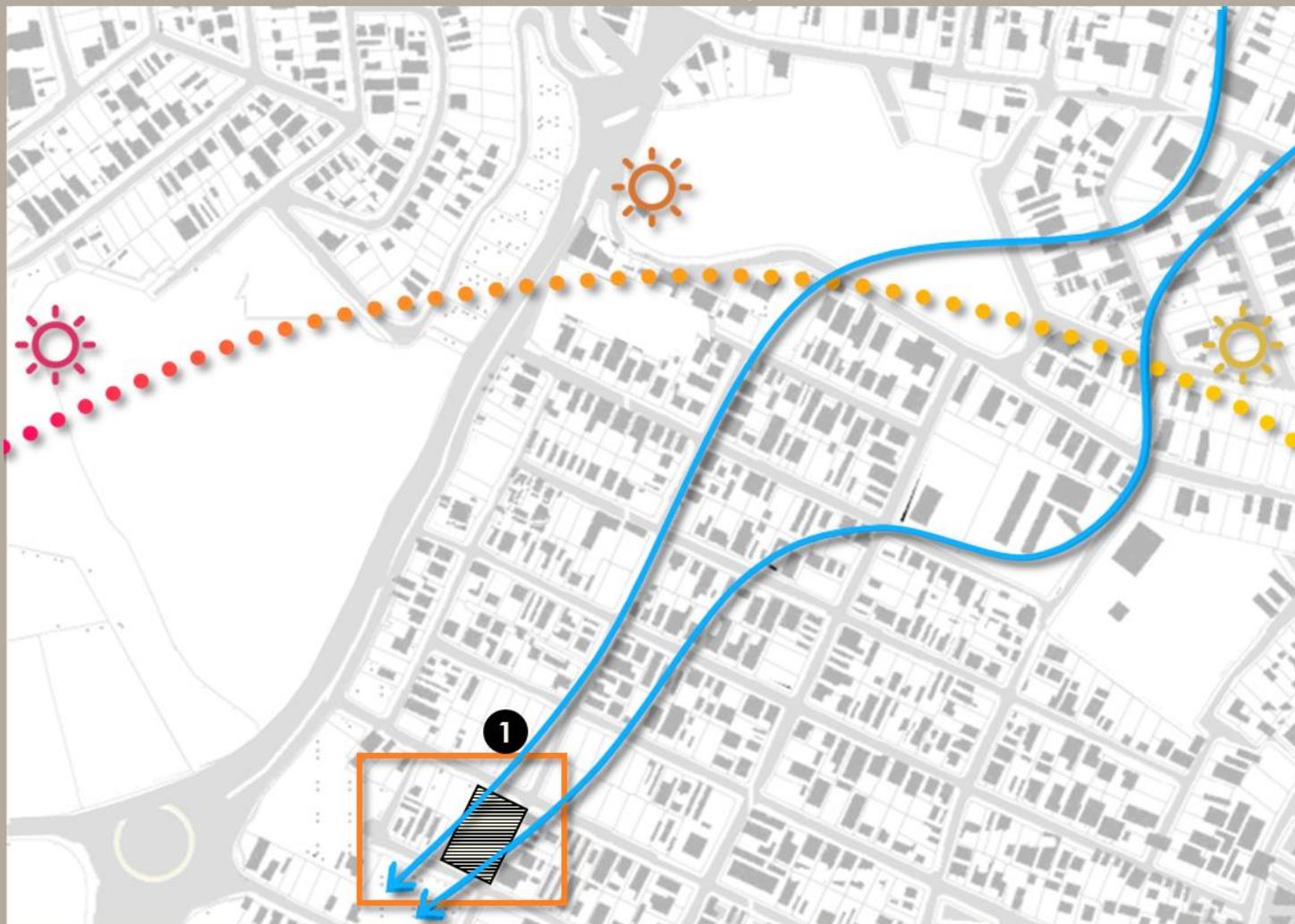
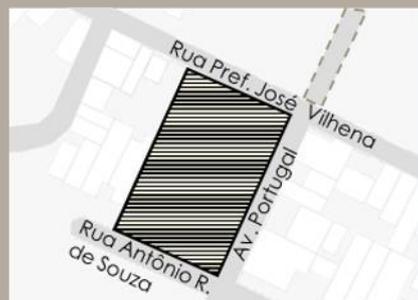
- Situação
- Terreno estudo
- Vias locais (fluxo moderado)
- Vias coletoras (fluxo médio)
- Vias arteriais (fluxo intenso)
- Edificações
- Via projetada
- Pontos de conflito viário

Mapa 7 | Área abrangente –Análise climática

Diagnóstico entorno | Levantamento 24.abr.2018
CRAS: Um lugar para sonhar | Escala gráfica
Varginha . MG



Situação terreno



Massa arbórea lateral terreno de estudo

Os ventos predominantes na região são oriundos do nordeste. O terreno de estudo recebe boa quantidade de ventos e o sol ficando apenas a fachada norte com incidência menor devido à barreira verde formada por uma maciço arbóreo da quadra vizinha.

- Situação
- Terreno estudo
- Ventos predominantes
- Percurso do sol

5.3. O TERRENO

O terreno destinado a este estudo está localizado à Rua Portugal, faceando também em suas laterais com Rua Prefeito José Vilhena e Rua Antônio Rodrigues de Souza. Pertence ao município, sendo portanto, um terreno público, onde há possibilidade real e plausível de implantação do CRAS. O levantamento das medidas foi cedido pela Prefeitura de Varginha, através do Setor de Topografia da cidade.

O terreno possui localização descentralizada em relação ao bairro, porém há um grande plano visual que conecta o terreno com o entorno. Além disso, possui três vias que o circundam, facilitando assim a disposição dos acessos e promovendo conexões da maioria das fachadas. Outro ponto interessante no terreno é o desnível natural: apesar das ruas laterais terem desnível considerável, o terreno passou por terraplanagem para a construção de um equipamento público, que não foi executado.

Com área total de 1.813,54m², poderá abrigar diversos ambientes que são necessários ao CRAS e à ampliação do programa, de modo a receber a comunidade com conforto.

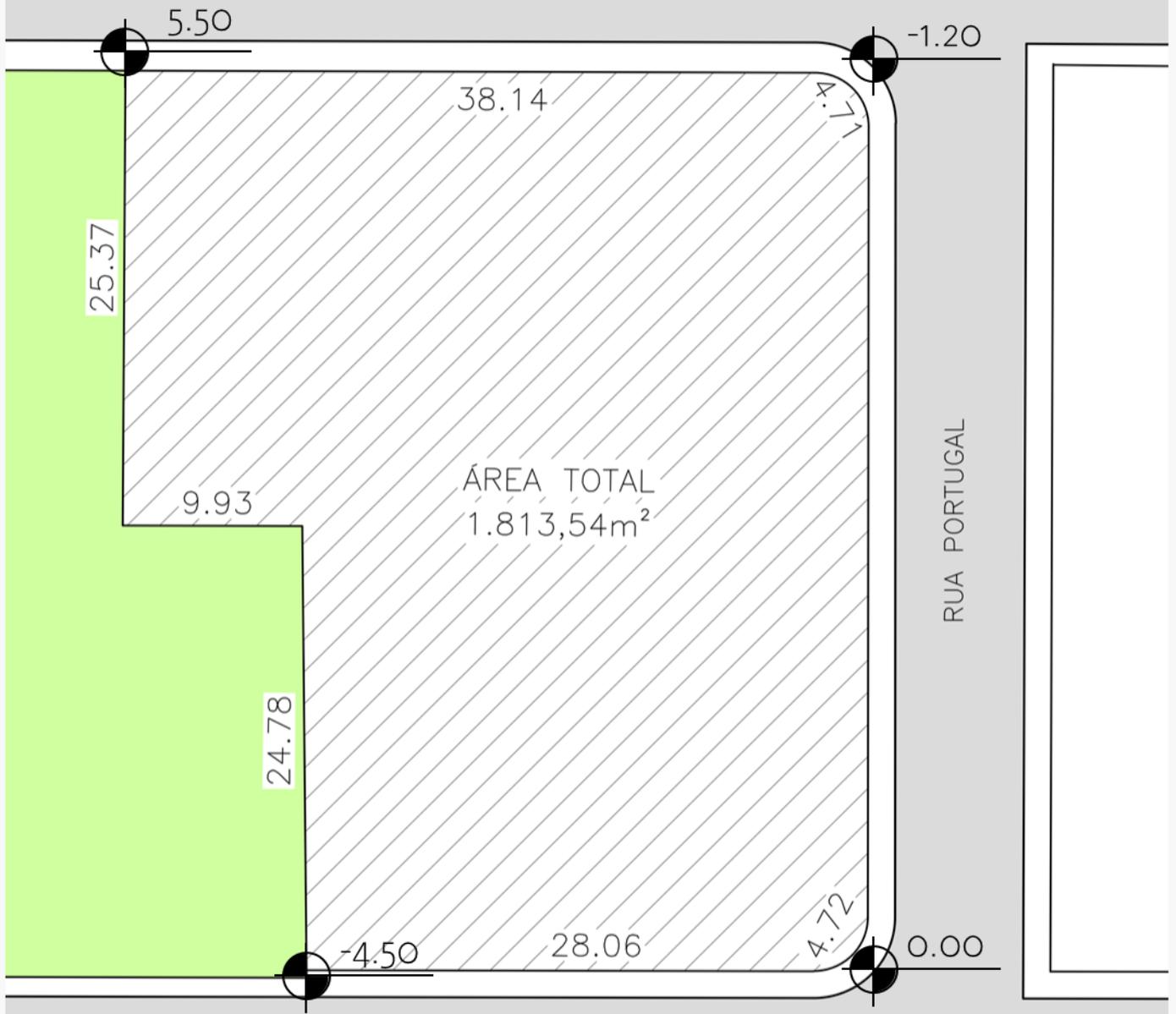
Figura 26 - Levantamento fotográfico terreno estudo



Fonte: a autora.

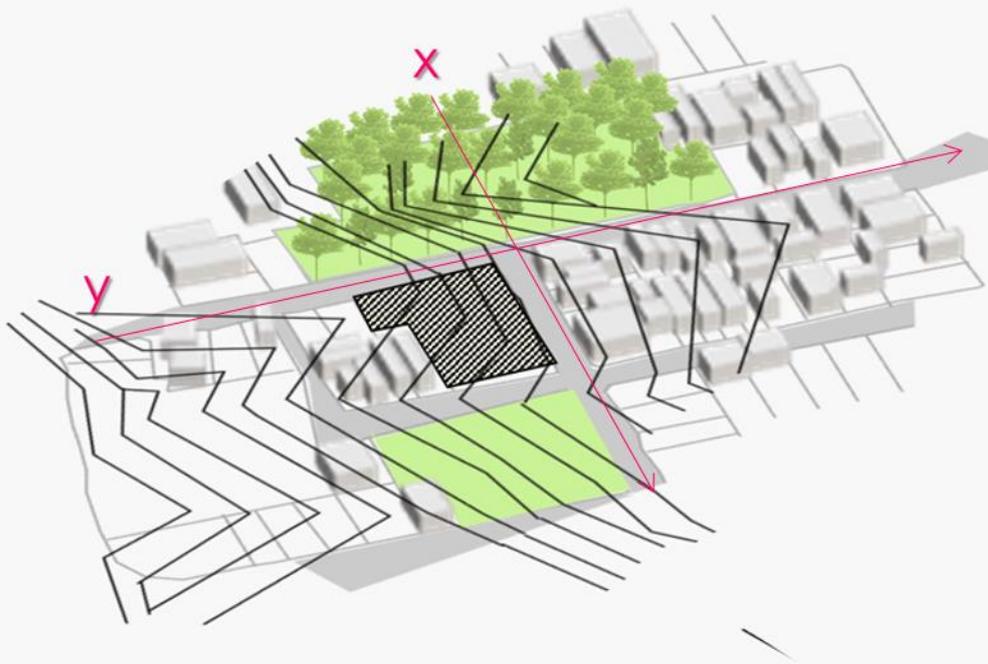


RUA PREFEITO JOSÉ VILHENA



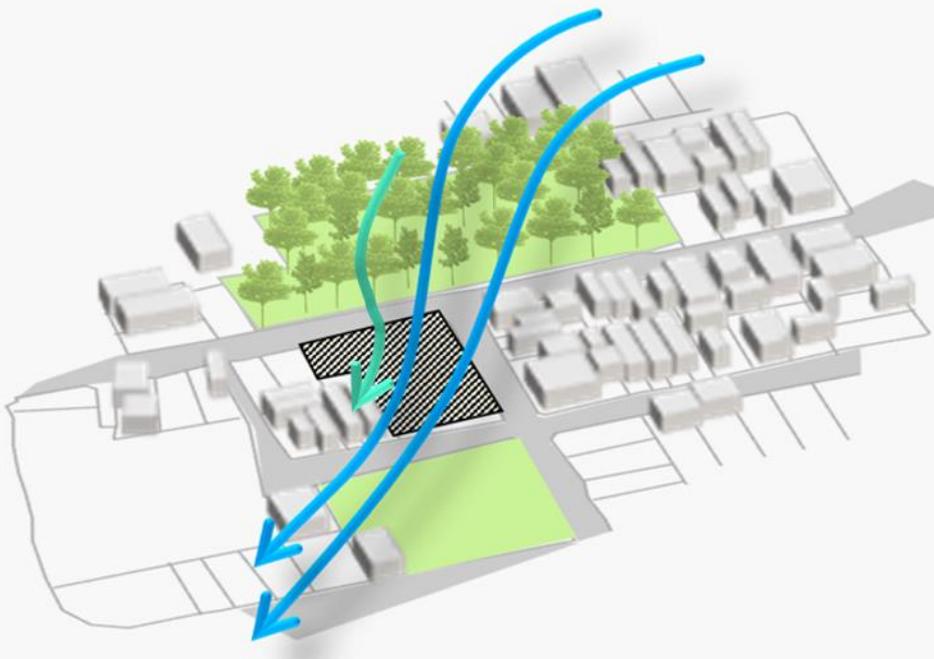
RUA ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA





TOPOGRAFIA

A área possui uma declividade moderada no sentido longitudinal (**x**) do bairro e mais acentuada no sentido transversal (**y**). O terreno deste estudo passou por terraplanagem e encontra-se atualmente sem nenhum desnível.



VENTOS PREDOMINANTES

Os ventos predominantes são oriundos do nordeste. O terreno recebe quantidade abundante destes ventos e também leve brisa por conta da massa arbórea presente numa das laterais do eixo transversal.

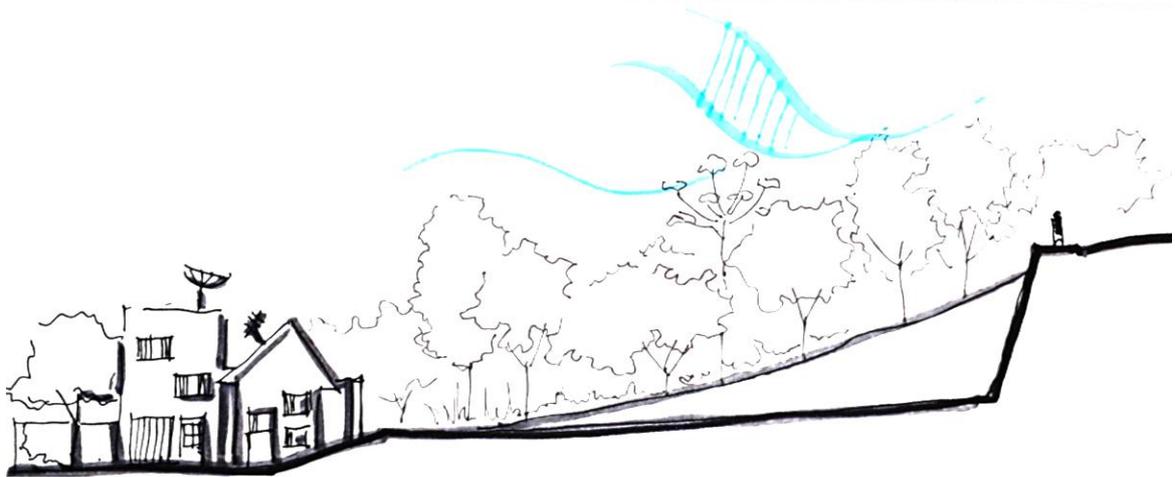


CIRCULAÇÃO

As vias lindeiras são predominantemente de tipo local, apresentando um fluxo baixo de veículos e pedestres.

O terreno apresenta um perfil livre de desníveis. O corte esquemático abaixo mostra o perfil do terreno atual, passando pelo eixo central, paralelo às vias laterais.

Figura 27 - Croqui perfil terreno estudo

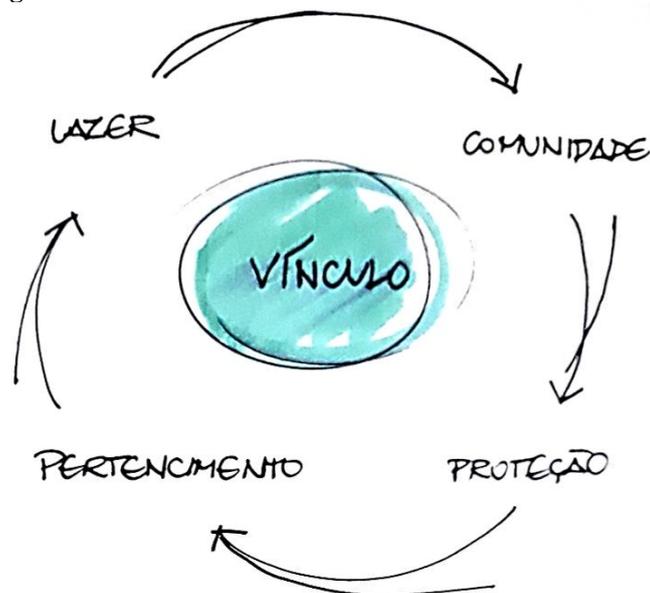


Fonte: a autora.

5.4. CONCEITO

O estudo destinado ao terreno em questão leva em consideração todo o diagnóstico e levantamento realizado no entorno, promovendo dessa forma uma conexão entre objeto e o meio: trazendo um conceito que envolva as atividades próprias do CRAS com a arquitetura e a comunidade. Por isso, o conceito baseia-se na palavra-chave que permeia os objetivos do CRAS: VÍNCULO.

Figura 28 - Conceito

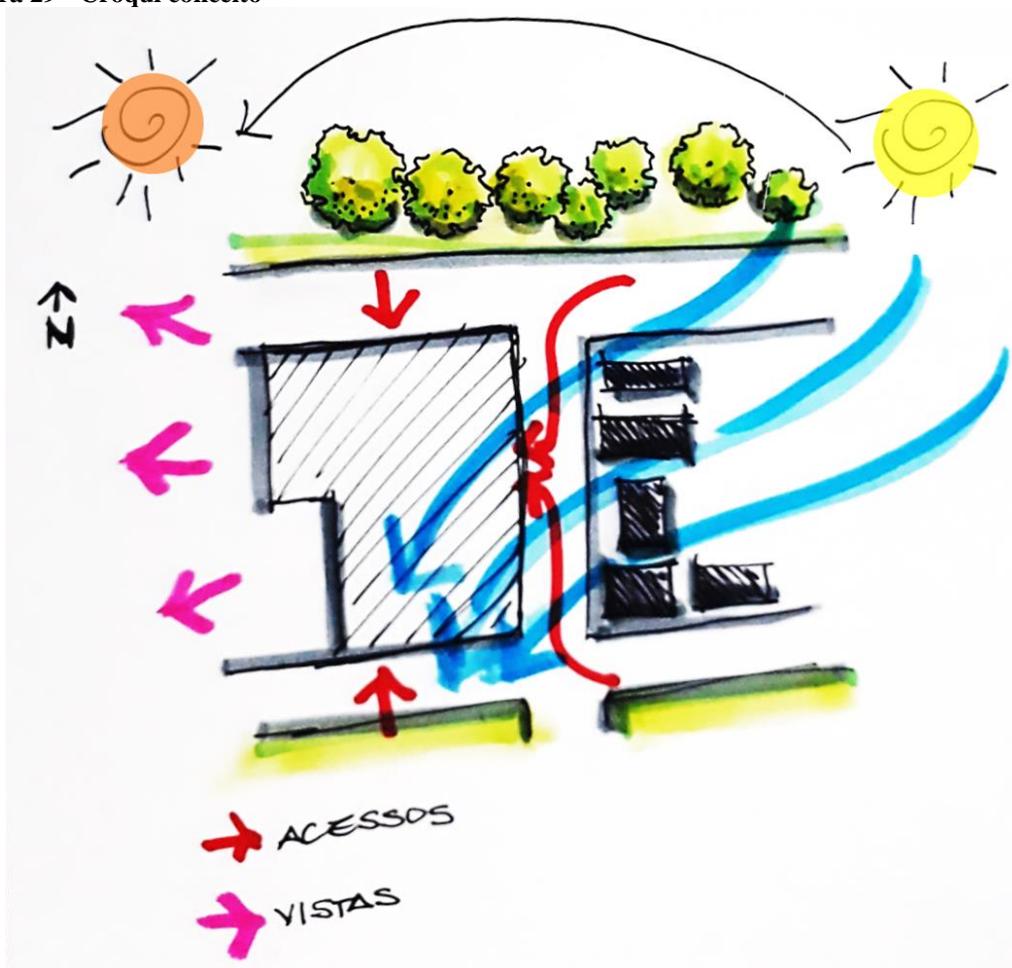


Fonte: a autora.

Através desse termo, o desenho se desenvolve, apropriando-se de quatro pilares básicos que sustentam todo o arranjo conceitual: a PRIVACIDADE, a COMUNIDADE, o PERTENCIMENTO e o LAZER. Dessa forma, transformam-se num ciclo de inclusão e vida da comunidade.

A dinâmica do conceito também abarca as relações com as visuais do entorno, propondo fachadas que contemplem estas visuais e proporcionem transparência e leveza no objeto. Além disso, o conceito resolve o programa, ao entender que existe a necessidade de um espaço destinado à privacidade e outro para o coletivo, termos que devem estar essencialmente definidos na setorização e no partido.

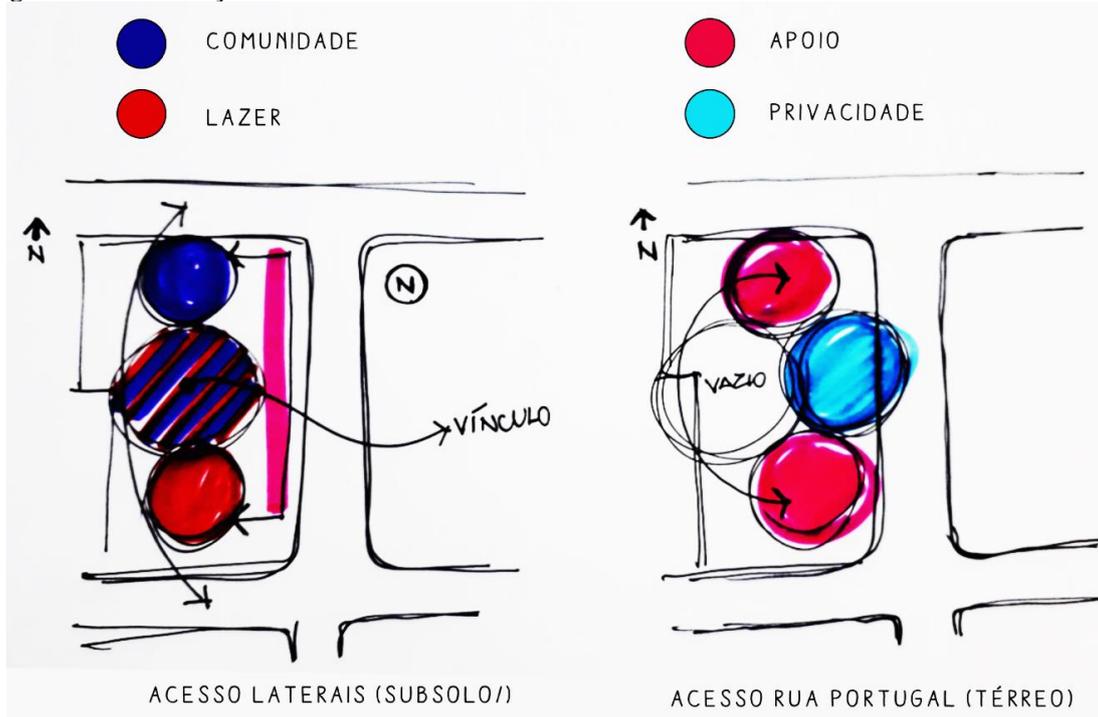
Figura 29 - Croqui conceito



Fonte: a autora.

O conceito traz a simplicidade dos traços, remetendo às figuras geométricas básicas num desenho que sugere ludicidade, leveza e solidez ao mesmo tempo. Apropriando-se do quadrado e do círculo, associados às cores primárias - pontualmente, as secundárias, quando mescladas - e aos elementos naturais: a arquitetura conversa com o usuário com facilidade e clareza.

Figura 30 - Setorização conceito

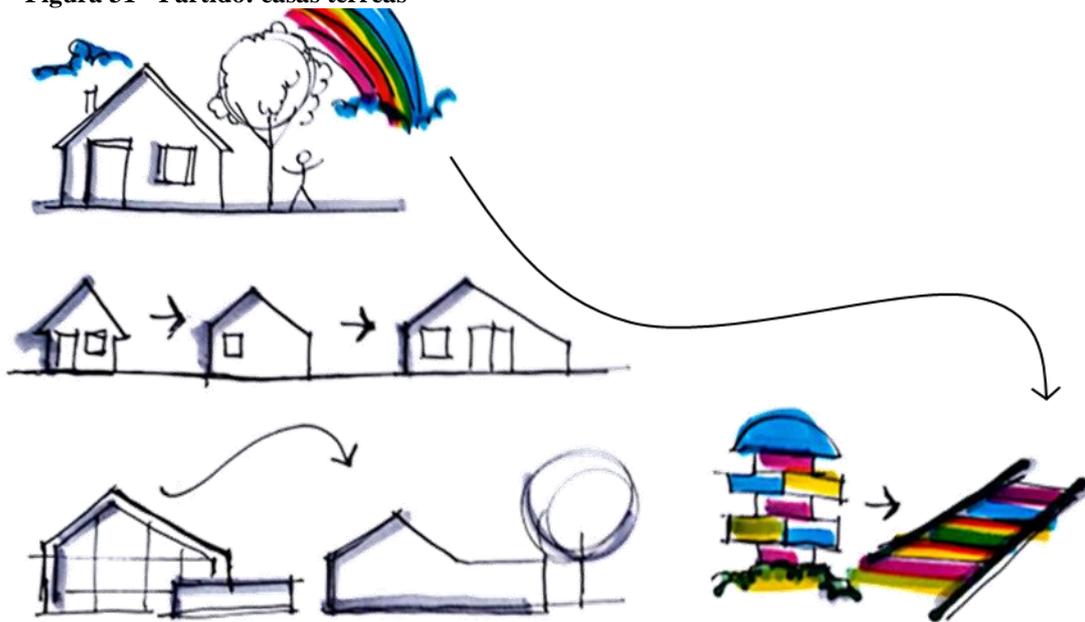


Fonte: a autora.

5.5. PARTIDO

A forma adotada é a tipologia de casa térrea, conforme definido pelo mapa mental desenvolvido sobre os desenhos das crianças do CRAS. A presença dos ângulos do telhado e das aberturas tradicionais são base para a proposta do desenho arquitetônico.

Figura 31 - Partido: casas térreas



Fonte: a autora

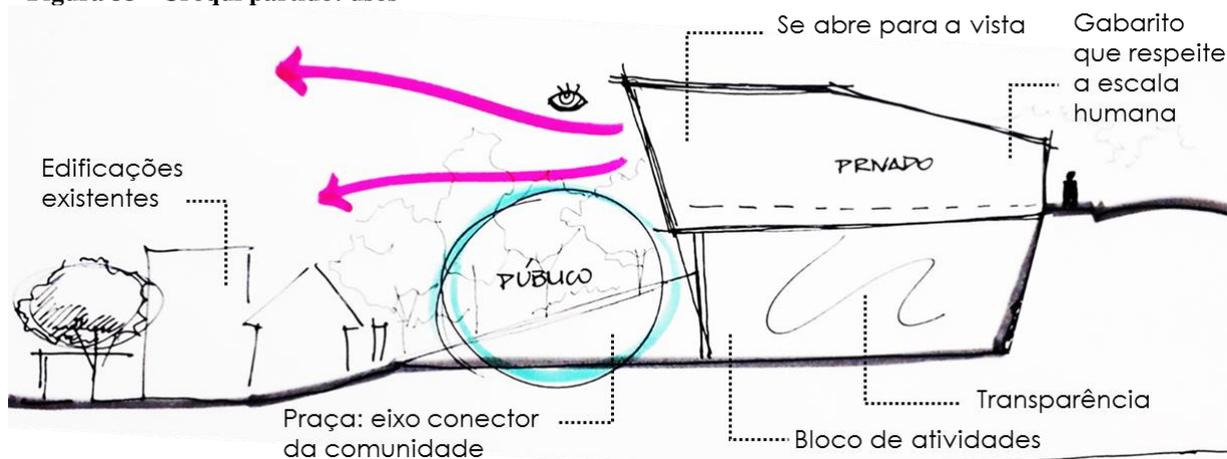
Figura 32 - Esboço fachada principal



Fonte: a autora.

Estabelecer a diferença entre o espaço de privacidade e o coletivo é essencial para que o trabalho de assistência social aconteça. O partido baseia-se primeiramente na discussão *privado x coletivo* e busca uma concepção formal que permita a conexão com o entorno.

Figura 33 - Croqui partido: usos

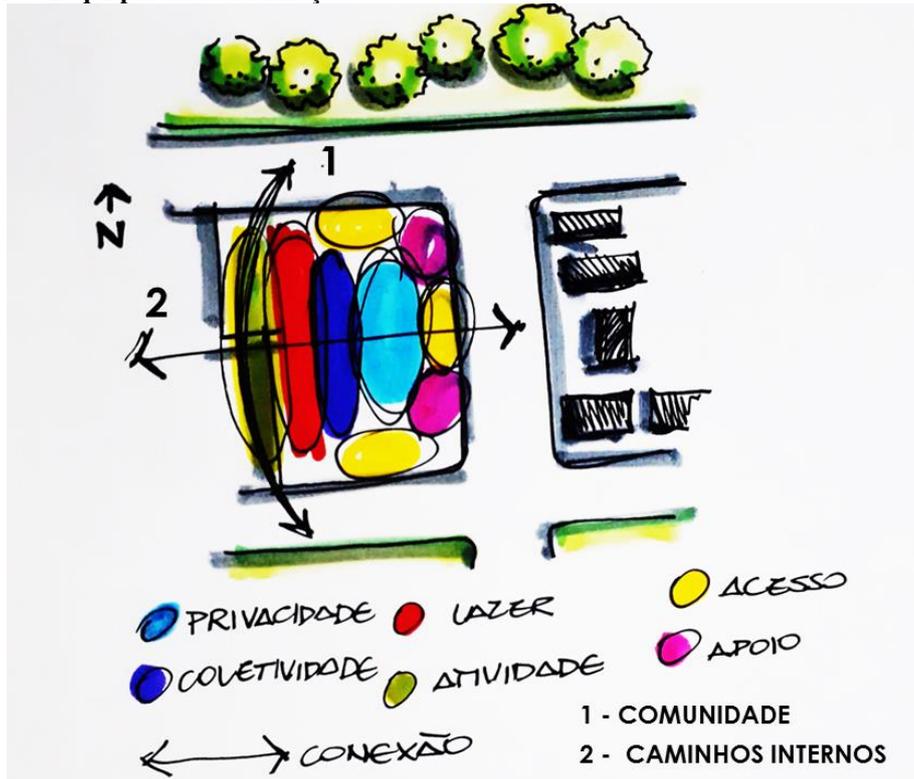


Fonte: a autora.

A definição dos pavimentos prevê essa diferenciação: o térreo, ao nível da Rua Portugal, fica destinado ao serviço básico do CRAS de atendimento individual e assistido; o subsolo, ao nível das ruas laterais, fica destinado à coletividade e à comunidade, criando dessa forma o vínculo entre os dois espaços do objeto, sem segregar os usos.

Ao nível das ruas laterais a criação de um caminho coletivo traz a implantação de um pátio público – o qual podemos denominar de “praça” do CRAS - centralizado em relação ao volume da edificação: um lugar de criação de vínculos, tanto do povo, quanto da arquitetura aqui empregada.

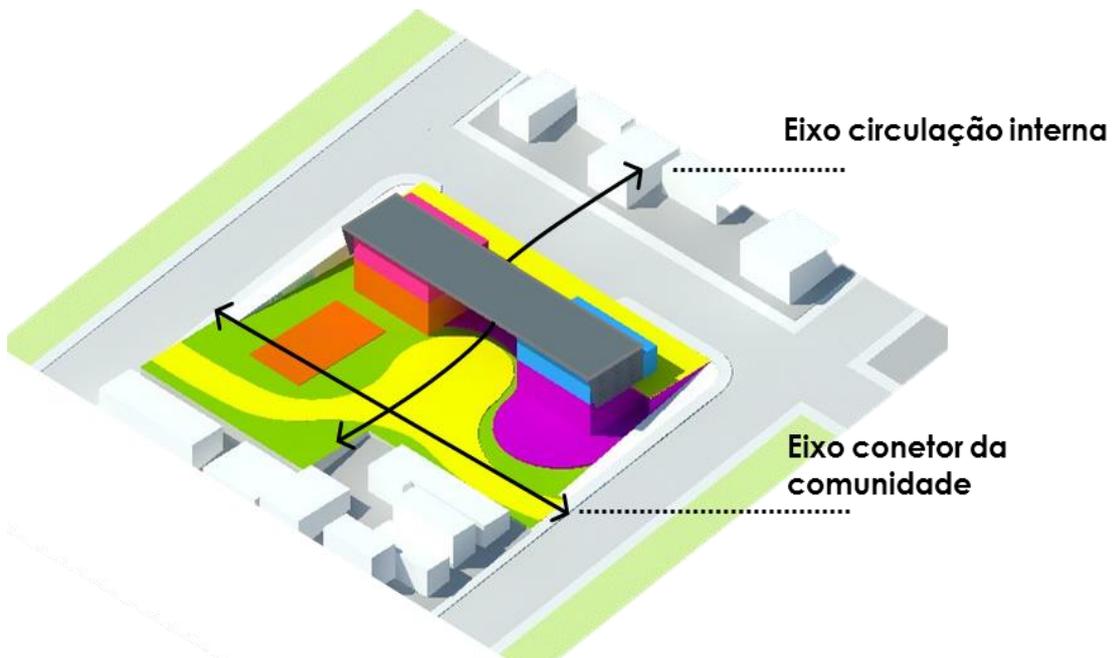
Figura 34 - Croqui partido: setorização



Fonte: a autora

A setorização prevê dois eixos de conexão: um que acontece entre os acessos de uso coletivo e um eixo para uso mais reservado, garantindo a privacidade das pessoas em atendimento. Os usos ficam divididos por tipo de atividades, organizando-se entre os eixos conectores.

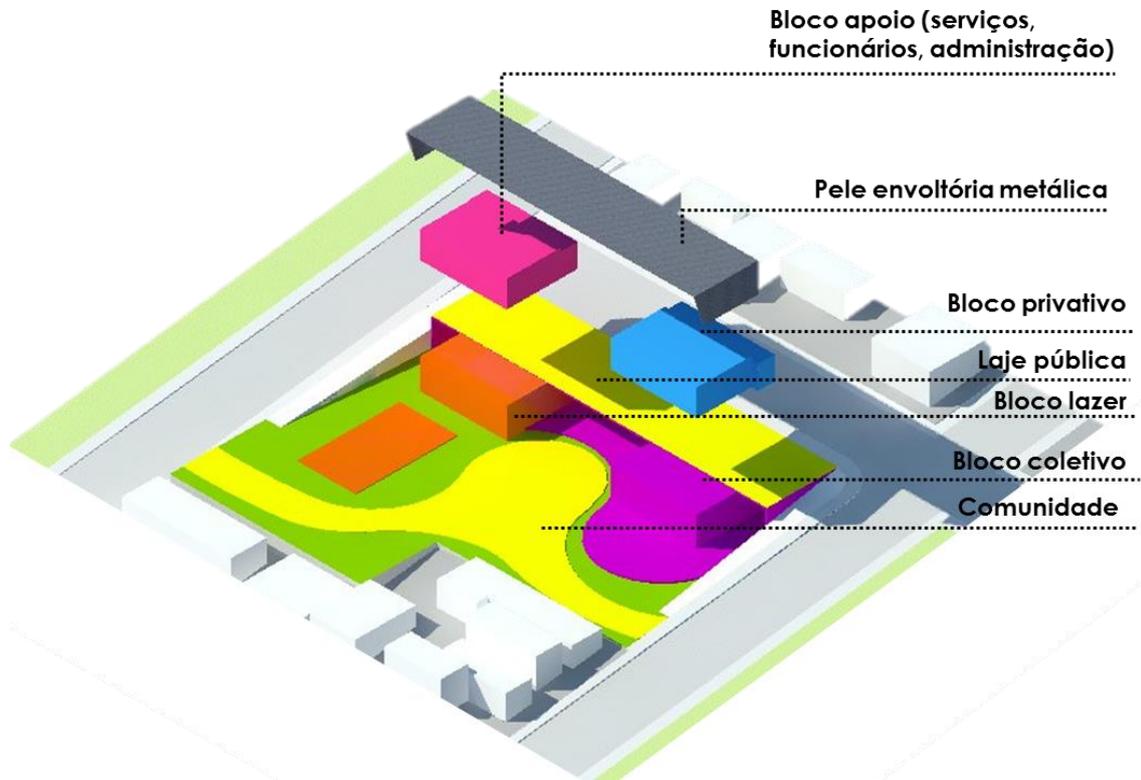
Figura 35 - Eixos conectores e circulação



Fonte: a autora.

Os blocos ficam separados em volumes distintos, ficando as circulações conectadas abrindo-se para o pátio público.

Figura 36 - Setorização com volumetria



Fonte: a autora

Acima dos blocos de lazer e coletivo, criou-se uma laje de acesso para melhor aproveitamento do terreno e também com o intuito de promover um caminho com calçada, pequenos equipamentos e mobiliários como: bancos, bicicletário, paisagismo, para integração da rua com a fachada principal do CRAS, além de recuo para estacionamento e iluminação pública.

5.6. PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades traz uma distribuição setorizada dos usos inerentes ao CRAS. Os ambientes básicos permanecem, sendo modificadas as áreas devido à necessidade apresentada pelas unidades da cidade e entrevistas.

Quadro 7 - Programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES		
Ambientes básicos CRAS	Uso	Área mínima necessária (m²)
Recepção	Destinado à espera, necessidade de mobiliário para recepcionista e cadeiras para espera.	15
Sala de atendimento	Atendimento particularizada para famílias ou atendimento individual. Local de privacidade e assistência pelo orientador.	20 (até 10 pessoas)
Sala de uso coletivo	Uso múltiplo destinado à atividades coletivas, como dança, reuniões com grupos de famílias. Necessidade de mobiliário flexível.	80
Sala administrativa	Atividades administrativas e registros de documentos e arquivos. Necessidade de computadores e arquivo.	20
Copa	Preparo de lanches oferecidos aos usuários e uso de funcionários.	15
Conjunto de banheiros	Necessidade de jogo de sanitários femininos, masculinos e acessíveis.	10
Total básico		160
Ambientes implementados		
Auditório	Destinado à reuniões em grupos, comemorações, confraternizações, mostras artísticas e apresentações culturais desenvolvidas pelos usuários do CRAS (expansivo à comunidade).	60
Sala funcionários	-	10
Salas de atividades	Destinadas a atividades diversas como: oficinas de artesanato, costura, música, etc.	20
Brinquedoteca	Espaço destinado á atividades lúdico-pedagógicas. MEDIATECA.	25
Estacionamento	3 vagas	-
Pátio público	Uso coletivo e público. Atividades ao ar livre	200
Área lazer	Área livre com paisagismo e mini quadra.	200
Total implementado		515

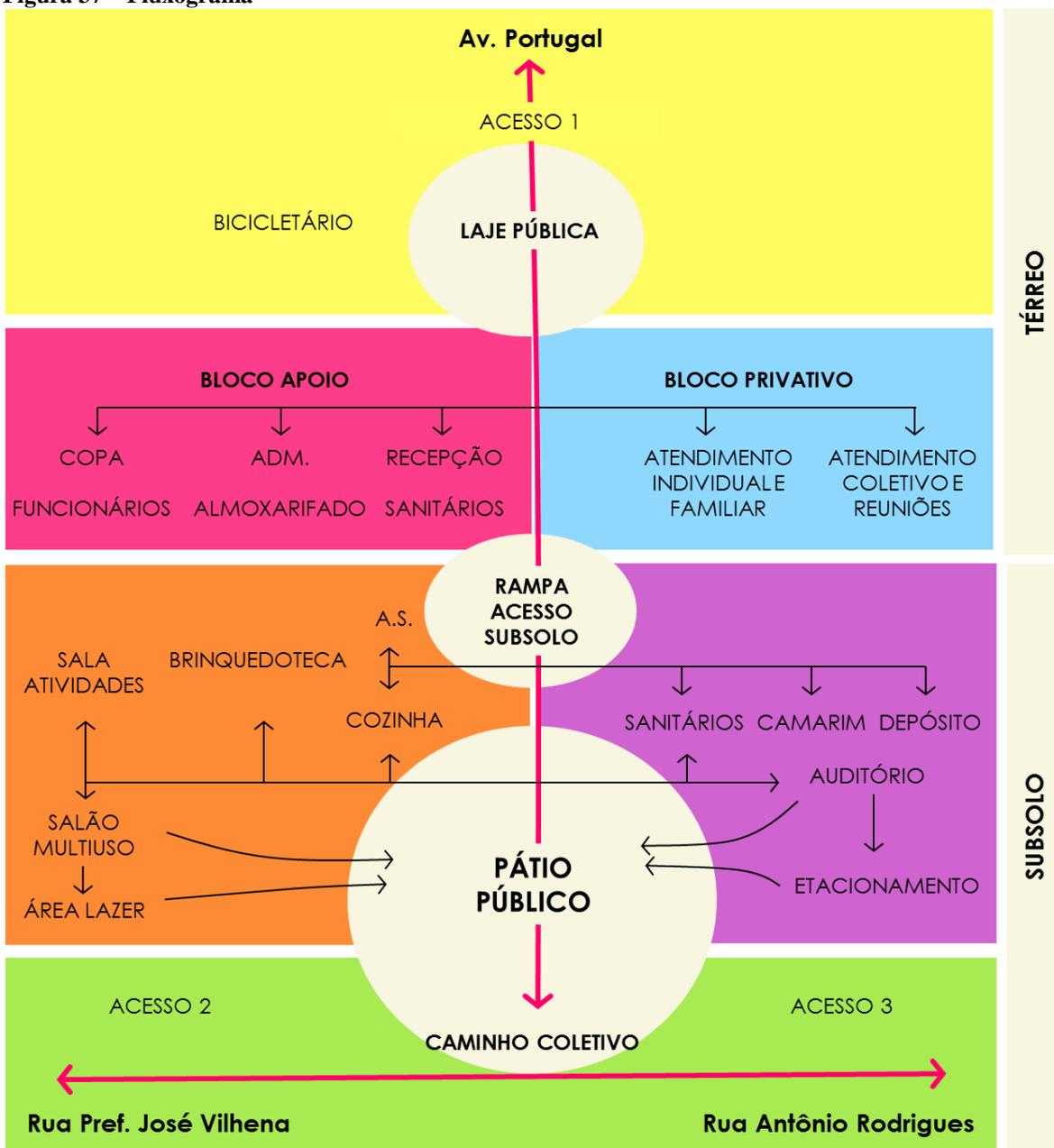
Fonte: a autora

5.7. FLUXOGRAMA

A setorização leva em consideração o posicionamento dos blocos em relação à circulação acessível, promovendo rotas em nível e distribuição dos volumes com simetria, para garantir um fácil entendimento da arquitetura e dos seus componentes.

Estabelecido o programa de necessidades e a partir dos eixos, criou-se um fluxograma que apresenta uma circulação e conexão dos espaços de maneira clara, para fácil entendimento do usuário. Além disso, a distribuição dos ambientes de acordo com um eixo central, gera uma rota acessível e dinâmica.

Figura 37 – Fluxograma



Fonte: a autora.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Centros de Referência em Assistência Social crescem quase 50% os últimos anos.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/ibge-centros-de-referencia-em-assistencia-social-crescem-quase-50-nos-ultimos>>. Acesso em 25 mar. 2018.

ARCHDAILY. **La Leroteca.** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/623534/a-leroteca-lacaja-arquitectos>>. Acesso em 15 abril 2018.

_____. **AMAR Children's Culture House.** Disponível em: <<https://www.archdaily.com/388629/ama-r-children-s-culture-house-dorte-mandrup>>. Acesso em 15 abril 2018.

AZEEVEDO, G. A. N. **Arquitetura escolar e educação: um modelo conceitual de abordagem interacionista.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

BCMF. Site oficial BCMF Arquitetos. **Parque H30, Centro Cidadania.** Disponível em: <<http://www.bcmfarquitectos.com/project/h3o/>> . Acesso em 15 abril 2018.

BLOG URBE.URAQUITETÔNICA. Blog oficial Arquiteto Fabiano Dias. **Centro de Referência de Assistência Social em Jerônimo Monteiro, ES.** Disponível em: <<http://urbearquitetonica.blogspot.com.br/2010/04/centro-de-referencia-de-assistencia.html>>. Acesso em 15 abril 2018.

BRASIL. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais.** MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2009.

_____. **Caderno de Orientações Técnicas para o CRAS.** Brasília, DF, 2009 (Versão Preliminar de 19/05/2009).

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm>. Acesso em 28 mar. 2018.

_____. **Guia de Orientação Técnica – SUAS nº 1 – Proteção Social Básica de Assistência Social.** Brasília, DF, 2005.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009.

_____. **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS – Construindo as bases para a implantação do Sistema Único da Assistência Social.** Brasília, DF, 2005.

_____. **Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, DF, 2006 (Versão Preliminar).

_____. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social.** Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2007.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** 1. ed. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, DF, 2009.

_____. **Resolução CNAS nº 33, de 15 de outubro de 2004.** Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

CARPIAGINI, Berenice e MINOZZI, Celso Lomonte. **O construtivismo Piagetiano de representação no espaço.** Anais do Seminário Internacional Psicologia e Projeto do Ambiente Construído. Rio de Janeiro, 2010.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura de Interiores.** Porto Alegre: Bookman, 2006.

COUTINHO, Ângela Scalabrin. **As crianças no interior da creche: a educação e o cuidado nos momentos de sono, higiene, alimentação.** Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FERRARI, Márcio. **Jean Piaget, o biólogo que colocou a aprendizagem no microscópio.** Especial Nova Escola, São Paulo, n. 43, 16 jul. 2012a. Edição especial

grandes pensadores. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/edicoes-especiais/022.shtml#>>. Acesso em 12 abril 2018.

FRAGO, A. V. ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad.: Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo. Oficina de Textos, 2011.

LIMA, Mariana Regina Coimbra de. **Percepção Visual Aplicada à Arquitetura e à Iluminação**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2010.

LUZ, Rogério. **O espaço potencial: Winnicott**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, [2003?]

MAHFUZ, Edson. Texto “**Arquitetura é Arte?**”. Disponível em <<http://dicas-mahfuz.blogspot.com/2014/06/arquitetura-e-arte.html>>. Acesso em 02 nov. 2018.

MONTESORI, Maria. **A Criança**. (trad. Hermann RÖHRS, Danilo Di Manno de Almeida, Maria Leila Alves) Recife. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MOSCH, Michael Emil. **Criança e Arquitetura**. Botucatu: MEM Arquitetura, Estúdio Constraste, 2014. Disponível em <<http://www.mem-arquitetura.com.br/index.php/artigos/15-crianca-e-arquitetura>> acesso em: 01 mar. 2018.

NASCIMENTO, Andrea Zemp Santana do. **A criança e o arquiteto: quem aprende com quem?**. FAUUSP. São Paulo, 2009.

NEHME, Roberto Passos. **Estrutura e forma, a valorização do aspecto construtivo, o terceiro Vilanova Artigas**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2012.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 24ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

RANGEL, Elisete de Fátima. **A implementação e implantação dos CRASem São José dos Campos: um estudo do CRAS Eugênio Melo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2009.

WINNICOTT, Donald. **O Brincar e a Realidade**. (trad. José Octavio Aguiar Abreu, Vanede Nobre). Imago. Rio de Janeiro, 1975.

VARGINHA. **Plano Municipal de Assistência Social**. Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social – SEHAD. Gestão 2013/2016.

_____. **Atualização do Diagnóstico Social do Município de Varginha, MG – 2016/2017, Mapa Social.** Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social – SEHAD. Gestão 2017/2020.

_____. **Lei N° 6.063.** Dispõe sobre a Organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Varginha e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/543-2015/16562-lei-no-6063-dispoe-sobre-a-organizacao-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas-no-municipio>>. Acesso em 13 abril 2018.

_____. **Lei N° 3.181.** Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Varginha e dá Outras Providências. Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/86-1999/1574-lei-3181>>. Acesso em 13 abril 2018.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola.** 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1999

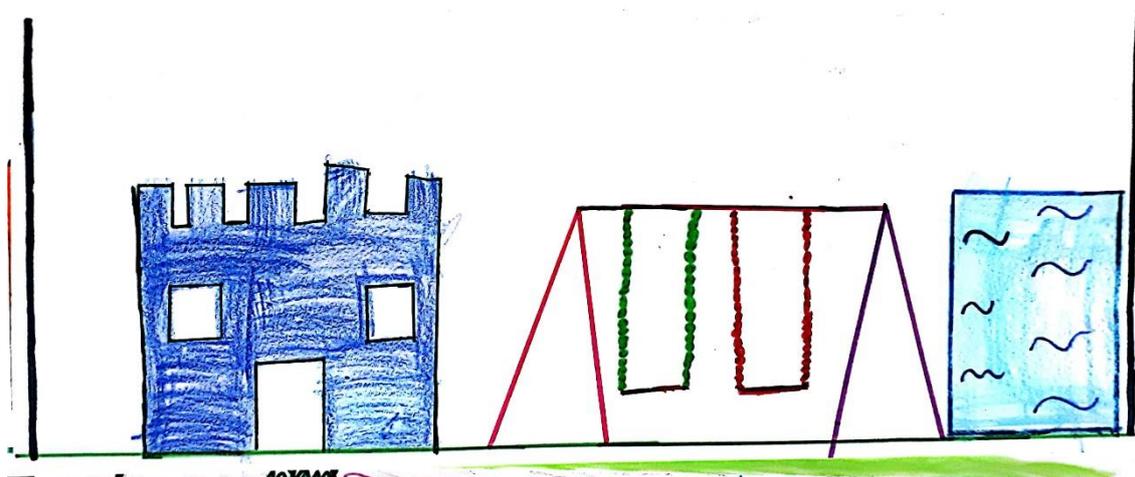
WINNICOTT, Donald. **O Brincar e a realidade.** Traduzido por Tavistock Publications Ltd. Rio de Janeiro, 1971.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a Arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

APÊNDICE

APÊNDICE A - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO

Queria que o Cras fizessem



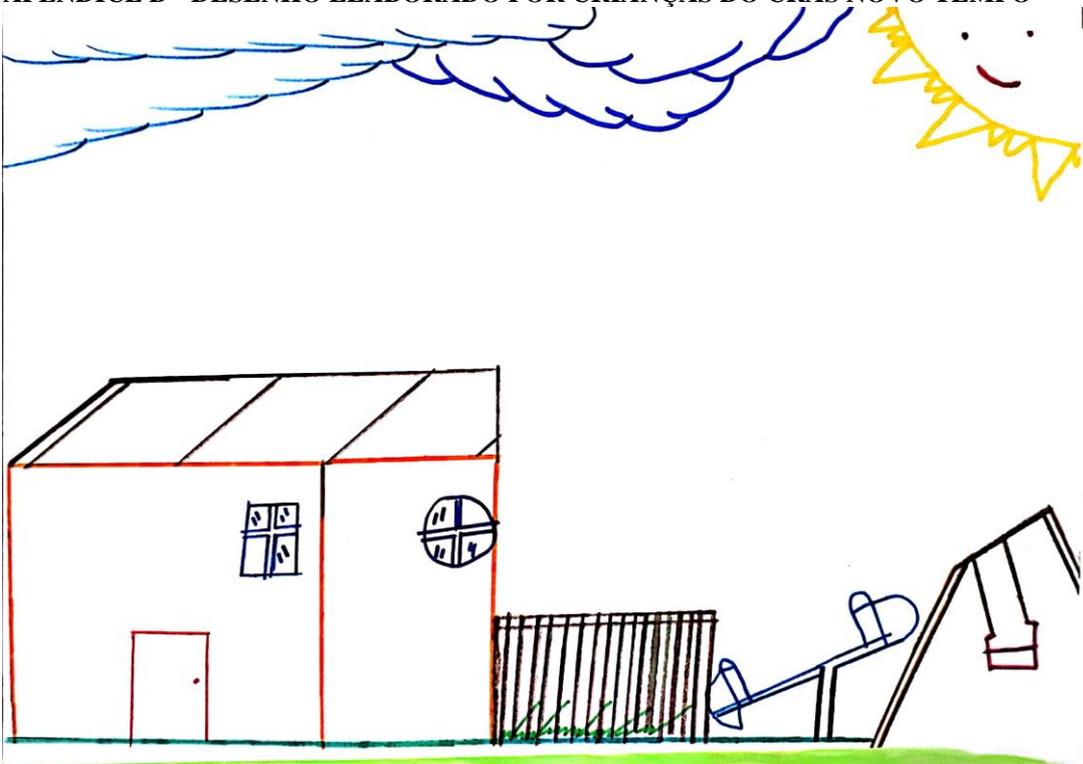
APÊNDICE B - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



APÊNDICE C - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO

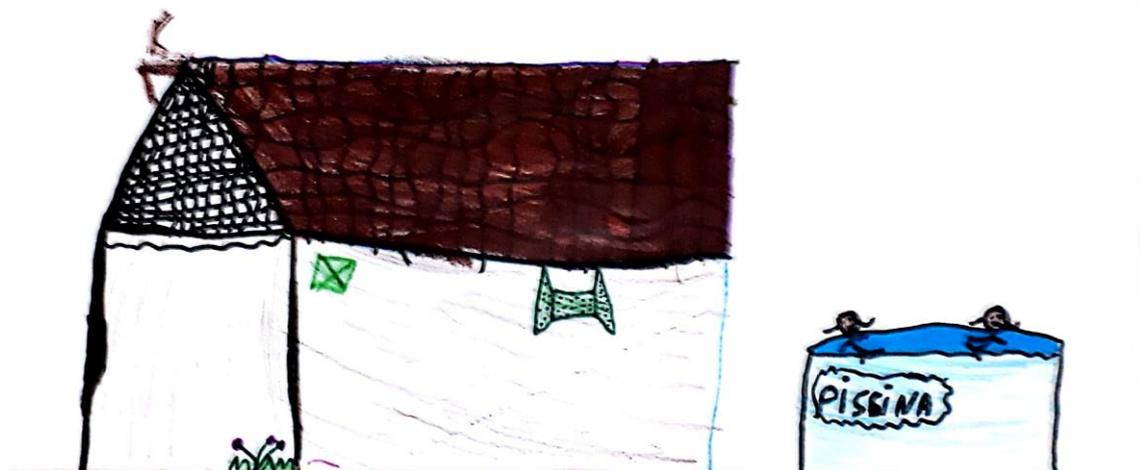


APÊNDICE D - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



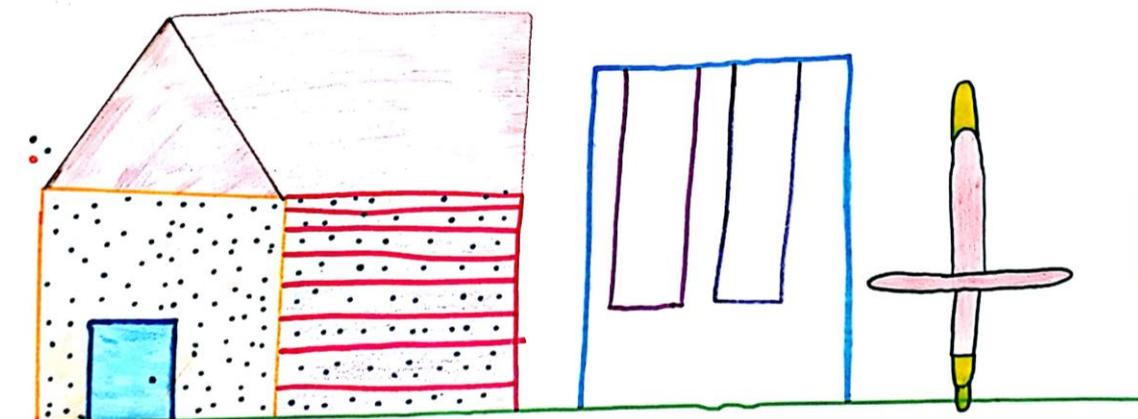
APÊNDICE E - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO

Eu gostaria que o Cras faça assim



APÊNDICE F - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO

O cras e assim !



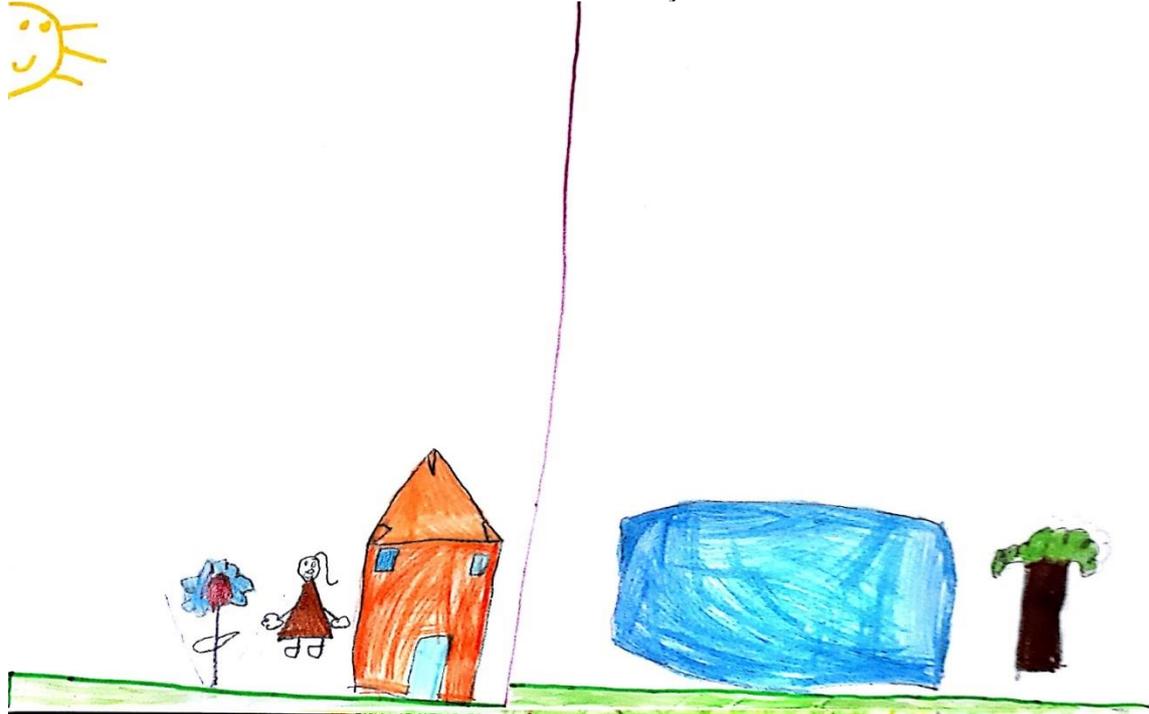
APÊNDICE G - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



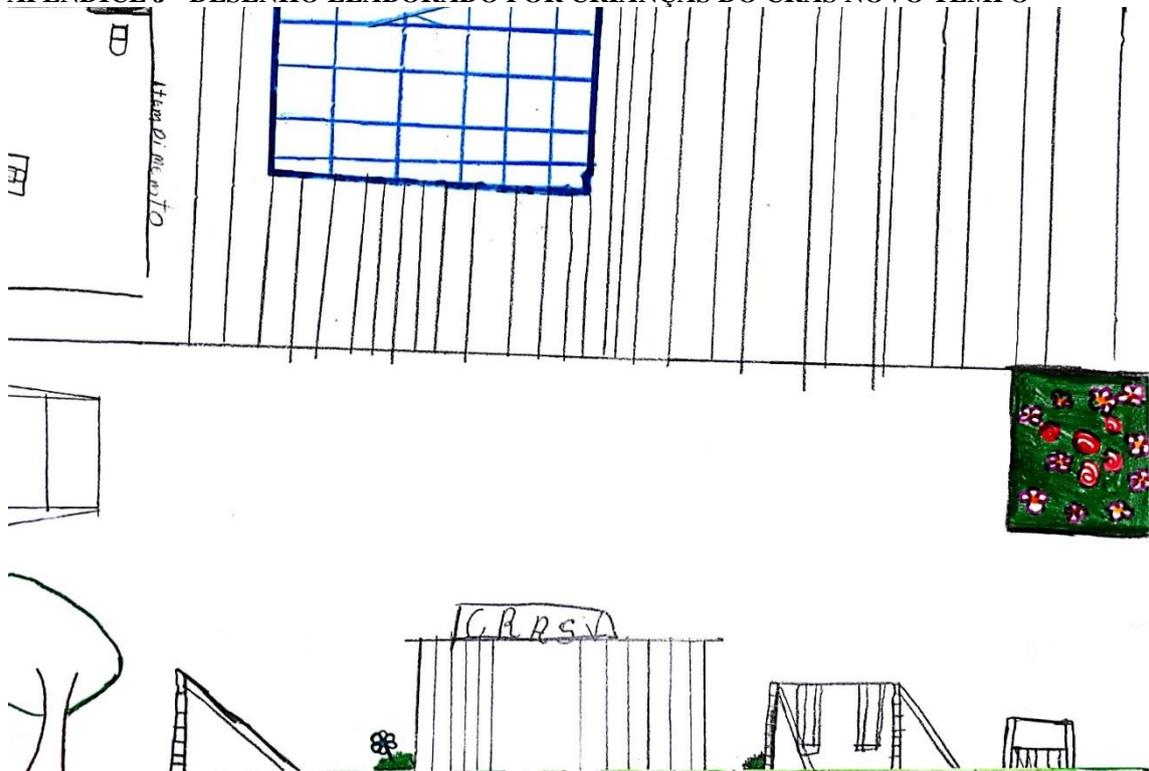
APÊNDICE H - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



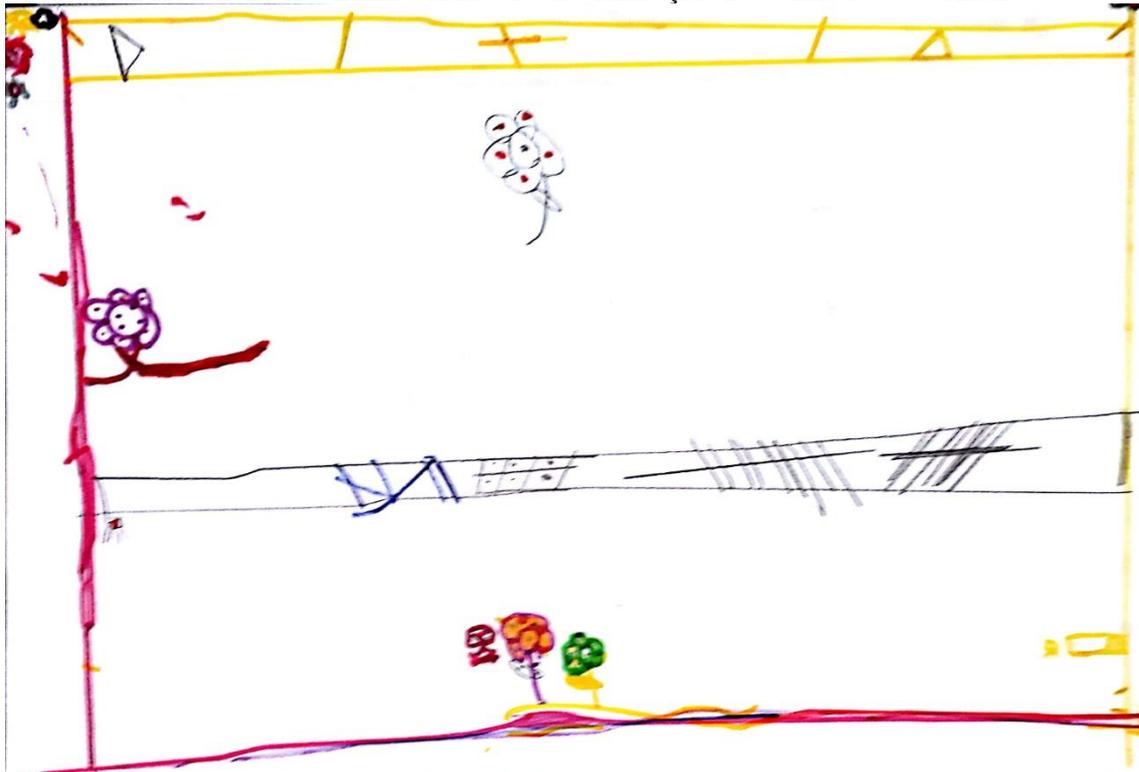
APÊNDICE I - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



APÊNDICE J - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



APÊNDICE K - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO

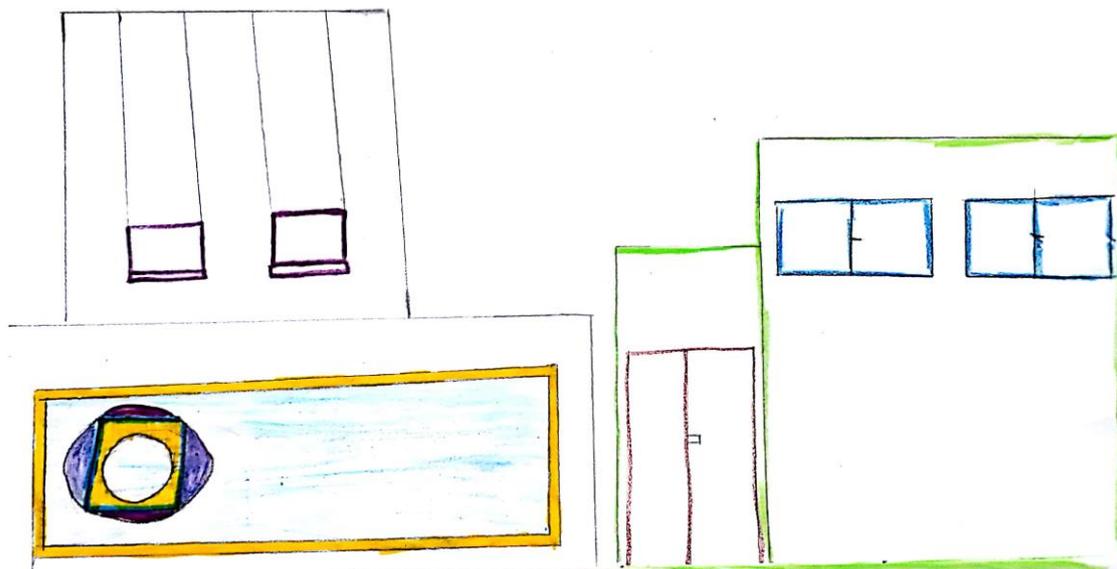


APÊNDICE L - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



APÊNDICE M - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO

Somos em quantos que fazem o CRAS

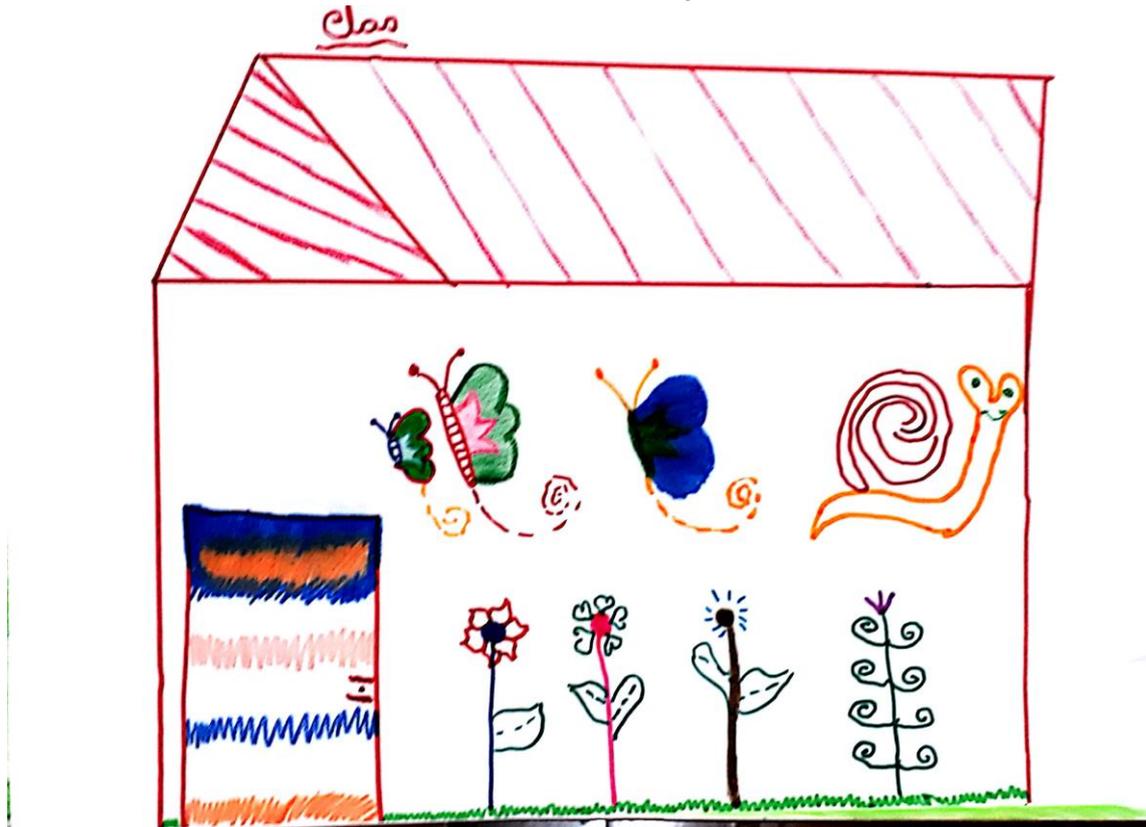


APÊNDICE N - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO

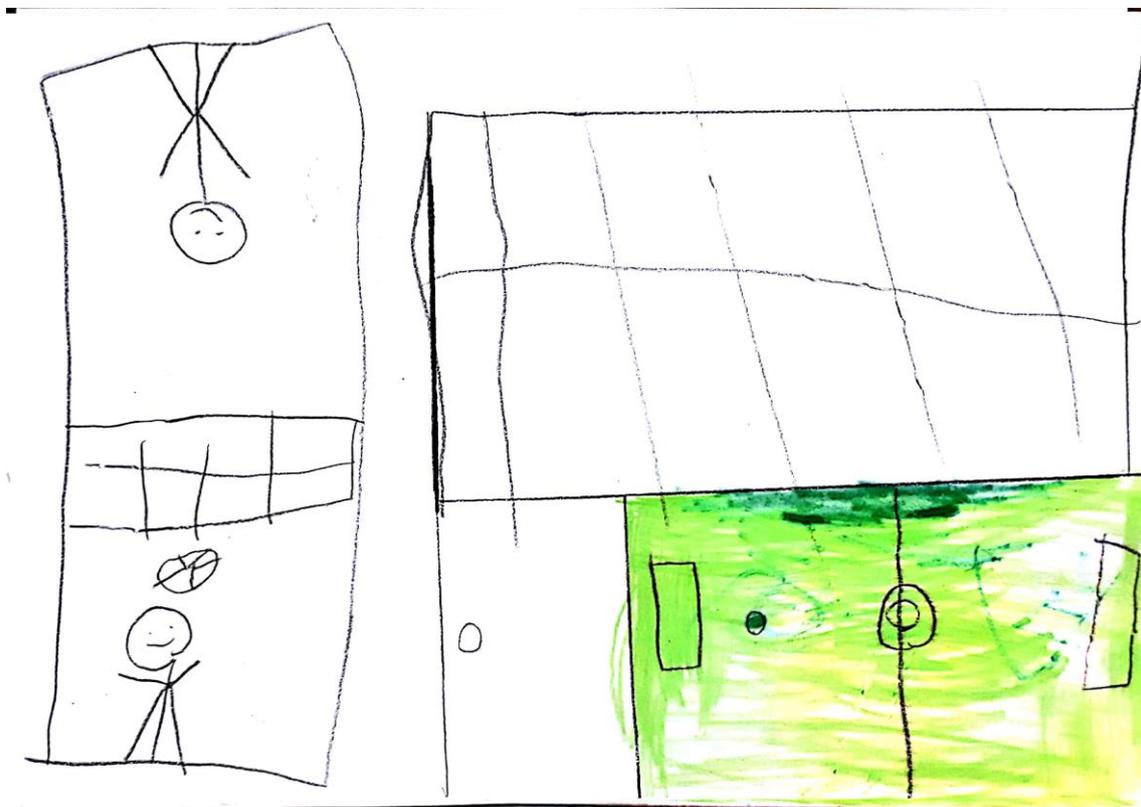
O CRAS É ASSI NO MEU SONHO



APÊNDICE O - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



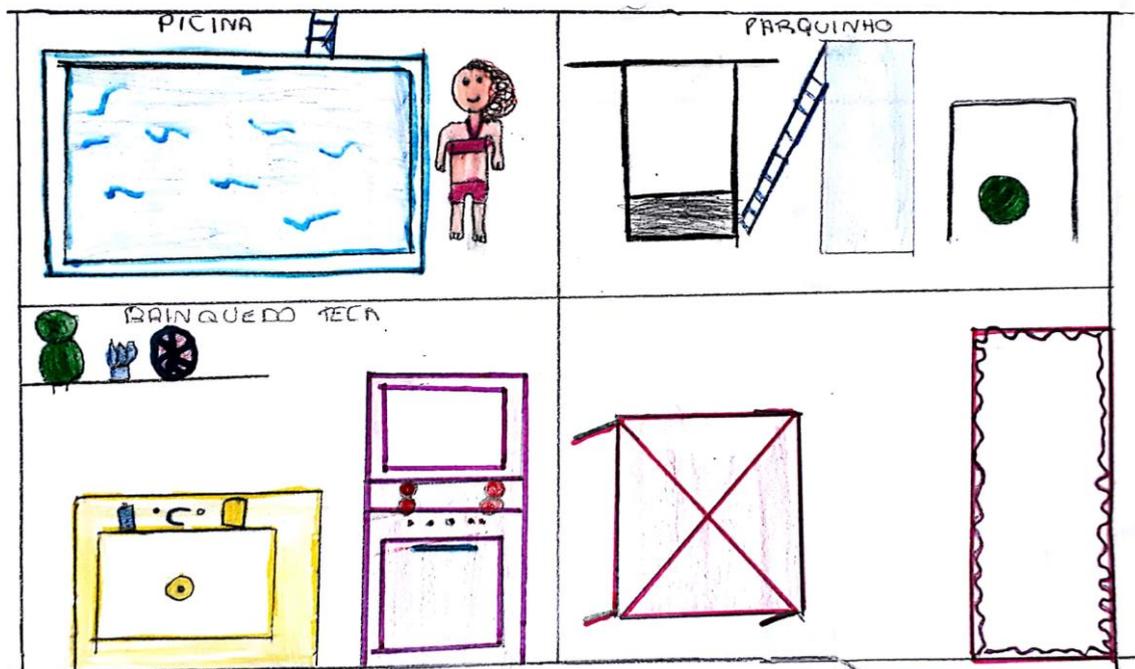
APÊNDICE P - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



APÊNDICE Q - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



APÊNDICE R - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



APÊNDICE S - DESENHO ELABORADO POR CRIANÇAS DO CRAS NOVO TEMPO



ANEXO T – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELO COORDENADOR DOS CRAS VARGINHA

MG,

ROBERTO GOUVÊA.

Questionário Introdutório - CRAS Varginha		
Aplicação de questionário para utilização em trabalho de conclusão de curso - TCC I 2018 Graduanda: Izis Belato Lopes Arquitetura e Urbanismo 2018 Centro Universitário do Sul de Minas		
Orientação: Profª. Ms. Daniella Coli Chagas Tema: CRAS: um lugar para sonhar		
Nome do entrevistado:		Data / /
Função no CRAS:		
Obs.: As perguntas dispostas abaixo estão relacionadas com os CRAS instalados no município de Varginha - MG.		
DADOS CADASTRAIS E ESTATÍSTICOS		
1	Quantidade de CRAS em funcionamento na cidade	
	Resposta: <u>Cinco</u>	
2	Quais as fontes de financiamento dos CRAS?	
	Resposta: União, Estado e Município	
3	Qual o critério de ingresso das famílias no CRAS?	
	Resposta: Famílias em situação de vulnerabilidade social	
4	Quantas famílias são atendidas por cada unidade?	
	Resposta: Podem ser referenciadas até 5000 famílias a cada CRAS, o número de famílias atendidas varia em cada unidade.	
5	Quantas famílias possuem cadastro no CRAS?	
	Resposta: CRAS I - 4049 famílias, CRAS II 2402 famílias, CRAS III 2018 famílias, CRAS IV 2173 famílias, CRAS V 1135 famílias, totalizando 11777 famílias.	
6	Quantas crianças (0 a 12 anos) o CRAS atende atualmente? Qual a faixa etária mais presente?	
	Resposta: Em março de 2018, foram atendidas 400 crianças pelo SCFV na faixa etária de 0-14 anos (dados extraídos do RMA). Pelo PAIF não temos como quantificar.	
7	Quantitativo de famílias em situação de vulnerabilidade que residem no território de abrangência do CRAS	
	Resposta: Não é possível quantificar o número de famílias, mas dados sobre a caracterização da população e do território podem ser acessados no último diagnóstico social do município.	

8	Existem vínculos cadastrais com escolas, creches ou outros equipamentos públicos?	
	Resposta:	Cadastrais não, porém o acompanhamento para superação das vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias é feito em rede, envolvendo outras políticas públicas.
9	Condições de acessibilidade para pessoas idosas ou com deficiência.	
	Resposta:	Sim
10	As instalações físicas (salas, recepção, auditório) comportam a demanda quanto ao volume de pessoas atendidas?	
	Resposta:	Sim.
11	Existem equipamentos públicos (creches, parques, praças, posto de saúde, etc.) próximos ao CRAS?	
	Resposta:	Sim, porém os equipamentos variam de acordo com o território de cada CRAS.
12	Na cidade, existe alguma região que ainda não foi implantado CRAS, mas que haveria necessidade? Qual/quais?	
	Resposta:	Os cinco CRAS do município abrangem todo o território de Varginha, entretanto, existe demanda para uma redivisão dos territórios de abrangência de cada CRAS e a criação de novos CRAS a partir desta redivisão.
13	As instalações foram planejadas para o funcionamento de uma unidade de CRAS ou adaptadas a um imóvel pré-existente?	
	Resposta:	Apenas a unidade do Novo Tempo foi projetada para funcionamento de um CRAS, as demais foram adaptadas a imóveis preexistentes.
14	As adaptações foram suficientes?	
	Resposta:	Sim.
15	O imóvel é próprio ou alugado?	
	Resposta:	CRAS IV e V com sede própria e os demais com imóveis alugados.
16	O imóvel de funcionamento do CRAS é compartilhado ou exclusivo? Se compartilhado, qual outro equipamento está vinculado à edificação?	
	Resposta:	Exclusivo.
17	Levando em consideração o espaço físico, qual a capacidade de atendimento diário ideal das unidades?	
	Resposta:	Varia conforme a unidade.

18	Em algum momento há superlotação ou necessidade de aluguel/empréstimo de locais com maior capacidade de receber pessoas? (Ex: confraternizações, apresentações teatrais, reuniões com a comunidade, etc)	Resposta: Sim, em eventos de maior porte.
19	Quais os serviços prestados pelo CRAS Varginha?	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Serviço de Proteção Social Básica em domicílio para pessoas com deficiência e/ou idosas - SPSB.
20	E quais atividade e ações?	PAIF: Acolhida, atendimentos individualizados e/ou com famílias, visitas domiciliares, busca ativa, acompanhamento em grupo, ações comunitárias, oficinas socioeducativas e desenvolvimento familiar. SCFV: Atividades grupais (grupos divididos por faixa etária). SPSB: Atividades lúdicas e
21	Estas atividades necessitam de espaço físico especial para serem realizadas? (Ex: aulas de dança, há necessidade de tatames, salão, etc?)	Resposta: Alguns tipos de atividade sim.
22	Existe algum tipo de triagem para as famílias de acordo com o tipo de atividade oferecida, ou elas podem optar por quais desejarem?	Resposta: É necessário passar pelo atendimento psicossocial feito pela equipe técnica de nível superior para inserção em qualquer uma das atividades ou, no caso da família não poder acessar o CRAS por conta própria, que a equipe identifique a necessidade através de visita domiciliar e faça a inserção em
23	As unidades oferecem espaço suficiente para a realização destas atividades?	Resposta: Algumas uniades sim.
24	Há dificuldades para realização de determinadas atividades por conta do espaço físico?	Resposta: Sim, em alguns CRAS.
25	Há intenção de ampliação da estrutura física das unidades?	Resposta: No momento não.
26	Há um desejo do CRAS de possuir um espaço planejado que contemple ambientes adequados para as atividades e serviços oferecidos?	Resposta: Sim.

FUNCIONAMENTO, SERVIÇOS E ATENDIMENTOS DO CRAS	
27	<p>Quantos dias na semana o CRAS funciona.</p> <p>Resposta: De segunda a sexta-feira.</p>
28	<p>Quantas horas por dia o CRAS funciona.</p> <p>Resposta: Das 7:00 às 17:00</p>
29	<p>O CRAS fornece atendimento para famílias de cidades da região?</p> <p>Resposta: Não, o atendimento é ofertado apenas para os residentes em Varginha.</p>
30	<p>Volume aproximado dos atendimentos realizados semanalmente no CRAS.</p> <p>Resposta:</p>
31	<p>Quantitativo de Famílias acompanhadas pelo PAIF</p> <p>Resposta: 102 famílias em acompanhamento pelo PAIF no mês de fevereiro/2018 (Vale destacar que há diferença conceitual entre "atendimento" e "acompanhamento" pelo PAIF).</p>
32	<p>Situações com maior incidência no território de abrangência do CRAS</p> <p>Resposta: As situações de vulnerabilidade variam conforme as particularidades de cada território, de forma geral, pode-se citar o desemprego, a pobreza</p>
Obrigada por responder.	

ANEXO U – SOLICITAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS E USUÁRIOS DO CRAS

Como gostaríamos que fosse o CRAS :

- * Cozinha grande
- * Um depósito
- * muro mais alto +
- * Área externa coberta
- * Banco de pedra na parte da frente (igual a parte externa)
- * Um toldo na área externa para proteger do sol
- * Outra sala de atividades
- * Espelho na sala de atividades para aula de dança
- * Uma quadra -
- * Piscina -
- * Horta -
- * Jardim
- * Impenetrabilização de brinquedoteca
- * Pintura e gravite nas paredes
- * Estacionamentos cobertos para funcionários
- * Sala de descanso para funcionários

CRAS

UM ESPAÇO PARA SONHAR

**Trabalho de Conclusão de Curso
Arquitetura e Urbanismo**

Izís Belato Lopes
Varginha.2018

